



CONTROLADO



A verdade da mídia

Mario Lubetkin

Controle social das drogas

Gilberta Acselrad

O Brasil de Lula

Pierre Salama

Economia que quer ser solidária

João Roberto Lopes Pinto

Entrevista

Márcia Florêncio,
do AfroReggae

DEMOCRACIA VIVA 15

MAR 2003 / ABR 2003

etinho
iBase



D

emocracia Viva chega ao seu número 15 e quer romper as barreiras do estabelecido. Vamos apostar no novo. Claro, sem perder os laços que nos unem ao presente, a uma história, a um povo. Afinal, a revista – assim como o próprio Ibase – se identifica com os limites e as possibilidades, ou melhor, com as possibilidades dos limites da democracia no nosso país. Neste momento de encontro consigo mesmo, o Brasil do governo Lula pode ser uma daquelas conjunturas históricas em que a história continua, sim, mas rompendo amarras e criando condições novas. É nisso que apostamos. É para isso que editamos a revista.

Uma questão central neste início de governo é como lidar com a blindagem prática da política macroeconômica, um espólio corrosivo deixado pelo governo FHC e seu ministro Malan. *Democracia Viva* entra nesse espinhoso debate pelos artigos de Pierre Salama e de Reinaldo Gonçalves. O primeiro mostra a perversidade da herança deixada e os limites das opções. Mas aponta caminhos que é possível percorrer para sair desta situação. Ou seja, existem opções além do continuísmo. O segundo, aceitando o desafio da reforma tributária, radicaliza-a mostrando as potencialidades e a viabilidade de um *imposto de solidariedade* sobre as riquezas, o qual oferece a possibilidade de romper com a dependência em relação aos capitais rentistas e de enfrentar a desigualdade estrutural que limita a própria democracia entre nós.

Na verdade, a linha mestra dos artigos desta edição da revista aposta na ruptura com o convencional como opção para a radicalização da democracia. Sabemos que os problemas são muitos. Mas como pensar além, como ousar? Tomemos a questão da drogas e do que vem imediatamente associado, a violência. Estamos presos a um debate e vale a pena rever os seus fundamentos. É isso que fazem Gilberta Acelard e Pedro Santana. Duas realidades, Brasil e Colômbia, e uma mesma concepção do problema que as une, no drama humano e na tragédia social. O momento de romper e apostar em novas políticas é agora, em que se ensaia a refundação do próprio Brasil como projeto de nação.

Na mesma linha vão os outros artigos deste número de *Democracia Viva*. Precisamos olhar o novo ou olhar os velhos problemas com um novo olhar. Novo é o que o projeto AfroReagge vem fazendo em termos de inclusão social dos que formam conosco a cidade, mas estão lá, nas comunidades pobres e excluídas. Nada como um testemunho de quem se engaja em tal aventura, como Márcia Florêncio. Política nova é a ação afirmativa. Há quem discorde das cotas, mas é certo que o tema repõe na ordem do dia a desigualdade social movida a preconceito de cor. Novo também é repensar caminhos para refundar a cultura, seja rompendo a lógica capitalista de transformar a própria cultura em valor de troca, seja incorporando-se e praticando a produção cultural em rede, horizontal, que a Internet propicia.

Enfim, continuamos no mesmo caminho, mas estamos saindo do lugar, forçando o ritmo e o alcance da democracia. Essa é uma aposta fundamental para o Ibase.

S U M Á R I O



ENTREVISTA
Márcia Florêncio



CULTURA
A bolsa e o amor

- 3 **ARTIGO**
Os meios de comunicação e a verdade
Mario Lubetkin
- 6 **ARTIGO**
Intelectuais e cibercultura: além
de apocalípticos e integrados
Maria Alzira Brum Lemos, João Baptista
Winck e Hernani Dimantas
- 12 **NACIONAL**
A construção social do
"problema" das drogas
Gilberta Acselrad
- 20 **INTERNACIONAL**
O Brasil na encruzilhada
Pierre Salama
- 28 **FÓRUM SOCIAL MUNDIAL**
Narcotráfico, violência e direitos
humanos
Pedro Santana Rodríguez
- 32 **VARIEDADES**
- 34 **ENTREVISTA**
Márcia Florêncio
- 48 **RESENHAS**
- 52 **OPINIÃO IBASE**
Economia solidária: quando o
alternativo torna-se estratégico
João Roberto Lopes
- 58 **CULTURA**
A bolsa e o amor
Sergio Carvalho
- 62 **PELO MUNDO**
- 64 **INDICADORES**
Reforma tributária e distribuição
de riqueza
Reinaldo Gonçalves
- 72 **ESPAÇO ABERTO**
As cotas e a perversidade do racismo
Maria Lúcia da Silva
- 76 **ÚLTIMA PÁGINA**
Marco

Amigos
do **iBase**

O Ibase é uma entidade pública a serviço da cidadania e da democracia. Seu estatuto é de uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, sem vinculação religiosa, suprapartidária, reconhecida como de utilidade pública.

Para apoiar os projetos desenvolvidos pelo Ibase, escreva para amigos@ibase.br ou telefone para (21) 3852 6028.

Doações de pessoas jurídicas podem ser abatidas do Imposto de Renda.

iBase

Ibase – Instituto Brasileiro de
Análises Sociais e Econômicas
Av. Rio Branco, 124 / 8º andar
20148-900 Rio de Janeiro/RJ
Tel.: (21) 2509-0660 Fax: (21) 3852 3517
ibase@ibase.br – www.ibase.br

Conselho Curador

Regina Novaes
João Guerra
Carlos Alberto Afonso
Moacir Palmeira
Jane Souto de Oliveira

Direção Executiva

Cândido Grzybowski
Jaime Patalano
Francisco Menezes

Coordenadores(as)

Atila Roque
Erica Rodrigues
Iracema Dantas
João Roberto Lopes Pinto
João Sucupira
Moema Miranda
Núbia Gonçalves

Assessora da Direção Executiva

Maria Nakano

DEMOCRACIA VIVA

Diretor Responsável

Cândido Grzybowski

Conselho Editorial

Alcione Araújo
Ari Roitman
Eduardo Henrique Pereira de Oliveira
Regina Novaes
Rosana Heringer

Coordenação Editorial

Iracema Dantas

Subeditor

Marcelo Carvalho

Revisão

Marcelo Bessa

Assistentes Editoriais

AnaCris Bittencourt
Flávia Mattar
Jamile Chequer

Produção

Geni Macedo

Distribuição

Iris Patrícia Batista

Projeto Gráfico

Mais Programação Visual

Diagramação

Imaginatto Design e Marketing

Ilustração da Capa

Guto Miranda

Fotolitos

Rainer Rio

Impressão

Editora Lidador

Tiragem

3.000 exemplares

democraciaviva@rits.org.br

Os meios de comunicação e a verdade

Quando este artigo for publicado, a guerra desatada pelos Estados Unidos talvez já esteja em sua fase final. Mas, até lá, que tipo de informação terão os(as) cidadãos(ãs) da nossa aldeia global? Tereremos acesso a todos os dados que permitiriam compreender como se chega a essa loucura que afetará a vida de milhões de seres humanos? Ou voltaremos a ter uma “guerra limpa”, sem derramamento de sangue – como se acredita que ocorreu na Guerra do Golfo, em 1991, quando assistimos, através das redes de televisão, a um extraordinário show de alta tecnologia militar, sem mortos reais nem vítimas, que logicamente existiram aos milhares, mas nunca foram divulgados nem registrados?

A comunicação será certamente um aspecto central nessa e em outras lutas informativas da globalização que estamos vivendo e a que assistimos diariamente. Nesse processo, também cresce permanentemente o número de pessoas excluídas. Como conseguir inverter essa tendência negativa para que os(as) cidadãos(ãs), consumidores dos meios de comunicação, possam ter a segurança de que a informação que recebem é verdadeira e, também, ter elementos para que cada um(a) de nós tenha a capacidade de processar a informação, analisar e sacar as próprias conclusões dos fatos?

As grandes redes de comunicação têm sido incorporadas umas às outras nos últimos anos, gerando um enorme poder concentrado

Para isso, é necessário pensar em uma informação mais equilibrada, serena, menos dirigida, que se coloque definitivamente a serviço dos(as) cidadãos(ãs) e não dos interesses de minorias que seguem concentrando diariamente mais poder nos principais setores e fases de nossas vidas.

Até o momento, existem dois protagonistas no combate à desinformação, para permitir ao(à) cidadão(ã) manter-se informado(a) sobre a verdade dos fatos e, portanto, tomar consciência da realidade e, finalmente, ser um participante ativo ou não das modificações ou opiniões para construir outro tipo de globalização: os(as) proprietários(as) dos meios, especialmente das superpoderosas redes de comunicação, e os(as) jornalistas.

Muitas vezes, são os(as) próprios(as) donos(as) dos meios que estabelecem onde, como e quando haverá liberdade de imprensa,

seguindo os padrões dos seus interesses, inclusive sem deixar espaço para serem questionados(as) quanto a essa ordem informativa injusta. Basta observar os fatos referentes à comunicação dos acontecimentos políticos na Venezuela.

Os(as) jornalistas também têm instrumentos tendentes à moralização dos meios, desde a figura dos *ombudsmen* a mediadores, como também do defensor do leitor às associações de imprensa por país. Os(as) jornalistas sabem o que significa trabalhar para os meios condicionados totalmente pela publicidade, sobre a qual não é permitido escrever nada contra, mesmo que seja verdadeira e de interesse ao(à) cidadão(ã), ou à causa da pressão política ou do interesse econômico que se transforma em política de empresa e que impede informar livremente ao receptor sobre os fatos tal como eles são.

Por outra parte, as grandes redes de comunicação têm sido incorporadas umas às outras nos últimos anos, gerando um enorme poder concentrado, somando a informação (escrita, radiofônica, televisiva e via internet) e a publicidade, suas atividades relacionadas à música, ao entretenimento, ao cinema, à televisão, ao mercado editorial, entre outros. Mais que defender os interesses de um ou outro país, tais gigantescas corporações



GUTO MIRANDA

trabalham intensamente para manter e aprofundar essa globalização injusta.

Em janeiro de 2002, durante o segundo Fórum Social Mundial, um grupo de jornalistas colocou essas e outras questões e considerou necessário criar um observatório global de meios que possa somar novos(as) protagonistas a esse processo de busca da verdade, isto é, de uma real liberdade de imprensa: por um lado, um(a) ator(atriz) que sempre teve um papel passivo nesse processo, como observam os(as) próprios(as) consumidores dos meios; por outro, em poucas ocasiões teve um papel destacado nessa realidade, como são os(as) acadêmicos(as) relacionados(as) aos meios de comunicação.

Trata-se de criar um observatório com três protagonistas que abarcam os diferentes universos relacionados com a comunicação:

a) os(as) jornalistas, não só dos grandes meios, mas também daqueles alternativos, dos que se encontram em plena atividade ou desocupados(as), incluindo aqueles(as) que estão aposentados(as). Todos(as) têm muito a dar, graças às suas experiências, diferentes culturas e gerações;

b) os(as) acadêmicos(as) e estudantes que pesquisam os fenômenos e tendências da comunicação, em especial na atual era global;

c) os(as) cidadãos(ãs): expressão difícil de representar, poderia ser integrada por destacadas personalidades de diversos âmbitos da vida dos nossos países ou por outras figuras da sociedade civil.

Em abril de 2002, vários(as) dos(as) que assinaram a proposta de criação do Observatório reuniram-se novamente em São Paulo, para dar início formal a esse movimento que não se propõe ser um tribunal inquisidor nem busca coibir a liberdade de imprensa, mas sim que pretende criar espaços e instâncias para pronunciamentos e informes sérios e responsáveis que revelem se existe um funcionamento errático e manipulado de muitos meios, quanto ao tratamento das informações e à verdadeira razão do silêncio de muitas informações importantes ao(à) receptor(a).

Trata-se de que a referência ética e moral dos(as) participantes nesses observatórios por país, por

meio de manifestações, denúncias ou reflexões, obrigue os meios a focar a informação de outra maneira, reforçando sua própria ética e responsabilidade perante a população dos respectivos países.

De abril de 2002 até a última reunião multitudinária no III Fórum Social Mundial, em janeiro de 2003, diferentes observatórios locais foram surgindo tanto no Brasil como em outros países, e a cada ano novos países da Europa, América Latina e África – e também os Estados Unidos – somam-se a essa iniciativa, para criar uma rede ética e moral dos meios em âmbito global.

Também foi criada uma organização não-governamental – presidida pelo diretor do *Le Monde Diplomatique*, Ignacio Ramonet, e cujo secretário geral é o fundador e presidente emérito da agência de notícias IPS, Roberto Savio – para preservar o espírito e os diferentes componentes deste nascente movimento da comunicação ética.

Como assinala a Carta de Princípios do Observatório, “a informação completa e responsável é essencial para o funcionamento da democracia. Em uma era de reestruturação global dos meios de comunicação a uma escala sem precedentes, com a propriedade dos meios de comunicação concentrada nas mãos de poucos, a prática de um jornalismo ético se torna um elemento primordial”. ■

*Mario Lubetkin

Diretor geral da IPS
e vice-presidente do
Observatório Global
dos Meios

Observatório Global dos Meios

Carta de Princípios (extratos)

“Nós, participantes do II Fórum Social Mundial de Porto Alegre 2002 e signatários deste documento, convocamos os cidadãos e entidades da sociedade civil do mundo inteiro a associar-se a uma rede internacional que possa contribuir para a análise crítica dos cidadãos sobre os meios de comunicação para lutar por um jornalismo ético no âmbito local, nacional e internacional. A informação completa e responsável é fundamental para o funcionamento da democracia. Em uma era de reestruturação global dos meios de comunicação à escala sem precedentes, com a propriedade dos meios concentrada nas mãos de poucos, a prática de um jornalismo ético se torna um elemento primordial.”

“A rede de organizações que pretendemos criar será de natureza global, mas poderá variar de país para país, com base nas organizações não-governamentais, formada por cidadãos, acadêmicos ou

associações de jornalistas. As associações afiliadas examinarão as notícias, sublinhando as distorções de ética e a verdade que serão contrárias à censura e não usarão métodos que poderão levar à restrição da liberdade de informação. Estas Associações serão solidárias aos jornalistas que trabalham em organizações hostis e a um jornalismo independente e que muitas vezes enfrentam pressões para distorcer ou censurar a notícia em benefício dos donos da empresa de jornalismo. Nesse contexto, terão uma maior atenção as coberturas das minorias e de setores da sociedade que sofreram e sofrem algum tipo de discriminação, e a garantia de um espaço real nos meios de comunicação similar ao daqueles que historicamente tiveram voz.”

Para saber mais:
www.ipsnews.net
www.ipsenespanol.net

ARTIGO

Maria Alzira Brum Lemos,* João Baptista Winck** e Hernani Dimantas***

Intelectuais e cibercultura:

Nossos(as) leitores(as) não serão, em sua maioria, do tempo em que se discutia exaustivamente, à luz dos escritos de Antonio Gramsci e, posteriormente, das contribuições dos(as) intelectuais que participaram dos movimentos sociais e estudantis na década de 60, “o papel do intelectual na sociedade”. O tema é espinhoso e não fugiremos a analisá-lo mais detalhada e profundamente em outro momento. Assumindo o risco da superficialidade e da generalidade, vamos refletir aqui sobre alguns dos problemas – e, sobretudo, contradições – que permeiam, no contemporâneo, as relações entre os(as) intelectuais e a cibercultura.

Muito já foi dito sobre as mudanças que os meios digitais de comunicação e informação têm provocado na produção e na circulação de mercadorias, idéias e conhecimento. Tampouco é novidade que tais mudanças implicaram o surgimento de um novo padrão comunicativo e de produção – ou uma nova cultura, com abrangência mundial: a cibercultura. Mas ainda há muito a ser discutido sobre esses temas, que envolvem fenômenos recentes, sobretudo no que diz respeito à relação da cibercultura com as culturas tradicionais e com as culturas do mercado, de massa e das instituições – Estado nacional, democracia, burocracia, universidades etc. –, das quais dependem, em boa parte, as políticas de gestão e organização das sociedades.

além de apocalípticos e integrados

A Internet, ao possibilitar o acesso à troca e à divulgação de idéias, permitiu e/ou facilitou, mais que a expressão, a organização de diversos setores em torno de interesses, reivindicações e ações políticas. Entre muitos exemplos, podemos citar o caso das manifestações contra a guerra no Iraque, divulgadas e motivadas por grupos e pessoas por meio da Internet. Diferentemente do que ocorreu em episódios similares – por exemplo, nos eventos de 1968 –, a direção do movimento não está centralizada em partidos, sindicatos e organizações tradicionais. Grupos de cidadãos(as) se organizam livremente, ganham adeptos(as) e difundem mensagens pela Rede. Esse dado é importantíssimo. Pela primeira vez na história, ocorre um processo de gestão descentralizada de um movimento político de caráter mundial.

A Internet mudou, também, os modos de produção e gestão política do conhecimento, descentralizando esses processos. Graças a ela, já não dependemos apenas da boa vontade do mercado, da burocracia, dos grandes meios de comunicação de massa, da indústria editorial, do *marketing*, das “modas” impostas pelos supostos “centros” de produção acadêmica – Europa e EUA – e dos grupos de poder intelectual para produzir e

divulgar idéias, nem, mais do que isso, discuti-las e reelaborá-las com um grande número de pessoas em todo o mundo. Essa mudança tem conseqüências não apenas nos modos como se realiza o trabalho intelectual, como também no lugar ocupado pelos(as) intelectuais na sociedade.

As pessoas chamadas de intelectuais – e aqui o termo abrange todos(as) que se dedicam à pesquisa nas áreas de humanidades, à crítica e ao trabalho intelectual, sobretudo nas universidades e/ou centros de pesquisa, com participação no mercado de comunicação e cultura – incluem-se entre as parcelas privilegiadas de cidadãos(as) que têm acesso à Internet não apenas como instrumento de trabalho, mas também como meio de comunicação e interação. Apesar disso, persiste ainda um imenso abismo entre eles(as) e a cibercultura como um ambiente no qual as pessoas produzem, circulam, conversam e vivem. O abismo é maior se pensarmos na distância entre os(as) intelectuais e os setores que controlam a tecnologia e as redes físicas – grandes corporações capitalistas – ou que detêm os conhecimentos das técnicas e tecnologias, ou seja, pesquisadores(as) e profissionais cujos conhecimentos, em geral, não abrangem as humanidades.

A aliança entre o saber e o poder consolidou um modelo em que o(a) intelectual aparece como porta-voz de uma "verdade" inquestionável e universalmente válida e que colocou a Europa no "centro" do mundo

Se é fato que uma saudável conversação se estabelece na Internet entre blogueiros (as), gente que lida com a tecnologia, webjornalistas etc., gerando conhecimento multidisciplinar e colaborativo¹ e configurando grupos de intervenção política, também é fato que os(as) intelectuais, em geral, não participam, ou participam pouco, dessa conversação. Sua produção se concentra em outras instituições, que remontam às origens da Modernidade e cujas relações com a cibercultura

– quando existem – não são exatamente interativas e/ou colaborativas. Entre os principais motivos do distanciamento estão a diferença entre os modos de produção e circulação de conhecimento das instituições tradicionais e os da Internet.

A origem dessa separação entre os modos de fazer das instituições científicas e acadêmicas e a cultura da arte, das ruas, do povo remonta aos séculos XVI–XVII, que marcam o nascimento da Modernidade, espaço-tempo definido pelo modo científico de pensamento e conhecimento e pela expansão dos meios de translação e comunicação. A Modernidade gerou duas tradições intelectuais opostas, em princípio, no que diz respeito ao conhecimento das sociedades e das culturas.

A primeira é a perspectiva filosófica e científica entendida como verdadeira e universal, que vê

nas sociedades e nas culturas "objetos" de estudos. A aliança entre o saber e o poder consolidou um modelo em que o(a) intelectual aparece como porta-voz de uma "verdade" inquestionável e universalmente válida e que colocou a Europa no "centro" do mundo. A expansão da Modernidade não se deu apenas pela dominação econômica, militar e política das demais formas de pensamento e produção. Consolidou-se também graças a uma dominação cultural, que se deu, sobretudo, por meio das instituições

científicas, culturais e educacionais. A ciência e a cultura européias difundiram-se como signos de uma cultura supostamente mais elevada, superior e verdadeira, abarcando as demais e constituindo-se como padrão comunicativo.

A segunda é a tradição intelectual que correu por muito tempo fora dos parâmetros da ciência. Tratar-se-ia, antes, de um padrão "literário" ou "artístico" de aproximação às realidades humanas. Shakespeare, o Lazarilho, o barroco, os autores latino-americanos – para ficar no âmbito Europa-América, rota de origem da Modernidade – conformam um padrão de intelectual-narrador imerso na cultura e em suas contradições.

Por muito tempo, essas duas tradições andaram separadas. Essa separação só foi quebrada, pioneiramente por autores como os brasileiros Euclides da Cunha e Gilberto Freyre, que trazem para o campo das humanidades as formas de conhecer e descrever da ficção. Suas obras, de alguma forma, refletem um modelo de intelectual marcado pela contradição, pela narração poética e pela imersão apaixonada nas culturas e nos fenômenos que analisam. Mais recentemente, vários(as) pensadores(as) têm adotado perspectivas semelhantes na crítica aos princípios das ciências humanas formulados na segunda metade do século XIX.

Os princípios das ciências humanas foram baseados num enfoque ao mesmo tempo progressista, moralista, normativo e elitista. Disciplinas como psicologia, antropologia e sociologia teriam, entre suas atribuições, o olhar científico e crítico sobre a mente, as culturas e as sociedades para elaboração de políticas institucionais que, em tese, permitiriam o progresso daquelas. O caráter "científico" – e supostamente universal – desses saberes coloca os(as) que os detêm na situação de elite. Comprometido(a) com idéias "progressistas" alicerçadas no saber "universal e superior" da cultura e da ciência européias, o(a) intelectual se constitui, assim, como "vanguarda" da sociedade.

Esse enfoque, gerado no interior das teorias positivistas, não foi estranho aos grupos marxistas. Socialistas, como o escritor H. G. Wells, o adotaram. Tampouco foi exclusividade dos(as) intelectuais europeus (européias). Nossos nacionalistas republicanos, com o aval dos intelectuais pioneiros das ciências humanas no Brasil, não apenas o adotaram, como também o utilizaram para justificar

¹ Hernani Dimantas, um dos pioneiros nos projetos e estudos sobre a Internet no Brasil, aborda esse processo em *Marketing hacker: a revolução dos mercados*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

políticas repressivas. O caso célebre da Guerra dos Canudos, narrado por Euclides da Cunha em *Os Sertões*, é um dos muitos exemplos.² As culturas exteriores ao contexto europeu moderno e os saberes não-institucionais foram considerados inferiores, “não-rationais”: no máximo, objetos de estudo. Por isso, tal enfoque é, também e sobretudo, elitista.

Ao longo do século XX, a reformulação dos princípios das ciências da natureza e da vida – por exemplo, e notadamente, a partir da teoria da mecânica quântica, que insere a contingência como dado de “realidade” nos processos físicos, e das descobertas nos campos da biologia e da evolução, que consideram a informação como elemento fundamental da vida na Terra –, a expansão dos meios de comunicação de massa, a proliferação das forças destrutivas, a crítica aos princípios das ciências humanas, entre outros fenômenos e eventos, contribuíram para uma rediscussão ampla sobre os paradigmas da ciência e da cultura européias.

Não vamos abordar aqui, obviamente, o conjunto desses fenômenos, eventos e teorias. Vamos nos deter nas relações entre os(as) intelectuais e os meios de comunicação de massa, as quais, imaginamos, devem ser um ponto fundamental para entender a posição dos(as) intelectuais com relação à cibercultura.

O enfoque das ciências humanas – embutindo um pensamento eurocêntrico, moralista e normativo junto com o compromisso com um projeto progressista –, apesar de criticado, vai permanecer vigente na relação entre os(as) intelectuais e o fenômeno dos meios de comunicação de massa ao longo do século XX, mesmo dentro do campo próprio de saberes, teorias e disciplinas da comunicação. Para ficarmos em dois, e significativos, exemplos dos princípios desses saberes e disciplinas, citemos a Mass Communication Research e a Teoria da Indústria Cultural, que ainda ecoam fortemente na formação, na pesquisa e nas atividades dos(as) comunicadores(as) sociais, bem como nas análises teóricas sobre os meios e os processos de comunicação.

Herdeira direta das teorias psicológicas em voga no início do século XX – psicologia das massas, behaviorismo e as teorias de Pavlov sobre reflexo condicionado – e da estreita associação entre ciência, moral e a política que lhes servia de base, a Mass

Communication Research buscou entender, durante a década de 30 nos EUA, os mecanismos de convencimento das massas por meio da propaganda, das pesquisas de opinião e dos métodos de persuasão. O objetivo era político, e as técnicas pesquisadas de formação de opinião pública foram amplamente utilizadas, por exemplo, pelos governos dos EUA. Essa linha de estudos também serve diretamente à elaboração de ferramentas “eficientes” para a publicidade. Os meios de comunicação de massa, de fato, devem muito aos conceitos elaborados no âmbito dessa teoria: por exemplo, a idéia de “massa” enquanto uma moldável pelas mensagens e pela propaganda. Essa abordagem foi utilizada pelo nazismo – com o rádio e o cinema sendo adotados como instrumentos de propaganda política – e pela publicidade. Ainda hoje – e a propaganda política é um exemplo, infelizmente –, essa perspectiva segue vigente.

A segunda teoria à qual nos referimos remete ao termo cunhado por Adorno e Horkheimer na década de 40: indústria cultural. Trata-se da análise, pelo viés marxista, da produção industrial dos bens culturais como movimento global de produção da cultura como mercadoria. Essa situação não é considerada resultado da evolução da tecnologia enquanto tal, mas de sua função na sociedade atual. “Em nossos dias, a racionalidade técnica é a racionalidade da dominação propriamente dita. O terreno em que a técnica adquire seu poder sobre a sociedade é o terreno dos que a dominam economicamente.”³

Antes de comentar o peso e as consequências dessas teorias, sobretudo da segunda, entre os(as) intelectuais contemporâneos(as), vamos abrir um parêntese. A linha inaugurada por Adorno e Horkheimer – Escola de Frankfurt – motivou importantes contribuições, entre as quais cabe citar a de Walter Benjamin, por sua originalidade e diferença com relação às idéias de Adorno e Horkheimer. Benjamin, muito

As culturas exteriores ao contexto europeu moderno e os saberes não-institucionais foram considerados inferiores, “não-rationais”: no máximo, objetos de estudo

2 LEMOS, Maria Alzira Brum. *O doutor e o jagunço: ciência, cultura e mestiçagem em Os Sertões*. São Paulo: Arte&Ciência, 2000.

3 Citado por Armand e Michèle Mattelart. *História das teorias da comunicação*. Loyola: São Paulo, 1999, p. 78.

Tanto quanto a cultura científica, a chamada cultura de massa se constitui como um padrão comunicativo. Ambas configuram culturas mundializadas, ambas abarcam contribuições das culturas populares

mais próximo de um modo híbrido de conhecimento e explicação da realidade, avançou no sentido de considerar obsoleto o conceito de obra de arte "única" ou "aurática", ao definir o cinema como uma arte cuja única razão de ser é a reprodução técnica.

Fechemos parêntese e voltemos ao tema que motiva essa reflexão. O conceito de indústria cultural dá conta de explicar aspectos importantes da relação entre arte e cultura, economia e cultura, mas não ape-

nas é insuficiente para explicar as conseqüências da expansão dos meios de comunicação de massa como adota um conceito segundo o qual arte e cultura "elevadas" seriam a arte e a cultura européias. Ao opor o que seria arte e cultura "verdadeiras" àquilo que é veiculado pela mídia, os(as) teóricos(as) da indústria cultural acabam por adotar uma posição eurocêntrica e um conceito de arte e cultura, no mínimo, limitado.⁴

Um dos motivos pelos quais o conceito de indústria cultural é insuficiente para explicar as complexidades envolvidas nas relações entre cultura e comunicação no último século é que, para além da noção restrita de que a economia capitalista determina a reprodução técnica de

uma cultura "vulgar", seria necessário repensar os conceitos de economia e cultura. Tanto quanto a cultura científica, a chamada cultura de massa se constitui como um padrão comunicativo. Ambas configuram culturas mundializadas, ambas abarcam contribuições das culturas populares e de outros saberes e práticas, os quais digerem e reprocessam. Mas enquanto a cultura das mídias institui um padrão "democrático" – todos nós, em princípio, podemos acessar os códigos que nos incluem nessa cultura –, a cultura científica demarca o terreno da elite. O acordo tácito que mantém os(as) intelectuais à margem das linguagens,

dos meios e dos processos da comunicação – como narradores(as), críticos(as), divulgadores(as) e jamais como operadores(as) – permite, mais que a continuidade de um modelo centralizado de produção e controle do conhecimento, um modelo retórico e institucional que "autoriza" uma desigualdade baseada no tipo de cultura e/ou conhecimento e, portanto, a continuidade do lugar dos(as) intelectuais como uma elite.

A emergência dos meios digitais de comunicação e informação agregou novidades no que diz respeito aos processos de produção e circulação de mercadorias materiais e simbólicas. Se o problema do modo de produção industrial e de sua relação com as culturas já era complexo, entender o surgimento, desde dentro do capitalismo, do que será um novo modo de produção baseado no paradigma da comunicação-informação e repensar, à luz desse novo modelo, as questões da cultura e do conhecimento requer um esforço que vai além do conceitual. Falamos aqui de métodos, procedimentos, afetos, paixões e práticas culturais.

Em que pese a tão falada exclusão digital – já a abordamos em outros artigos⁵ e, por isso, deixamos esse aspecto por ora em suspenso, lembrando apenas que não advogamos o conceito de superação (talvez devêssemos ler Marx com mais cuidado) –, a cultura que se cria com as práticas sociais nos meios digitais, a cibercultura, caracteriza-se pela descentralização da produção material e simbólica, bem como dos processos de comunicação e informação. Insistimos em dizer que a democratização, que significa acesso "da maioria" ao meio, é um conceito insuficiente quando falamos de meios digitais e cultura contemporânea. A democracia – como observou Robert Kurz⁶ – é o projeto da cultura de massa, e muito de totalitário aí se oculta. Optamos pelo termo *descentralização* por entender que é a descentralização da produção do conhecimento e dos focos "emissores", por assim dizer, de mensagens que caracteriza as práticas da cibercultura – e, antes dela, as das culturas populares – o que pode permitir o rompimento das estruturas burocráticas e autoritárias vigentes nas nossas "melhores" democracias.

A cibercultura, resultado da hibridização entre os avanços da ciência e os métodos, práticas e procedimentos das culturas populares, parece apontar para um reencontro – real e "prático" – entre as duas tradições da

4 Seguimos aqui o comentário dos Mattelart na obra citada sobre o viés eurocêntrico da Teoria da Indústria Cultural.

5 LEMOS, Maria Alzira Brum; WINCK, João Baptista. Cultura digital e políticas das imagens e dos signos. In: *Democracia Viva*, 13, p. 62-70, mar.-jun., 2002.

6 Ver <<http://planeta.clix.pt/obeco/rkurz3.htm>>.

Modernidade que, por longo tempo, mantiveram-se separadas, salvo em situações ou contextos considerados "periféricos" ou no âmbito do discurso e/ou da crítica.

A interação e a produção descentralizada do conhecimento, características da cibercultura, fazem com que se embaralhem os centros e as periferias, uma vez que o conhecimento não está em nenhum lugar – instituição, pessoa –, mas numa Rede; não está pronto para ser consumido e/ou assimilado, mas em construção. Por fim, a autoridade na Rede não está dada pela condição intelectual ou de classe de cada um(a), nem por sua posição social como pesquisador(a) ou professor(a) numa estrutura hierárquica determinada, como um centro de pesquisa ou uma universidade. Não há um rito de passagem ou de autorização para o "lado de lá", o da verdade-autoridade, lugar fechado que Cristovam Buarque tão bem definiu no artigo *Os círculos dos intelectuais*.⁷

Na cibercultura, poder, autoridade e verdade mudam de lugar; podem ser momentaneamente construídos e/ou conquistados por meio de métodos, estratégias e práticas experimentais. A inserção na cultura – e na cibercultura – nos obriga ao pensamento original, aquele do erro, da hibridização e da incerteza. Por fim, a configuração do conhecimento na interação exige não apenas um *ethos*, mas também um *páthos*, a recuperação dos paradigmas da colaboração, da afetividade e do mergulho na complexidade.

Também perde sentido a noção de vanguarda, tão arraigada quanto identificada ao elitismo. Embora ainda sobreviva – como, de resto, tudo o que é moderno, assim como os signos da cultura de massa –, essa noção, que dá a um grupo de pequeno-burgueses(as) cultos(as) ou supostamente cultos(as) a certeza de verdade, autoridade e "superioridade" cultural e estética, dificilmente resistirá no caldo híbrido da cibercultura a partir do momento em que outros signos, poderes e grupos circularem em maior número pela Rede. Imaginamos que, dessa interação, possam sair novas formas de definição de subjetividades, aquém e além da egocêntrica (e eurocêntrica) noção de sujeito moderno.

A cibercultura recupera e reaviva a tradição de Shakespeare, do Lazarillo, de Gilberto Freyre. Renova uma perspectiva que já se fazia presente, por exemplo, numa certa linha intelectual latino-americana que viu na

circulação, nos trânsitos, nas passagens, nos cruzamentos, nos híbridos, formas válidas e vivas de conhecimento.

Em vez da figura "científica", "objetiva" e "crítica" do(a) intelectual reproduzido(a) em série no interior de instituições e círculos fechados, uma figura que raramente se mistura, a cibercultura poderá produzir – desde que os(as) professores(as) doutores(as) abandonem tanto sua pretensão elitista à verdade quanto o ego colonizado em prol de uma intelectualidade amorosamente inserida na cultura – intelectuais capazes de atuar na construção do projeto político de uma sociedade mais justa e colaborativa.

Interatividade é exposição. Ao expor-se na cibercultura, os(as) intelectuais perdem seu lugar no mercado e na ordem estabelecidos. E é exatamente isto, a mudança de lugar e as inversões, que os(as) intelectuais temem. Medo semelhante os(as) teria levado a abandonar, ao longo do século XX, os meios de comunicação de massa nas mãos dos "capitalistas", dos "amadores" e da "gente do espetáculo e da imprensa". Nem sequer houve, muitas vezes, um esforço para gerar políticas, métodos e práticas para os meios audiovisuais. Muitos(as) intelectuais contentaram-se em criticar a "indústria cultural" quando seus próprios corações estavam sendo irremediavelmente invadidos. Sem nenhum pudor, no entanto, serviram-se da mesma indústria para manter sua condição de elite, divulgando sua alta cultura, seus artigos e suas belas fotos em pose de professores(as) doutores(as).

Se nos tempos do domínio da comunicação de massa, como apontou Umberto Eco,⁸ os(as) intelectuais só podiam ser apocalípticos (as), os(as) críticos(as) empedernidos (as) da comunicação de massa, ou integrados(as), os(as) dispostos(as) a aderir às novidades e a colaborar, a cibercultura exige estar além dessas posturas.

Para usar a frase que se fez moda, é hora de vencer o medo dos meios de comunicação e, sobretudo, da interação. Hora de os(as) intelectuais assumirem, para além do discurso e da crítica, um lugar na cibercultura, na Rede, na vida e na própria cultura contemporânea. "Interação ou barbárie" é a frase que se coloca no presente. Afinal, como disse Lezama Lima, sendo ambas, vida e cultura, uma só e mesma coisa, não há por que separá-las e falar de ridículas primazias.⁹ Melhor ouvir. ■

*Maria Alzira Brum Lemos

Doutora em Comunicação e Semiótica, pesquisadora e jornalista. alzira_brum@uol.com.br

** João Baptista Winck

Doutor em Comunicação e Semiótica, mestre em Educação e pesquisador na área de mídias audiovisuais. winck@uol.com.br

*** Hernani Dimantas

Pesquisador participante da cibercultura e criador do projeto www.marketinghacker.com.br. hernani@marketinghacker.com.br

7 Publicado em *O desafio ético*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000, p. 93-117.

8 ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

9 LIMA, José Lezama. *Imagen y posibilidad*. Havana: Letras Cubanas, 1992, p. 192.

NACIONAL
Gilberta Ayselrad*



GUTO MIRANDA

A construção social do "problema" das drogas

Entre a glamourização e a demonização do uso de drogas, e em que pese a produção de conhecimento que procura dar conta da complexidade da experiência, a população consumidora continua sendo vista como a grande culpada. De um lado, a população consumidora que carrega algum estigma social – racial, ocupacional, habitacional, nacional, entre outros –, que consome drogas de baixa qualidade e, principalmente, que encontra no comércio da droga sua fonte de sobrevivência e de inserção social, ainda que na ilegalidade. De outro, aquela que, por sua posição social e econômica, não é estigmatizada e que se ampara na ideologia liberal que justifica que se limite para alguns – cidadão ou cidadã de "primeira classe" – o poder do Estado de interferir na vida privada. Reiteram-se as afirmações "o uso de drogas desagrega as famílias", "o uso de drogas leva à violência", "enquanto houver usuários, haverá tráfico", "quem usa drogas participa da violência que cerca sua produção", "vamos seguir os usuários e chegaremos aos traficantes". Afirma-se

que "enquanto houver demanda, haverá oferta". Mas não há razões suficientes para crermos que o "problema" da droga esteja apenas no consumo, como insistem alguns governos, instituições e parte da mídia. O consumo parece ser a ponta de um *iceberg*, expressão do mal-estar do sujeito no mundo moderno. Pois a demanda não brota espontaneamente, ela é produzida social e historicamente.

Contexto obscuro

Culpabiliza-se a população como forma de justificar a manutenção da lei que proíbe o uso de certas drogas, mesmo quando não há danos a terceiros, justificando igualmente toda a repressão que dela decorre. A violência que hoje envolve consumo e, principalmente, o tráfico parece ser única, não sendo relacionada como uma entre outras formas de violência, a caracterizar as relações humanas. Obscurece-se o contexto de uso. Não vem à tona o fato de que, em se tratando de drogas como maconha e cocaína, nos países subdesenvolvidos, grupos sociais que estão fora do controle da economia institucionalizada dominam o cultivo, a produção e parte do transporte de drogas. Minimiza-se a responsabilidade dos setores financeiros dos países desenvolvidos, no comércio de insumos necessários à produção, sua responsabilidade na lavagem e apropriação dos fundos provenientes do comércio ilegal. Dissimulam-se tanto a dificuldade dos poderes públicos em elaborar políticas públicas de integração social plena que garantam a redução dos eventuais danos decorrentes do uso, como as ambigüidades ideológicas, filosóficas e das políticas proibicionistas.¹

A incapacidade de controlar os hábitos de consumo se manifesta não só nas políticas que tentam erradicar o consumo de drogas ilícitas, como também nos espaços educacionais, familiares e de trabalho. Há, na realidade, um grande confronto entre uma lógica econômica que, ao mesmo tempo em que combate uma mercadoria de consumo ilegal, estimula sua necessidade pela produção de uma vida social competitiva, permeada pela iminência de exclusão.

Predomina a tendência a buscar um culpado: o inimigo externo, o "vírus" que ataca o corpo social sadio, provocando a doença que é preciso erradicar. As políticas de drogas, mesmo quando têm um discurso que se

aproxima do politicamente correto – combate limitado ao uso indevido, abusivo, ações que levem em conta o contexto local, noção de que no "problema" interferem o produto, a personalidade do usuário e o contexto de uso, na prática –, como foi o discurso oficial do governo FHC, de alguma forma ainda contribuem para fortalecer a noção de que a população consumidora é a responsável pelo descontrole, confirmando a necessidade indiscutível da erradicação do uso.

Na prática da política de drogas, no Brasil tem predominado a preocupação essencial com os produtos ilícitos – quando, de fato, no país, as pesquisas indicam o uso preponderante de substâncias (*uso na vida*² e *uso dependente*) de venda legal – álcool, tabaco, solventes, tranqüilizantes, remédios para emagrecer, só depois seguidos pela maconha e cocaína – nos levantamentos realizados com estudantes.³ No que se refere a sondagens domiciliares recentes, em São Paulo, o álcool e o tabaco são as drogas de *uso na vida* mais citadas (seguidas pela maconha, solventes, cocaína, estimulantes, tranqüilizantes, remédios para emagrecer e xaropes), mantida, portanto, a importância do consumo de substâncias de uso legalizado.⁴ Ainda que as pesquisas realizadas sobre consumo de bebidas alcoólicas evidenciem a associação do uso indevido e comportamentos de risco e ainda que seja clara a associação entre o hábito de fumar (tabaco) e doenças respiratórias, as políticas oficiais são perigosamente condescendentes com esses hábitos, na medida, talvez, da legalidade dessas drogas. Os produtos são referidos como se eles todos tivessem a mesma ação no organismo e como se fossem determinantes dos danos, estes considerados sempre como inevitáveis e fatais. Muito timidamente são citados os diferentes tipos de uso – a primeira experiência, os usos circunstanciais e habituais que se mostram serem passíveis de controles. De maneira recorrente, confundem-se usos controlados com a dependência.

Por outro lado, não é considerado o uso involuntário de drogas, aquele que resulta do contato com substâncias psicoativas, altamente tóxicas, presentes no processo de trabalho agrícola⁵ e industrial.⁶ Desqualifica-se a pessoa como sujeito de sua história, de suas escolhas. Afinal, a droga é apresentada quase como um vírus contra o

1 GUIZADO, A. C. Cinco tesis sobre narcotráfico y violencia en Colombia. *Revista Foro*, Bogotá, n. 15, p. 65-73, 1991.

2 O termo *uso na vida* diz respeito a quem já experimentou pelo menos uma vez.

3 GALDÚROZ, J.C.F. et al. *IV levantamento sobre uso de drogas entre estudantes de 1ª e 2ª graus em dez capitais brasileiras*, 1997. São Paulo: UFSP/EPM/Dep. de Psicobiologia, Cebrid, 1997.

4 GALDÚROZ, J.C.F. et al. *I levantamento domiciliar nacional sobre o uso de drogas psicotrópicas, Parte A: envolvendo 24 maiores cidades do estado de São Paulo*. São Paulo: Faperp, 1999.

5 Casos constatados de suicídio, precedidos de episódios de depressão nervosa, entre agricultores em Venâncio Ayres (RS), associados ao consumo involuntário de substâncias psicoativas presentes na composição de agrotóxicos.

6 PACHECO-FERREIRA, H. Os trabalhadores e o uso do mercúrio. In: ACSELRAD, G. (Org.). *Avessos do prazer: drogas, Aids e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2000.

qual a "vacina" da proibição e da repressão surge como a única solução.

Resgatar a memória sobre o consumo de drogas, ontem e hoje, aqui e em outros países, ajuda a pensar formas democráticas de lidar com o que hoje se tornou um "problema". Cada sociedade, em cada momento de sua história, encontrou uma forma de lidar com as drogas, seja sua produção ou seu consumo. Em alguns momentos, controles individuais e coletivos foram suficientes para reduzir danos. O hábito de beber vinho *puro* já foi considerado um ato pouco cidadão – cada dose de vinho era misturada a duas de água –, evitava-se beber vinho durante as refeições ou mesmo durante o dia, bebia-se apenas depois do jantar, o consumo era proibido entre as crianças, que, no entanto, tinham acesso a algumas gotas de ópio para melhor dormir.⁷ O absinto, bebida popular na França de 1830 até o início do século XX, teve sua toxicidade comprovada oficialmente como se a substância tivesse em si mesma a explicação da violência manifestada pelos usuários, contra todas as evidências, quando a sua popularidade ameaçou os interesses econômicos dos tradicionais produtores franceses de vinho.⁸

Usos restritos a alguns grupos, usos diferenciados de acordo com a idade, usos restritos a determinados momentos, cercados por rituais coletivamente elaborados e aceitos por toda a sociedade, essas são práticas registradas pela história, na intenção de minimizar danos eventuais. Hoje, o ritual coletivo perde-se no projeto de satisfação individualista. Sugere-se que o sonho do consumo "cria identidade". E, se as decepções de um mundo que escapa aos nossos desejos, as angústias próprias da vida nos afligem, o caminho de busca solitária de compensações está aberto, e, nessa busca, as drogas são uma opção de fácil acesso e resultado imediato. O uso de drogas generalizou-se, tornou-se prática banalizada. Qualquer um – em quase qualquer espaço, jovens, adultos, idosos, ricos e pobres – pode experimentar, habituar-se, correndo o risco de tornar-se dependente.

O usuário dependente realiza, inconscientemente, o ideal de "homo economicus", que, no modelo liberal, coloca como valor máximo a satisfação dos desejos individuais, sem nenhuma imposição de valores críticos. "O prazer autônomo tanto quanto possível,

independentemente de todas as relações, é reduzido à ativação de uma substância com outra. Do prazer percebido como subproduto de alguma combinação de atividades que estavam em harmonia com o bem-estar do indivíduo e da espécie, hoje, passamos a seu acesso direto pela via elétrica ou química que nos exime de lidar com decepções. Mas o enfoque autônomo do prazer individual subjetivo é literalmente mortal."⁹

Melhor educar

Diante do "problema" das drogas, é necessário agir, fazer alguma coisa. Mas o que fazer? Prevenir significa evitar que alguma coisa aconteça. Buscamos prevenir doenças, obesidade, acidentes, velhice. É melhor prevenir do que remediar, diz o ditado popular. A prevenção das drogas é fundamental já que, segundo estimativas, 30% apenas dos dependentes de drogas conseguem superar o uso indevido, abusivo, e isso significa dizer não retomar o uso nos cinco anos seguintes ao fim do tratamento.

O consumo de drogas entre jovens do ensino fundamental e do ensino médio, no Brasil, ainda é inferior ao registrado nos EUA e em países da Europa. Mas os índices de consumo crescem se comparados a levantamentos anteriores.¹⁰ Cresce o envolvimento de jovens com o tráfico de drogas, segundo esclarecem pesquisas recentes¹¹ que falam da exposição de crianças ao tráfico desde muito cedo, começando a *andar* com traficantes a partir dos 10 anos de idade. Fala-se de um verdadeiro extermínio da população pobre, entre 15 e 17 anos, de índices assustadores de morte, por arma de fogo, no caso do Rio de Janeiro, de *crianças envolvidas com violência armada organizada*, índices superiores aos registrados em países onde há uma situação de guerra declarada. Prevenir a violência do tráfico, vivida de forma generalizada pela

Cada sociedade encontrou uma forma de lidar com as drogas, seja sua produção ou seu consumo. Em alguns momentos, controles individuais e coletivos foram suficientes para reduzir danos

7 VILLARD, P. Ivresses dans l'antiquité classique. *Revue Histoire, Economie et Société*, Paris, p.453-459, 1989.

8 DELAHAYE, M.C. Grandeur et décadence de la fée verte. *Revue Histoire, Economie et Société*, Paris, p. 475-489, 1989.

9 DALY, H. E.; COBB Jr., J.B. *Para el bien común, reorientando la economía hacia la comunidad, el ambiente y un futuro sostenible*. México: Ed. Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 93.

10 Vide nota 4. O uso na vida do álcool: 53,2%; uso dependente de álcool: 6% (valores próximos aos observados em estudos de outros países); uso na vida do tabaco: 39,0%; uso dependente: 9,3%; índice de 11,6% de uso na vida de outras drogas, porcentagem próxima do Chile, superior à Colômbia e muito inferior aos EUA (34,8%). A maconha foi, dentre as drogas ilícitas, a que teve maior uso na vida – 5,6%, índice muito inferior ao observado no Chile, EUA, Dinamarca, Espanha e Reino Unido.

11 DOWDNEY, L. *Crianças do tráfico: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2003.

população do Rio de Janeiro, em episódios como os de setembro de 2002 e fevereiro de 2003, coloca a urgência de uma ação por parte do governo e das instituições democráticas.

Ao "problema" do uso indevido se soma o grave quadro de envolvimento de crianças no tráfico, com sua expressão de violência crescente. Mas a prevenção, até agora realizada, seja amedrontando os usuários quanto aos danos, dados como certos e inexoráveis, seja na sua forma repressiva, não tem conseguido resultados positivos.

No que se refere ao uso indevido, predomina a prevenção – forma de evitar a própria experiência da droga –, mas na sua expressão autoritária. Como na história da Bela Adormecida, o rei e a rainha não quiseram receber no palácio as "bruxas" consideradas feias, desagradáveis – referindo-se a conflitos que, de fato, fazem parte da realidade. Estas, irritadas, rogam uma praga: a princesinha, mais tarde, irá ferir-se com um fuso. Em vez de ensinar a princesinha a lidar com o fuso, seus pais preferem bani-los do reino. Com a razão entorpecida pelo medo, a descuidada princesa acaba encontrando um fuso esquecido no sótão e se fere, caindo num torpor, após cometer a transgressão de mexer no que era

proibido. Não teria sido melhor prepará-la para lidar com o fuso, de forma clara, sem mitificações e mistificações?¹² Não teria sido mais pedagógico educar, em vez de tentar evitar o problema erradicando os fusos do reino? Educar para a autonomia – "ajudar o outro, esse feixe de pulsões e imaginação, a tornar-se um ser humano, capaz de governar e ser governado"?¹³

A educação para a autonomia é um processo que começa na idade zero e que ninguém sabe quando termina. É um projeto pedagógico que procura desenvolver a

capacidade de aprender do sujeito – aprender a aprender, aprender a descobrir, aprender a inventar. Nele, sem dúvida, as matérias ensinadas – a geografia, por exemplo, pode tratar da importância cultural do plantio de coca nos países andinos, do uso medicinal da maconha no interior do Brasil¹⁴ – serão degraus que permitirão desenvolver a capacidade de aprender, descobrir, inventar. No projeto de educação para a autonomia, dois princípios são firmemente defendidos: todo processo de educação que não visa desenvolver ao máximo a atividade própria dos alunos é ruim; todo sistema educativo incapaz de fornecer uma resposta razoável à questão eventual dos alunos – "Por que deveremos aprender isto?" – não terá sucesso.¹⁵

No que se refere à prevenção do ingresso no tráfico, é grave a indignação das ações correntes. A política de drogas tem se limitado a reprimir a transgressão, com uma inovação recente: o Programa de Justiça Terapêutica, proposta de tratamento compulsório – mais uma vez identificando uso e dependência – como alternativa à perda da liberdade. As instituições que acolhem crianças em conflito com a lei estão muito longe de proporcionar alternativas reais de inserção social digna e cidadã. Por isso, a falência dessa prevenção, que é esvaziada de sentido real. Tentar erradicar algo que faz parte da nossa história, de maneira meramente repressiva, exagerar riscos, dar informações genéricas, confusas ou mesmo errôneas como se fossem "verdades" desde sempre comprovadas, propor "alternativas" de uma falsa profissionalização, para quem teria de ter sua infância resgatada, são algumas das tentativas da prevenção que tendem a se frustrar.

Mais do que nunca, a possibilidade de conhecer e dispor de informações sempre atualizadas e amplas é o melhor caminho para educar para a possibilidade de refletir e agir no interesse próprio e da coletividade. Até que ponto o consumidor de drogas ilícitas, na sua transgressão individual, não está correspondendo ao ideal liberal de consumidor acrítico? Até que ponto as crianças em situação de violência armada organizada, com o seu envolvimento crescente no "trabalho" do tráfico, não estão reforçando o fracasso do poder público, que não conseguiu honrar o contrato social a que os cidadãos têm direito?

Até que ponto as crianças em situação de violência armada organizada, com o seu envolvimento crescente no "trabalho" do tráfico, não estão reforçando o fracasso do poder público?

12 ARANTEGUY, L. *Doces venenos*. São Paulo: Olho d'Água, 1990.

13 CASTORIADIS, C. *Psychanalyse et politique*. *Revue Lettres Internationales*, Paris, n. 21, p. 54-57, 1989.

14 HENNAN, A.; PESSOA Jr., O. *Diamba, sarabamba: coletânea de estudos sobre a maconha*. São Paulo: Ground, 1986.

15 CASTORIADIS, C. *op. cit.*, p. 54-57.

O papel da mídia

Na mídia, podemos identificar o predomínio de divulgação sensacionalista de ações espetaculares de repressão ao tráfico de drogas ilícitas. A riqueza de detalhes no que se refere à violência das ações, os níveis de modernização dos tipos de armas que circulam em ambos os lados, a conexão com a corrupção policial e as imagens cinematográficas dos embates e de policiais do Bope que escondem o rosto revezam-se com o tratamento aparentemente piedoso, ao mesmo tempo, considerando quase uma fatalidade o que ocorre com as pessoas inocentes feridas ou mortas nos violentos conflitos armados.

Em segundo plano, com bem menos destaque, vem a divulgação de resultados de pesquisas, estudos sobre consumo, tráfico de drogas, violência. Apresenta-se uma discussão que, mesmo não sendo unânime, sem suas conclusões, caracteriza-se pela seriedade do enfoque. Embora com reduzido ou raro destaque, essas pesquisas, quando veiculadas, contribuem, sem dúvida, para uma reflexão diferenciada em relação ao sensacionalismo habitual, ainda que sempre focalizada nas pessoas jovens, como se estas fossem as únicas consumidoras de drogas, sempre ilícitas, sendo a reflexão completada com conselhos aos familiares, via de regra perplexos diante dos fatos. Paralelamente, tornam-se cada vez mais freqüentes os artigos de opinião, editoriais, entrevistas com personalidades, imediatamente após um momento em que o "problema" droga irrompe com maior violência e/ou gravidade.

Episodicamente, temos as campanhas da chamada "prevenção". É curioso observar aqui, de novo, a tendência de provocar impacto no público-leitor, por meio de imagens e linguagem sensacionalistas, sugerindo um estado de guerra individual e coletiva. Em algumas campanhas veiculadas pela mídia, a imagem do dependente, na deterioração física apresentada com um fato indiscutível, pode ser confundida com o aspecto de uma pessoa com dengue hemorrágico. Em *outdoors*, frases aparentemente ingênuas reforçam a irracionalidade, a discriminação. Dizer "Drogas, tô fora" motivou, pela sua inconsistência, o complemento jocoso, pichado num muro de Porto Alegre: "Claro, saí para comprar". Afirmar "Drogas, nem morto" também não tem sentido algum: uma vez morto, o sujeito não

tem escolhas. Dizer que "Quem se droga é triiiiiste" é generalizar a experiência negativa, ainda que os riscos sejam reais. É fazer de conta que uma festa não perde a graça quando a bebida acaba, é nunca ter observado o prazer que dá tragar um cigarro, ou ainda ignorar a tranqüilidade experimentada logo após a ingestão de um medicamento contra a dor ou para dormir. Dizer que "Droga é brega" expressa, sem que se perceba, um preconceito em relação às pessoas chamadas de "bregas", que o são apenas aos olhos de quem assim as consideram – afinal, cada pessoa tem seu estilo e dele se orgulha. E o que significa dizer que "Droga é uma merda"? O que informa essa frase para quem já experimentou e sentiu prazer, calma, alívio? Campanhas dessa natureza não educam, são desconsideradas pelos usuários ou, o que é tanto mais grave, confundem.

Algumas dessas frases são, de alguma maneira, perversas porque informam pela metade, não atingem quem não inclui sua experiência na forma estereotipada como a reação é apresentada, mas que, nem por isso, estão imunes aos riscos e precisam estar alertas. São frases que não preparam, de fato, o sujeito para refletir e agir de forma consciente, diante dos riscos que sem dúvida existem. São palavras de ordem que continuam sendo difundidas, carregadas de uma intenção de prescrever vacinas que ilusoriamente nos protegeriam. Mas nessas campanhas, recentemente, surgem também novos enfoques em que a relação pais/mães e filhos(as) é valorizada. Novos motes apontam a necessidade da autonomia: "Quem escolhe meu caminho sou eu, não a droga", frase mais identificada com a noção de que somos sujeitos de nossa história.

Afirmar "Drogas, nem morto" não tem sentido algum: uma vez morto, o sujeito não tem escolhas. Dizer que "Quem se droga é triiiiiste" é generalizar a experiência negativa, ainda que os riscos sejam reais

A mídia tem reiteradamente divulgado entrevistas com artistas e intelectuais sobre suas experiências de uso de drogas. Se, no texto interno, o debate se amplia, assim como a busca de encaminhamentos democráticos da questão, o sensacionalismo das chamadas de capa mais uma vez evidencia a manipulação das experiências, o que tem até redundado em prejuízos posteriores às declarações dadas.¹⁶

Pedra no caminho

A criminalização do usuário é um absurdo jurídico: o Estado exacerba no seu direito de legislar quando legisla no espaço privado, quando não há prejuízo de terceiros.¹⁷

Por mais contraditório que possa parecer, descriminalizar o uso de drogas, quaisquer que elas sejam, com definição no texto da lei sobre quantidade que evidencie uso pessoal, abre caminho para uma educação democrática que reduza os danos decorrentes do consumo. Essa possibilidade já é real em alguns países da Europa, como na Holanda – e, mais recentemente, Espanha e Portugal. Na

Bélgica, descriminalizou-se o uso de maconha. Sob outra perspectiva, no Canadá, o uso terapêutico da maconha é autorizado no caso de doenças terminais.

Argumenta-se que a criminalização é, de alguma forma, um freio ao uso. Entretanto, nos países que optaram pela descriminalização, os índices de consumo não trário, a descriminalização permitiu a opção por novas diretrizes: prioridade dada à educação sobre os danos decorrentes de usos indevidos, não cidadãos – aqui considerados como aqueles que estão em desacordo com os hábitos culturais reconhecidos e aceitos coletivamente –, prioridade para as pesquisas e tratamento do uso dependente e repressão direcionada, limitada ao controle do tráfico.¹⁸

Argumenta-se que, em sociedades onde predomina uma forte desigualdade social, os privilégios de alguns grupos sociais já garantem a descriminalização, de fato, do uso para esses mesmos grupos. Sem alteração desse contexto, a descriminalização legal não garantiria, automaticamente, tratamento democrático para grupos já marginalizados. Para estes, o “problema” droga continuaria existindo, com a manutenção da desigualdade estrutural.

Cada sociedade, em cada momento de sua história, teve e tem drogas permitidas e outras proibidas. Dá para imaginar que o fumo de tabaco já foi motivo de prisão na Europa? E que o álcool é ainda hoje proibido em países muçulmanos? E que a cocaína, por volta de 1920, era vendida nos EUA pelo reembolso postal como tônico fortificante? E que a maconha já foi vendida em feiras livres no Brasil?

No nosso país, a lei que regulamenta o consumo de drogas data de 1976, Lei 6.368, elaborada durante a ditadura militar, que vigorou no Brasil a partir de 1964, o que significa dizer que carrega as características da política de exceção e controle social daquela época. No texto dessa lei, embora se reconheça a dependência de drogas como uma doença, o tratamento previsto é a perda da liberdade. Incentiva-se a delação como método, diretores de escola estão sujeitos à perda de eventuais subvenções, caso não denunciem e afastem alunos usuários de drogas ilícitas.

Mais recentemente, o usuário que é flagrado com uma pequena quantidade de uma droga ilícita se beneficia da Lei 9.099/95, que, tratando dos juizados especiais criminais, permite penas alternativas à prisão, em casos comprovados de pequeno potencial ofensivo, seguindo o exemplo da experiência norte-americana de cortes especiais para tratar o “problema” da droga em si, descontextualizado.

A lei interdita o uso, criminaliza o usuário. A prevenção, na sua busca de erradicar o uso, reforça a responsabilidade restrita ao sujeito da experiência. Ao consumo indevido se somam a violência e a criminalidade, decorrentes da ilegalidade da prática e não específicas ao efeito da droga no sujeito. A orientação sobre os eventuais danos decorrentes do uso não acontece, e a demanda por tratamento se esquiva. O empenho na “preven-

Dá para imaginar que o fumo de tabaco já foi motivo de prisão? E que a cocaína, por volta de 1920, era vendida pelo reembolso postal? E que a maconha já foi vendida em feiras livres?

16 A apresentadora de programas para jovens – Soninha –, após entrevista publicada na revista *Época*, em 2002, em que reconhecia já ter fumado maconha, foi demitida pela TV Cultura/SP, onde trabalhava.

17 KARAM, M. L. Legislação brasileira sobre drogas: história recente – a criminalização da diferença. In: ACSELRAD, G. (Org.). *Avessos do prazer: drogas, Aids e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Imago, 2000, p. 151-160.

18 CATTACIN, S. et al. *Modelos de politique em matière de drogue: une comparaison de six réalités européennes*. Paris: L'Harmattan, 1996.

ção" não resultou em diminuição do consumo, que aumenta e se diversifica; afinal, são tantas e novas as substâncias psicoativas que surgem no mercado...

Em muitos países, o consumo de drogas vendidas legalmente é maior que o consumo das drogas ilícitas – a França é um país com forte consumo de tranqüilizantes; na Bélgica, predomina o consumo de produtos de uso doméstico, em cuja composição estão presentes substâncias psicoativas. O "problema" da droga está, assim, organizado conforme a especificidade dos contextos.

A frustração dos educadores é real, e o objetivo proposto de erradicar o consumo jamais é alcançado, o que parece sugerir que o esforço em evitar o consumo não seja necessário já que a grande questão parece ser a relação que estabelecemos com as drogas.

A reflexão que permita um agir consciente, organizado em torno a controles individuais e coletivos de uso, poderia limitar os eventuais danos? Experiências passadas

indicam que sim; afinal, o uso indevido de forma generalizada é uma característica da nossa época. A experiência recente do controle do uso do tabaco também indica que sim. Seria impensável, há dez anos, imaginar a realidade atual de controle desse consumo em espaços públicos.

Percebe-se a construção de uma cultura de resistência. Iniciativas locais, comandadas por mulheres/mães, organizam redes alternativas de educação para jovens das comunidades, tentando romper a "atração" pelo tráfico. Outros projetos reúnem homens que questionam o modelo masculino do bebedor agressivo e investem na construção de uma consciência masculina solidária. Associações reúnem usuários de drogas na luta pela defesa dos seus direitos, em âmbito continental, nacional, com algumas representações estaduais. Profissionais de saúde e da área social se associam preocupados em garantir uma prática comprometida com a ética, com os direitos de cidadania.

***Gilberta Acselrad**

Mestra em Educação, coordenadora do curso de extensão universitária "Drogas e Aids: questões de direitos humanos", no Programa Cidadania e Direitos Humanos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Política democrática

Em 2000, a Rede de Direitos Humanos Drogas e Aids, com sede de referência na Uerj, divulgou uma Declaração de Direitos dos Usuários de Drogas, durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (RS). Essa declaração foi assinada por instituições e organizações não-governamentais e parlamentares. Com base nesse texto, foi elaborado, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, o Projeto de Lei 2.251/2001, que dispõe sobre a prevenção, o tratamento e os direitos fundamentais dos usuários de drogas¹⁹ e que passou por discussões entre os deputados estaduais, no período de 2001–2002. O projeto apresentado foi aprovado na íntegra pela Comissão de Justiça, numa explicitação de que não seriam necessárias novas leis para sua aprovação, todos os itens propostos já sendo garantidos pela Constituição Federal de 1988. O projeto também foi aprovado pela Comissão de Saúde e pela Comissão de Direitos Humanos.

Durante sua tramitação, em 2001–2002, foram realizadas audiências públicas do Fórum Permanente por uma Política Democrática de Drogas. Nesse espaço democrático, discutiram-se al-

guns temas: a lei proibicionista que regulamenta consumo de drogas e que causa mais danos que proteção; a necessidade de se ampliarem os esclarecimentos veiculados pela mídia; a importância vital da educação como forma de reduzir eventuais danos; a violência do Programa de Justiça Terapêutica – proposta de tratamento compulsório em situação de constrangimento –, viabilizado pelos juizados da infância e adolescência; as possibilidades e limites da repressão, sua organização e marcos éticos.

Em 2002, o Projeto de Lei 2.251/2001 foi aprovado no plenário da Alerj, suprimindo-se itens significativos, como o que declarava o usuário de drogas como um cidadão de direitos e deveres. Foi retirada também a proposta de redução de danos, que, em vários estados do Brasil (Rio Grande do Sul, Bahia, São Paulo e Minas Gerais), já é lei regulamentada e que se justificava, tendo em vista o sucesso de muitos programas já reconhecidos e mesmo financiados pelo Ministério da Saúde que têm obtido redução dos danos decorrentes de um uso indevido de drogas, reduzindo também os índices de infecção pelo HIV/Aids. ■

¹⁹ De autoria do deputado estadual Carlos Minc (PT-RJ).

O Brasil na encruzilhada

O Brasil, junto com a África do Sul, é o país mais desigual do mundo. A sua população pobre, em relação à população total, é considerável (mais de um terço); no entanto, seu PIB o põe entre os mais poderosos do mundo. Com a chegada de Lula ao poder, o Brasil poderá se tornar um país menos desigual, onde a riqueza produzida será melhor distribuída, e a pobreza, drasticamente reduzida; um país que, pelas suas alianças, permitirá diminuir o peso da hegemonia americana e inventar uma nova inserção na economia mundial. O Brasil está, hoje, em uma encruzilhada: ou ele fica como está – e a decepção dos eleitores de Lula terá a mesma medida das esperanças, tantas vezes desconsideradas, levadas pela sua candidatura e seu sucesso –, ou ele abre uma nova via na América Latina.

A submissão das economias de periferia à tradicional divisão internacional do trabalho, da maneira como ela foi concebida e imposta pelas economias do centro – exploração das matérias-primas pelas primeiras em benefício das segundas –, não é do interesse dos países industrializados como o Brasil. Os países desenvolvidos não procuram mais impor uma especialização internacional centrada na exploração de recursos naturais. Eles preferem deslocar os segmentos de linha de produção – quando a mão-de-obra torna-se muito cara

[Tradução: Lourdes Grzybowski]

ou quando as condições de trabalho (direitos trabalhistas, meio ambiente...) tornam-se muito restritivas (caso do México e de numerosas economias da América Central ou da Ásia) – e investir diretamente nos países semi-industrializados quando o mercado interno é atraente para seus capitais (Brasil, México e Argentina, por exemplo). A dominação dessas economias por aquelas do centro continua, mas mudou de cara. Sem negligenciar a influência direta dos Estados, ela é exercida atualmente por diferentes canais: as empresas transnacionais, os limites de qualidade impostos pelos diferentes acordos internacionais, a utilização de tecnologias geradas nos e pelos países desenvolvidos, a influência das universidades dos grandes países desenvolvidos na formação das “elites” locais. Essas últimas, de volta aos seus países, geralmente são os substitutos locais para o exercício do “pensamento único”. Mas essa influência é exercida sobretudo pelo peso que têm os financiamentos (a globalização financeira é mais estruturada que a globalização comercial) e pelas políticas econômicas “impostas” pelas instituições internacionais, principalmente o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

A modificação da relação dominante/dominado é produto da evolução dos países dominados, e isso, em contrapartida, retroage sobre as formas de dominação impostas. A industrialização de algumas economias do Terceiro Mundo transformou sua formação social. No Brasil, o peso da classe média aumentou consideravelmente, o do campesinato diminuiu, e a agroindústria domina o campo. Os empregos informais, consideráveis, crescem novamente na década de 90, enquanto uma parte importante dos empregos formais é cada vez mais flexível (tempo parcial, precariedade, contratos de trabalho com tempo determinado). Os pobres são “diferentes”: antes concentrados no campo, submetidos às relações de dependência quase “medievais” com os “senhores da terra”, hoje eles são maioria nas cidades, seduzidos pelo “sonho/miragem” de uma vida melhor, povoam as favelas mais ou menos urbanizadas, monetarizados mas sem (ou com poucos) recursos, concentrados em empregos informais sem (ou com pouquíssima) proteção social. O mercado de bens continua segmentado: os bens chamados de luxo (bens de consumo duráveis e caros como o automóvel) são destinados somente às classes média e alta em razão da forte concentração de renda. O crescimento econômico é

dominado por limites financeiros e parecido com uma “economia de cassino” da década de 90: o fechamento da balança de pagamento revela uma necessidade de financiamento importante e reserva às taxas de juros um papel central, com o objetivo de conseguir capital em quantidade suficiente.

A aposta da nova política econômica do governo Lula é não repetir os erros passados, tendo que justificá-los pelo peso dos limites internacionais. Por serem particularmente importantes, esses limites são apresentados neste artigo. Essa escolha permite compreender como poderão ser superados. Não se trata de negá-los ou raciocinar como se não existissem, mas de definir as medidas econômicas alternativas àquelas do governo anterior, tomando a ofensiva, como no jogo de xadrez, e de evitar reagir no calor do momento às reações imprevisíveis.

Balança comercial

A década de 90 trouxe avanços importantes e permitiu o retorno a uma relativa estabilidade dos preços. Volta o crescimento, mas frágil e volátil: a taxa de crescimento do PIB, negativo em 1992 (-0,5%), recuperou-se fortemente (4,9% em 1993; 5,9% e 4,2% nos dois anos seguintes), desceu em seguida (2,7% em 1996, e 3,3% em 1997) e depois despencou (0,2% em 1998 e 0,8% em 1999 com a crise financeira), voltou a se recuperar em 2000 (4,5%) e estagnou ligeiramente acima de 1%: 1,4% em 2001 e 1,5% em 2002 (fonte: Cepal). A taxa de crescimento é, no decênio, modesta, em parte porque a taxa de

Economia de cassino?

Como numerosos países da América Latina, também o Brasil está submetido à lógica de uma “economia de cassino”. As necessidades crescentes de financiamento levam a privilegiar a variação das taxas de juros para conseguir atrair capital em quantidade suficiente, mesmo correndo o risco de frear o crescimento. Mas com a acumulação que se alimenta dos principais déficits macroeconômicos, provavelmente cresce a desconfiança dos mercados financeiros. A alta – às vezes vertiginosa – das taxas de juros em resposta a essa desconfiança geralmente se mostra incapaz de frear a fuga maciça dos capitais e impedir fortes desvalorizações da moeda nacional. As difíceis negociações com o FMI para conseguir uma “blindagem financeira”, cujos termos – invariáveis, apesar de tantos fracassos – limitam-se a uma redução drástica das despesas públicas, que precipita a recessão econômica, tende a levar a uma crise profunda e aumenta inevitavelmente a pobreza – sendo os pobres particularmente vulneráveis às flutuações macroeconômicas – e, depois de um tempo mais ou menos longo, leva a uma aceleração das exportações, a uma baixa do risco país, a uma abertura dos limites internacionais, a uma entrada de capitais, enfim, a uma retomada da atividade econômica sem que, no entanto, a situação dos pobres possa ser logo melhorada. As mesmas causas levam aos mesmos efeitos, a fase expansiva do ciclo é sucedida pela fase depressiva, mas a história não se repete jamais de forma idêntica: os ciclos tendem a ser mais curtos e a volatilidade do crescimento, maior. Entretanto, a modernização relativa da economia e, depois do fim da década de 90, a modificação da política de câmbio causada pela grave crise financeira, por sua vez seguida de uma importante recessão, permitiram diminuir ligeiramente o peso desse limite externo.

formação bruta de capital fixo é frágil (menos de 20%). A evolução da produção industrial por grande setor é contrastante. Ela é reveladora do processo de "desverticalização" que está em andamento depois da brutal abertura da economia: uma baixa relativa da produção de bens de equipamento e de produtos intermediários teve lugar em favor de bens importados. Se tomarmos o ano de 1991 como base 100, em dezembro de 2001 o índice da produção industrial geral é de 125,2, mas

somente de 116,9 para o setor de bens de equipamento e de 123,6 para os produtos intermediários.

O saldo da balança comercial torna-se excedentário, após ter sido extremamente deficitário. Esse excedente pode ser atribuído, em parte, à recessão (as importações baixam cerca de 15%), mas também ao crescimento das exportações após os primeiros efeitos positivos da modernização dos aparelhos de produção, à diversificação do destino (progressão rápida das exportações para os países asiáticos), a uma política de câmbio mais realista (voltar para os câmbios ditos flutuantes a partir do fim de

1998) e a uma recente e forte depreciação da moeda nacional (a taxa de câmbio passa de R\$ 2,30 por dólar em 2001 a R\$ 3,50 em 2002 e, ao mesmo tempo, o dólar se deprecia em relação ao euro). No entanto, o crescimento das exportações é muito menor do que o observado no mesmo período, por exemplo, no México, e o Brasil continua com uma economia relativamente fechada, apesar de ter aumentado seu grau de abertura. Esse fechamento relativo da economia e a existência de um excedente comercial em consequência reforça a credibilidade de uma retomada da economia pelo progresso do mercado interno graças ao aumento da renda das camadas mais desfavorecidas e uma redistribuição via crescimento do sistema de aposentadoria para o conjunto da população, que discutiremos adiante.

Esse excedente comercial tem bases frágeis pois, no essencial, apóia-se sobre um crescimento elevado de exportações dos produtos de base e dos produtos semimanufaturados (entre 2001 e 2002, os primeiros cresceram

9,5%, e os segundos, 8,1%), e as exportações de produtos industriais aumentaram somente 0,5%, confirmando o diagnóstico bastante pessimista anunciado pela Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e pela Unctad. A fragilidade dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, a taxa mais que modesta da FBCF (Formação Bruta de Capital Fixo) e a modernização do aparelho de produção, real mas insuficiente, levando-se em conta o atraso a ser superado, tornam difícil conseguir um excedente comercial forte em caso de retomada do crescimento no Brasil e da manutenção da desaceleração da conjuntura mundial, uma vez que os bens exportados mais dinâmicos em termos de elasticidade de renda são pouco presentes. Acontece que o aumento desse excedente é indispensável para reduzir as necessidades de financiamento e, em consequência, a dependência financeira.

Grande financiamento?

O déficit da balança de serviços continua em um nível alto. O pagamento dos juros da dívida externa gira em torno de US\$ 14 bilhões ou US\$ 15 bilhões/ano. A baixa em 2002 é tanto produto de fatores que fazem pesar esse serviço (aumento do custo de novos empréstimos em razão do aumento da taxa de risco) e, ao contrário, uma ligeira diminuição da dívida externa (US\$ 241 bilhões em 1998 e US\$ 222,2 bilhões em 2002) quanto de condições de crédito mais favoráveis obtidas nas instituições internacionais. Os dividendos e os lucros repatriados continuam em nível elevado. Quando a crise financeira se desenvolve, como em 1998, essa linha sobe e, ao contrário, baixa em caso de reincidência, mas a crescente internacionalização do aparelho de produção conduz a um crescimento poderoso desses fluxos. O jogo desses fatores se traduz nesse momento por uma estabilização relativa das quantidades transferidas em um nível muito elevado (em torno de US\$ 5,5 bilhões). A baixa das rubricas de transportes e das viagens internacionais, a relativa estabilidade do serviço da dívida e do pagamento dos dividendos e dos lucros repatriados, a inversão do saldo da balança comercial e o aparecimento de um forte excedente produzem uma importante diminuição do saldo negativo da balança de contas correntes. Isso significa passar de menos US\$ 33,5 bilhões em 1998 a uma quantidade crescente em torno de US\$ 25,23 bilhões nos três anos seguintes e decrescente a menos US\$ 7,5 bilhões em 2002.

O crescimento das exportações é muito menor do que no México. O Brasil continua com uma economia relativamente fechada

A esse déficit é necessário acrescentar o saldo da balança dos movimentos de capital para conhecer a necessidade de financiamento. O investimento em carteira líquido tem sido pífio nesses cinco últimos anos, o que não é o caso dos investimentos estrangeiros diretos de 1998 a 2000 (DE BARROS & SANTISO, 2002), pois eles cresceram em proporções muito grandes (entre US\$ 28 bilhões e US\$ 32 bilhões por ano). A partir de 2001, a atratividade do Brasil para os investidores estrangeiros diminui por várias razões: de um lado, a recessão brasileira se aprofunda e as perspectivas de usar o país como plataforma para exportar produtos para outros países do Mercosul (crise acentuada na Argentina) tornam-se menos claras; de outro, a crise dos mercados financeiros e a recessão nos países desenvolvidos diminuem as possibilidades de exportar capital. O investimento estrangeiro direto cai fortemente: US\$ 22,6 bilhões em 2001 e US\$ 15,8 bilhões em 2002, ou seja, aproximadamente a metade das entradas em 1999 e em 2000. As fugas de capital, consideráveis em 1998 (US\$ 28 bilhões), diminuem fortemente depois

das desvalorizações, desaparecem em 2001, mas reaparecem em 2002 (US\$ 2,5 bilhões com a perspectiva da chegada de Lula à Presidência). Os empréstimos feitos pelo Banco Central, com exceção do ano 2000, foram consideráveis. No total, a necessidade de financiamento (soma do déficit da balança de contas correntes e a amortização da dívida a médio e longo prazo) toma o feitiço de uma curva decrescente de 1995 a 2002: de pouco mais de US\$ 25 bilhões, em 1996, chega a pouco mais de US\$ 80 bilhões, em 1999, e baixa consideravelmente em 2002 (US\$ 47 bilhões em agosto, US\$ 40 bilhões no fim do ano). Os investimentos diretos têm um papel-chave: sua forte progressão compensa, e muito, o crescimento do déficit das contas correntes de 1999 a 2001. Eles passam a mais de 30% em agosto de 2000. Entretanto, a redução dos investimentos diretos e a manutenção do déficit logo fazem cair essa relação, a segunda influenciando a primeira. Ao contrário, a forte redução do déficit das contas correntes influencia os investimentos diretos estrangeiros e essa relação aumenta mais fortemente.

Principais postos da balança de pagamentos – Em US\$ bilhões

	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Usos	-63,2	-70,8	-56,6	-58,4	-37,5	-35,1
Balança comercial	-6,6	-1,3	-0,7	2,6	13,1	14,0
Exportações	51,1	48,0	55,1	58,2	60,4	64,5
Importações	57,7	49,3	55,8	55,6	47,2	50,5
Serviços e rendas	-28,3	-25,8	-25,5	-27,5	-23,2	-23,6
Juros	-11,4	-14,9	-14,6	-14,9	-13,3	-14,4
Lucros e dividendos	-6,9	-4,1	-3,3	-5,0	-5,5	-5,2
Transportes	-3,3	-3,1	-3,3	-3,0	-1,9	-1,8
Viagens internacionais	-4,1	-1,5	-2,1	-1,5	-0,6	-0,6
Demais	-2,6	-2,3	-2,1	-3,2	-1,8	-1,7
Transferências unilaterais	1,5	1,7	1,5	1,6	2,5	2,5
Transferências correntes	-33,5	-25,4	-24,7	-23,2	-7,5	-7,1
% PIB	-4,25	-4,81	-4,15	-4,58	-1,62	-1,48
FDI/Conta corrente (%)	83,7	114,2	132,9	97,5	209,7	196,6
Amortizações de médio e longo prazo	-29,8	-45,4	-32,0	-35,2	-30,0	-28,0
Fontes	63,2	70,8	56,6	58,4	37,5	35,1
Conta capital	0,3	0,3	0,3	0,0	0,5	0,3
Investimento estrangeiro direto	28,0	29,0	32,8	22,6	15,8	14,0
Participação no capital	25,0	30,0	30,0	18,9	16,5	12,5
Empréstimos intercompanhias	3,0	-1,0	2,8	3,7	-0,7	1,5
Investimentos em papéis domésticos e ações	-2,0	1,3	2,8	2,2	0,5	2,0
Desembolsos de médio e longo prazo	61,0	41,0	37,3	34,6	18,9	18,5
Taxa de rolagem (em % das amortizações)	204,8	90,2	116,7	98,4	63,0	66,0
Ativos brasileiros no exterior	-14,4	-5,2	-6,6	-4,6	-5,5	-3,0
Empréstimos do Banco Central	8,9	2,8	-10,4	6,7	11,4	15,0
Demais	-26,5	-6,3	-1,8	0,1	-2,5	0,5
Ativos de reservas	8,0	7,8	2,3	-3,3	-1,6	-12,2
Reservas internacionais em caixa	44,6	36,3	33,0	35,9	37,5	49,6
Reservas internacionais líquidas	34,4	23,9	31,5	27,8	16,5	13,7
Dívida externa total (curto, médio e longo prazo)	214,6	241,5	236,2	226,1	223,2	230,6
Dívida externa total (sem intercompanhia)	223,8	225,6	216,9	209,9	207,7	213,7
Dívida externa total (sem intercompanhia e sem FMI)	219,0	216,7	214,9	201,1	187,5	178,5

Elaboração: BBV Banco

Fonte: Bureau of Economic Analysis

As despesas necessárias ao cumprimento do programa de Lula não podem ser efetuadas por um simples remanejamento, de tão importantes que são

O peso da dívida externa em percentagem do PIB é quase de 60%, ou seja, um nível aparentemente suportável. Do ponto de vista financeiro interno, os limites parecem se abrir com a redução de suas necessidades de financiamentos, e as possibilidades de mudar de políticas econômicas são facilitadas. Mas uma vez que o Brasil continua uma economia relativamente fechada, a gestão da dívida pública (interna e externa) é muito difícil, tanto que as exportações não aumentam continuamente a

um nível mais sustentável do que no passado, o que está longe de ser assim tão fácil como havíamos salientado. Essa administração é tão difícil que impõe um excedente orçamentário chamado primário, mediante pagamento de juros, de aproximadamente 3,7%, para manter estável em 60% a dívida em relação ao PIB.

Há, portanto, dois problemas: o da manutenção de uma taxa de endividamento público (externa e interna) diante dos limites de crescimento, de taxa de juros e de câmbio e da conseqüente necessidade de conseguir um excedente orçamentário (chamado primário, ou seja, fora do pagamento dos juros) para pagar o serviço dessa dívida pública; e o do pagamento da dívida externa, pública e privada, fazer face aos limites externos (evolução das principais contas da

balança de pagamento, como o saldo da balança comercial, mas também dos investimentos estrangeiros diretos). Os dois problemas são freqüentemente confundidos na literatura. Por mais que sejam parcialmente dependentes um do outro, eles são distintos. O novo governo está engajado sobre os dois: honrar a dívida externa e conseguir um saldo primário positivo do orçamento.

No que concerne ao primeiro problema, as novas despesas necessárias ao cumprimento do programa de Lula não podem ser efetuadas por um simples remanejamento das despesas, de tão importantes que elas são. Também não se pode esperar para um futuro próximo uma redinamização da economia

de tal nível que o aumento das receitas fiscais compensem as despesas. Da mesma maneira, não se pode esperar, em um futuro próximo, que o aumento das receitas possa vir por uma modificação do controle fiscal no sentido de maior justiça em relação aos impostos. Pode-se, então, prever que colocar em andamento o programa do novo governo levará à renegociação do excedente primário do orçamento em direção a um maior "desleixo" com as despesas públicas, fonte de crescimento pelos seus efeitos multiplicadores e de justiça social, a não ser que se deixe para o dia de São Nunca as principais reformas e se fique limitado às pequenas reformas e à gestão do simbólico.

Quanto ao segundo problema, não se pode limitar a análise da necessidade de financiamento sem ter em conta a capacidade de financiamento e de raciocinar no absoluto. A dificuldade está na pesquisa de uma capacidade de financiamento à altura da necessidade do financiamento. Em outras palavras, é preciso que a necessidade de financiamento encontre uma capacidade de financiamento. Ora, desse ponto de vista, as margens de manobra se fecham com a importante redução da capacidade de financiamento dos países desenvolvidos e mais particularmente do mais poderoso entre eles, os Estados Unidos, depois do começo da década de 90, e a queda do crescimento desses países desenvolvidos.

Redução da capacidade

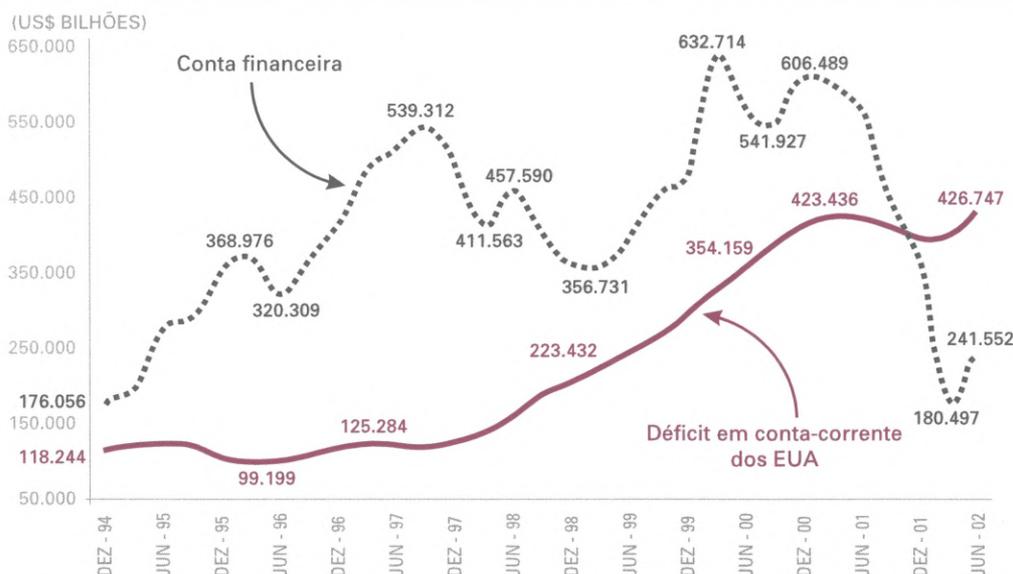
Com a recessão que aparece na maior parte das economias desenvolvidas, a capacidade de financiamento tende, algumas vezes, a diminuir sensivelmente. Para ilustrar a nova "cartada" mundial, a análise, mesmo rápida, da evolução das capacidades de financiamento dos Estados Unidos é interessante. Como se pode ver no gráfico a seguir, em junho de 2000 o déficit da balança das contas correntes se elevava a US\$ 426,747 bilhões em 12 meses contra menos de US\$ 150 bilhões em junho de 1998. O excedente da conta financeira tem uma forte redução: em junho de 2000, é de US\$ 632,714 bilhões em 12 meses e de US\$ 241,552 em junho de 2002. A capacidade de financiamento torna-se negativa em dezembro de 2001 após ter estado fortemente positiva. Certamente, essas evoluções são caóticas (a desvalorização muito forte do dólar em relação às moedas européia e japonesa poderá permitir

atenuar o déficit comercial, os efeitos secundários de uma guerra programada no Iraque ainda são difíceis de avaliar) e é prematuro enxergar uma tendência linear de baixa porque, em 2001, a capacidade de financiamento estava negativa em pouco mais de US\$ 180 bilhões, mais que no fim do terceiro trimestre de 2002; o relatório financeiro mostrou em nove meses um saldo positivo de US\$ 385,396 bilhões; o balanço das contas correntes mostrou um saldo negativo de US\$ 385,844 bilhões e a capacidade de financiamento aumentou apesar de continuar ligeiramente negativa: menos US\$ 13,552 milhões em nove meses (fonte: Bureau of Economic Analysis). É essa deterioração da posição externa dos Estados Unidos que explica em grande parte a importante queda do dólar em relação ao euro em 2002.

Paradoxalmente, enquanto a situação do Brasil melhora do ponto de vista de suas

necessidades de financiamento, as dificuldades para atrair capital em quantidade suficiente aumentam por causa da "crise" dos países desenvolvidos. Essa crise se manifestou nesses dois últimos anos por uma sensível redução dos investimentos estrangeiros diretos dos países desenvolvidos na direção das economias emergentes de 13,9% em 2001 e de 23% em 2002 (vimos a sua importância para o Brasil), e pela baixa do fluxo de capitais chamados voluntários que se tornaram negativos em US\$ 19,7 bilhões em 2001 e em US\$ 0,8 bilhão em 2002. As dificuldades de fechar a balança de pagamento podem crescer exatamente no momento em que as necessidades de financiamento do Brasil diminuem e que a situação externa melhora, simplesmente porque as economias desenvolvidas passam por um fraco crescimento e porque os Estados Unidos não têm mais a capacidade de financiamento de antes.

DÉFICIT EM CONTA-CORRENTE E FLUXOS DA CONTA FINANCEIRA NOS EUA – FLUXOS ACUMULADOS EM 12 MESES 1994 - 2002



FONTE: BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS - DADOS DO SEGUNDO TRIMESTRE SUJEITOS A REVISÃO
ELABORAÇÃO: BBV Banco

Os limites continuarão fortes. Negar ou ignorar esse fato favorecerá políticas estritamente "voluntaristas" e poderá levar a uma situação em que sofreriam as camadas mais pobres com um retorno brutal da inflação, uma queda de produção e uma economia limitada ao estrito "dirigismo" pela fuga maciça de capital. Aceitá-lo será também

perigoso, porque isso levará a repetir políticas econômicas passadas cujos efeitos em termos de crescimento, desigualdade de renda e pobreza foram "as jóias da coroa" dos governos anteriores. Nem a "aventura", nem a "paralisia": o caminho é estreito. Nesse contexto, é preciso analisar as possibilidades de sucesso do novo governo.

Margens de manobra

O novo governo aceitou assegurar o serviço da dívida e engajar um excedente primário de seu orçamento para assegurar o serviço da dívida pública. Ele manteve, ou aumentou um pouco, as taxas de juros. Desde que chegou ao poder, aceitou os limites impostos pelo FMI e pelos mercados financeiros internacionais na esperança de deixar abertas as possibilidades de empréstimos do estrangeiro e de dar segurança aos investidores estrangeiros e nacionais para que deixem no Brasil seus capitais. Esses limites, se forem respeitados, podem, entretanto, comprometer a aplicação de seu programa social.

Além das medidas preconizadas, que não podemos analisar em detalhes aqui, a maneira de fazer política terá um papel importante. A exemplo do que foi realizado, em geral com grande sucesso, nas cidades governadas pelo PT, a "democracia participativa", ou seja, "boa governança" constitui e constituirá um trunfo para fazer a política dos cidadãos.

É possível mudar o modo de crescimento. A via é estreita, mas existe. O aumento do salário mínimo, motivado por razões éticas, e o programa "Fome Zero" são capazes de impulsionar uma dinâmica nova a um mercado interno amorfo, ser fonte de criação de numerosos empregos e de um novo modo de crescimento da economia. É certo que dinamizar esse mercado responde a uma escolha ético-política, mas é também uma alternativa à lógica econômica da década de 90, que não aceitava como principais variáveis de ajuste a manipulação das taxas de juros e os cortes nas despesas públicas.

Procurar dinamizar o mercado interno não significa se fechar para o exterior e optar por protecionismos do tipo rentista. A escolha não é entre o mercado interno e o mercado externo, como certos economistas gostariam que acreditássemos. É possível e necessário optar pelos dois.

O limite da competitividade não está somente no efeito sobre os salários, mas na combinação dos homens com a técnica e no controle das taxas de câmbio. Não é no efeito sobre os salários que está a competitividade, exceto pelos raros bens mais intensivos em mão-de-obra, cujo dinamismo sobre os mercados se esgota rapidamente (fraca elasticidade de demanda em relação à renda).

Como havíamos ressaltado, a possibilidade de abrir mais a economia e conseguir excedentes comerciais duráveis depende dos esforços feitos para produzir bens sofisticados cuja elasticidade da demanda em relação à renda seja maior. Essa capacidade de remodelar a estrutura de exportações depende dos esforços no campo da pesquisa e da formação. A competitividade depende, portanto, da dupla salário-produtividade, tanto em nível como em evolução, e, certamente, da taxa de câmbio utilizada. Optar por pagar salários baixos, lucrativo a curto prazo para o capital, é ficar condenado a longo prazo a utilizar mão-de-obra pouco qualificada de maneira intensiva, trabalhando em uma categoria estreita de produtos pouco dinâmicos. Optar por salários mais altos é, de certa maneira, limitar as empresas a flexibilizarem seu processo de produção (mais que a força de trabalho...) e gerar no nível macroeconômico efeitos multiplicativos em termos de emprego e de renda, eles mesmos suscetíveis de melhorar a valorização do capital nos setores ligados à demanda revigorada. O aumento da renda das categorias mais desfavorecidas paralelamente dá um impulso ao mercado interno, tornado apático pela manutenção das enormes desigualdades, sem que com isso tenham sido geradas importações maciças.

Uma evolução como essa não pode, entretanto, vir somente do livre funcionamento das leis de mercado e exige uma política industrial ativa, feita de subvenções e de redução da carga tributária em setores considerados chave para as "novas estruturas". A retomada do Estado está na ordem do dia, mas uma retomada que não seja um "remake" da década de 50, simplesmente porque o parque industrial de hoje é diferente, muito mais sofisticado que o de antes, sobretudo porque agora se trata de criar. No imediato, esse apoio à demanda, mesmo modesto, permite aumentar um pouco o crescimento e romper a tendência à quase estagnação econômica em que o Brasil entrou depois de 2001.

Essa escolha por um aumento de renda deve ser completada, para ser eficaz, por um esforço maciço pela formação escolar, cujo custo orçamentário deverá ser alto (generalização do sistema de bolsas escolares inspirada no valor e nos mecanismos da experiência da gestão de Cristovam Buarque em Brasília; aumento da remuneração dos professores e dos ensinos fundamental e médio). Por fim, a reforma do sistema de saúde e a atribuição de aposentadorias principalmente

para aqueles que, estando nos empregos informais, jamais entraram no sistema (nem cotas salariais, nem patronais), são objetivos essenciais, mas cujo custo será grande.

A redistribuição de renda dá novas possibilidades em termos de valorização do capital. O jogo é enfraquecer o aspecto rentista de certos investidores e aumentar os que fazem um esforço de investimento capaz de criar empregos e renda. Mas a redistribuição de renda tem um custo. O aumento das despesas colocará em questão a disciplina fiscal que o governo aceitou. Esse custo em termos relativos será certamente menor quando o crescimento retornar e a reforma fiscal for votada. Mas o próprio retorno do crescimento depende, hoje, do apoio à demanda das

categorias sociais mais modestas e, portanto, de uma rápida aplicação do programa. Ao contrário, respeitar os compromissos assumidos levará a repetir as experiências passadas. A renegociação desses limites passa pelo estabelecimento de novas relações de força no plano internacional. É por isso que a negociação do Mercosul é tão importante: sua consolidação, perante os projetos da Alca, permite negociar em melhores condições os limites de um excedente orçamentário e o serviço da dívida e coloca em questão o liberalismo veiculado por esse projeto de zona de livre comércio. O caminho, embora estreito, existe, mas seu sucesso depende também da mobilização daqueles que levaram esse novo governo ao poder.

* Pierre Salama

Professor da
Universidade de Paris
XIII, diretor científico da
revista *Tiers Monde*

O exemplo das aposentadorias

Para avaliar o custo que poderá representar a extensão do sistema de aposentadoria ao conjunto da população, convém lembrar que 40 milhões de pessoas não se beneficiam do sistema. No essencial, a renda da metade das pessoas que ocupam empregos informais é inferior a um salário mínimo. No setor privado, quase 20 milhões beneficiam-se de uma aposentadoria. O déficit da seguridade social nesse setor (INSS) correspondia a 1,2% do PIB em 2002. Pouco menos de 900 mil funcionários federais são beneficiários de aposentadoria. O déficit é de 2,3% do PIB, o dobro do déficit do setor privado, ainda que a relação das populações atingidas seja

de 1/20... O déficit do sistema público acentua-se quando se junta ao déficit dos funcionários federais o dos funcionários dos estados (entre 1,4% e 1,5% do PIB) e o dos funcionários dos municípios (0,4% a 0,5% do PIB), ou seja, o total do déficit do setor público é de 4,3% do PIB.

Uma parte importante do déficit do setor privado explica-se pela ampliação do sistema de aposentadoria a uma parte dos trabalhadores rurais sem que eles contribuam. Pode-se considerar que a generalização do sistema de aposentadoria para aqueles que, no setor privado, ocupam empregos informais aumentará consideravelmente o déficit porque, como os trabalhadores rurais, não con-

tribuirão, ou contribuirão pouco, por definição. A menos que se suponha que se possa facilmente exigir que empregados e patrões paguem as cotas... É por isso que essa ampliação não pode ser realizada sem uma redução drástica do conjunto do particularmente desigual sistema, entre setor privado e setor público e, no seio desses setores, entre os que têm altas rendas e os que têm baixas rendas, o que não acontecerá sem problemas jurídicos (manter os direitos adquiridos) e também políticos, principalmente no setor público...

Sem essa redução drástica, o custo será muito grande e incompatível com os limites aceitos em relação aos excedentes primários do orçamento. ■

FONTE: GIAMBAZI F. (2002 B); ROCHA DA SILVA, E. & SCHWARZER, H. (2002).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BBV banco. Área de pesquisa e estudos macroeconômicos - Brasil, vários números.
- Benavente J. M. (2002). Cuan dinámicas son las exportaciones intraregionales latino americanas? *Série Macroeconomía del Desarrollo*. Santiago do Chile: Cepal.
- Bonelli R. (2002). Labor productivity in Brazil during 1990s. Texto para discussão n. 906. Rio de Janeiro: Ipea.
- BNDES. Sinopse Econômica, vários números, Rio de Janeiro.
- Cepal. (2001 a). Una década de luces y sombras, América Latina y el Caribe en los años noventa. Santiago do Chile: Cepal; Bogotá: Alfaomega.
- _____. (2000; 2001 b). Panorama social de América Latina (Santiago do Chile).
- _____. (2002). Globalización y desarrollo. Santiago do Chile.
- CNUCED (ou UNCTAD). Trade and Development, Report 1997 et 2002. Genebra.

- De Barros, O.; Santiso, J. (2002). Terminal do Brasil? Le Brésil comme destination privilégiée de l'IDE. *Problèmes d'Amérique latine*, Paris, n. 45.
- Fundap. Indicadores Desp, vários números.
- Giambagi, F. (2002). Restrições ao crescimento brasileiro: uma visão a longo prazo. Texto para discussão n. 94. Rio de Janeiro: BNDES.
- _____. (2002 b) Proposta para um agenda de reformas da previdência social. Rio de Janeiro: Ipea.
- Pastore, A.C. (2002). Perspectivas da economia brasileira. *Problemas Brasileiros*, São Paulo, n. 351.
- Rocha da Silva, E.; Schwarzer, H. (2002). Proteção social, aposentadoria, pensões e gênero no Brasil. Brasília: Ipea.
- Salama, P. (1996). La financiarisation excluante, les leçons des économies latino-américaines. In: Chesnais, F. (ed.). *La mondialisation financière*. Paris: Syros.
- _____. (2002). La pauvreté prise dans les turbulences macroéconomiques en Amérique latine. *Problèmes d'Amérique latine*, Paris, n. 45.

Narcotráfico, violência e direitos humanos

Atualmente, em tempos de guerra contra os “eixos do mal”, segundo a simplista definição de George W. Bush, presidente dos Estados Unidos, aprofunda-se a política de criminalização e penalização da produção, do processamento, do tráfico e do consumo de certas substâncias psicoativas. Ao mesmo tempo, o debate amplia-se em escala planetária: os próprios Estados Unidos avançam na despenalização de certas substâncias psicoativas, como a maconha, que foi despenalizada em dez estados da União. Seguem o caminho da Holanda e da Suíça que há muitos anos puseram em prática essa política. Mais recentemente entraram nessa questão a Bélgica e a Inglaterra, e ela começa a ser discutida no Canadá, sócio comercial dos Estados Unidos no Tratado de Livre Comércio. Esse debate abre caminho em meio a um círculo fechado de informações que dá maior crédito aos argumentos proibicionistas e sua conseqüente penalização do que à evidência empírica que os fatos apontam. Dadas as enormes conseqüências negativas sobre os direitos humanos – as guerras em curso, a corrupção e a perversão da democracia, assim como seus efeitos devastadores sobre o meio

[Tradução: Lourdes Grzybowski]

ambiente ocasionados tanto pelos cultivos para uso ilícito como pelas políticas repressivas para tentar reduzi-los ou eliminá-los por meio de procedimentos como a aspersão aérea com desfolhantes químicos, com conseqüências devastadoras sobre o meio ambiente como um todo -, todos esses fatos vêm pondo no centro do debate a eficiência dessas políticas, assim como as estratégias adotadas para sua confrontação. Justamente essa seja talvez a principal razão para que o Comitê Internacional do Fórum Social Mundial, em sua reunião em Florença, Itália, no mês de novembro passado, tenha aprovado a convocatória de um Fórum Social Mundial Temático (FSMT) sobre a questão do narcotráfico, da democracia, das guerras e dos direitos humanos.¹

O debate sobre o narcotráfico envolve todos os processos e todos os atores que nele intervêm, mas o evidente é que as leis proibicionistas que penalizaram e ilegalizaram certas substâncias alucinógenas não castigam com a mesma força nem com a mesma eficiência todos os atores. O que queremos argumentar aqui é que o castigo cai sobre os(as) mais frágeis da cadeia, os(as) camponeses(as) produtores(as) de matéria-prima, quem transporta essas substâncias até os mercados e o público consumidor. Enfim, onde o negócio é mais rentável, os(as) responsáveis não existem e as leis são permissivas.

Resultados decepcionantes

Longe dos resultados oferecidos pelos(as) proibicionistas que ilegalizaram e criminalizaram certos tipos de drogas e substâncias alucinógenas, hoje o problema é maior. O consumo não só cresceu, mas também aumentaram os problemas relacionados com as condições necessárias a esse "negócio". Aumentam os delitos relacionados à lavagem de dinheiro, à venda de precursores químicos necessários ao processamento e produção das drogas e também a violação de todos os controles que foram implementados. Aumentam os efeitos nocivos em matéria de saúde pública e aumenta,

Fundamentos do proibicionismo

Os(as) proibicionistas consideram que certas substâncias psicotrópicas são nocivas e perigosas para a saúde pública, com o que justificam a proibição absoluta da produção, comercialização e consumo. Com simplicidade e candura extremas, pensou-se que, se as drogas fossem proibidas, o consumo diminuiria pelo temor que os(as) cidadãos(as) sentiriam diante da ameaça não só da estigmatização social, mas da perda da liberdade, o que levaria a uma situação de controle sobre essas substâncias consideradas perigosas para a vida social e coletiva. Dessa maneira, foram penalizados, às vezes exageradamente, a posse, o comércio e o consumo de substâncias psicotrópicas. Em alguns países como Cingapura, por exemplo, está prevista a pena de morte para quem possua mais de 15 gramas de heroína.

Os partidários do proibicionismo argumentam:

1. que a escalada repressiva teria como resultado, por meio da intimidação, das prisões e da perseguição, uma diminuição do consumo, da produção e do tráfico das mencionadas substâncias;

2. que essas drogas fazem mal para a saúde, constituindo uma categoria de drogas de exceção; portanto, fica implícito que devem ser restringidas as liberdades dos(as) cidadãos(as) tanto para produzi-las como para consumi-las. Isso resulta na formulação de uma série de leis e regulamentos restritivos das liberdades cidadãs e, em conseqüência, em uma lista de penas de prisão para aqueles(as) que consumam,

produzam, comercializem ou transportem esse tipo de substâncias;

3. que o modelo de saúde pública que se ergue sobre esses dois pilares anteriores é um modelo de controle social, tanto no âmbito jurídico como no âmbito da saúde.

Essas normas proibicionistas estão em escala internacional, desde a Convenção das Nações Unidas em Viena, no ano de 1961. Essa ilegalização e a conseqüente criminalização das atividades ligadas a essas substâncias internacionalizaram o chamado combate às drogas que limita a capacidade dos vários países, como no caso colombiano, para enfrentar problemas, tanto dos chamados cultivos de usos ilícitos como do seu processamento, do tráfico e, mais recentemente, do consumo. O paradoxo da situação é que não existe um espaço mundial onde a sociedade civil possa expressar suas críticas, divulgar suas pesquisas, questionar as políticas etc. Todos sabemos que as Nações Unidas são uma instituição com representação exclusiva dos governos, sem uma presença orgânica das sociedades civis e muito menos da emergente sociedade civil mundial. Assim, as possibilidades de propostas alternativas ficam sem espaço público para serem discutidas, e seus argumentos ficam reduzidos em seu debate público. Isso deve mudar e é justamente essa a perspectiva que abre o Fórum Social Mundial não só em relação a esse tema, mas também em relação a muitos outros enredados em uma lógica estado-centrista sem espaço de debate, para a expressão da sociedade civil.

ainda, a violência associada a um negócio que precisa dela, pois todas as suas transações se realizam em âmbito privado ilegal, no qual os únicos instrumentos para fazer cumprir os termos dos contratos é a força, ou seja, a violência privada manifestada como violência armada. Mas, além disso, têm crescido os efeitos diretos nas políticas, por exemplo, a corrupção associada aos narcotraficantes, a qual tem como destinatários os políticos, fazendo com que estes flexibilizem a legislação e aprovelem códigos com penas mais leves, a corrupção ou a intimidação de juízes(as) para que não apliquem as leis ou as apliquem a seu favor e, em alguns casos, despejando recursos financeiros para a formação de guetos nas cidades nas

¹ Esse Fórum Mundial será realizado na cidade de Cartagena, Colômbia, de 16 a 20 de junho de 2003. Um dos seus temas centrais será a análise do narcotráfico e suas relações com a democracia, os direitos humanos e a violência.

A maconha é um produto cultivado nos Estados Unidos, na maior parte dos países europeus e no Canadá

quais pode ser realizada a venda no varejo, ou abastecendo com recursos econômicos grupos paramilitares ou guerrilheiros, como é a situação colombiana.²

As estimativas sobre a magnitude do negócio mundial das drogas ilícitas são muito imprecisas. Órgãos como a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) consideram que anualmente esses negócios podem ser da ordem de US\$ 150 bilhões, enquanto outros órgãos, como a Fundação Soros, presidida pelo megaespeculador George Soros,

acham que esse valor chega a pouco mais de US\$ 300 bilhões. Se nos ativermos a cifras mais conservadoras, da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (Jife), teremos mais clareza da grandiosidade do negócio e do fracasso das políticas que justificam a própria existência da Jife. Segundo um recente informe desse órgão das Nações Unidas encarregado de implementar as políticas proibicionistas,

no ano de 2001 os cultivadores de coca e papoula receberam apenas 1% da renda do narcotráfico. De acordo com esses mesmos cálculos, os consumidores da Europa e dos Estados Unidos gastaram mais de 48 bilhões de dólares em cocaína e 30 bilhões em heroína no mesmo ano. Dessa soma, somente um bilhão chegou aos agricultores. O restante, em 1999, ficou nas mãos dos vendedores das bocas e dos seus provedores, das máfias locais norte-americanas e européias, dos transportadores, das máfias internacionais e dos intermediários locais. (Jife, relatório do ano de 2002, p. 2)

Esses dados mostram claramente que as grandes máfias e os(as) grandes beneficiados(as) com o tráfico de drogas ilícitas não estão nos campos da Tailândia, de Mianmar (ex-Birmânia), do Afeganistão ou da Bolívia e da Colômbia, mas principalmente nos próprios países do Norte. Como são camufladas e tornadas invisíveis essas quantias nos bancos e nas instituições financeiras? Por que os meios de comunicação desinformam e criminalizam

os(as) camponeses(as) que recebem menos de 2% do total dos recursos que são movimentados ao redor dos negócios ilegais da cocaína e da heroína? Isso pode ser aplicado também à circulação de quantias vinculadas ao negócio da maconha, que vem sendo despenalizada em boa parte dos países do Norte. A diferença é que, hoje, essa atividade foi assumida pelos(as) próprios(as) norte-americanos(as). Calcula-se que nos Estados Unidos a colheita de maconha teve um valor superior a US\$ 37 bilhões, superando em muito os US\$ 22 bilhões do milho, que foi o segundo produto agrícola norte-americano no ano de 1999. Agora, a maconha é um produto cultivado nos próprios Estados Unidos, na maior parte dos países europeus e no Canadá. Talvez também por isso tenha deixado de ser classificada como droga altamente perigosa e tenha entrado no grupo das chamadas drogas leves, ao mesmo tempo em que têm sido "encontrados" recentemente diversos atributos e usos medicinais, coisa que nossas avós já sabiam, relacionados com o tratamento de certas doenças, como a artrite, e com a produção de substâncias médicas que aliviam a dor em pacientes terminais.

Se ao negócio da maconha fossem somados os recursos relacionados ao ópio e às drogas sintéticas, com toda certeza as cifras superariam em muito as estimativas da OCDE e se aproximariam de uma soma que só seria superada pela indústria petroleira e pela indústria de armamentos no mundo. É por isso que, envolvendo o protecionismo, e em sua defesa, são movimentados tantos interesses no mundo, pois os preços a que chegam esses produtos não se devem aos seus custos de produção, mas à sua ilegalização e à sua penalização. Os extraordinários lucros estão associados a esses fatores, e não aos custos diretos de sua produção, processamento ou transporte.

O mesmo relatório da Jife mencionado anteriormente assinala que

os 99% restantes do lucro gerado no plano mundial pelas drogas ilícitas são recebidos pelos grupos de narcotraficantes que atuam nos diversos pontos da cadeia. Os recursos gerados nos países desenvolvidos podem significar entre a metade e dois terços do lucro total do tráfico ilícito de drogas e são muito maiores se forem levados em conta os lucros extraordinários derivados da adulteração da heroína e da cocaína com outras substâncias. O

² Na Colômbia, a situação é muito complexa. Estudos mostram que as guerrilhas das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) obtêm recursos de atividades ligadas ao narcotráfico nas regiões em que exercem domínio militar. Essas guerrilhas cobram um imposto dos camponeses pelo cultivo de coca e papoula e também dos narcotraficantes que montam laboratórios de processamento do cloridrato de cocaína em seus domínios. Nenhum estudo, nem o próprio Departamento de Estado Norte-Americano, provou que as Farc participam das outras fases do processo, ou seja, do tráfico e da comercialização. A situação dos paramilitares é parecida, mas com uma notável diferença, conforme seu próprio chefe máximo, Carlos Castaño, tem dito: vários de seus comandantes participaram do tráfico e da comercialização dessas substâncias. Parte da dissidência mais recente, diz Castaño, estaria relacionada com a exigência de abandonar essa atividade.

grosso dos lucros não são arrecadados nos países em desenvolvimento, mas sim nos países desenvolvidos. (Jife, relatório do ano de 2002, p. 2)

Qualquer observador(a) atento(a) não pode calar algumas perguntas. A primeira: por que nunca são investigadas as verdadeiras máfias que têm suas sedes na Europa e nos Estados Unidos? Como fazem essas máfias para tornar invisíveis às centenas de bilhões de dólares nos circuitos financeiros? Todos sabemos que é relativamente fácil seguir os caminhos da lavagem dos ativos se forem estabelecidos controles sobre as contas e os depósitos bancários superiores a uma determinada quantia. O sigilo bancário ainda é mantido em alguns paraísos fiscais para lavar boa parte dessas quantias, e sobre isso não falam nada nem as autoridades européias, nem as norte-americanas, que além do mais têm feito uso de recursos da máfia para apoiar determinadas causas. Lembre-se o(a) leitor(a) do escândalo ligado ao financiamento dos contras da Nicarágua com dinheiro proveniente dos narcotraficantes no que eufemisticamente a grande imprensa internacional classificou como o escândalo Irã-Contras.

O que argumentamos aqui é que o principal peso das políticas proibicionistas recai sobre os atores mais frágeis: em uma ponta do processo, ou seja, sobre os produtores de matérias-primas, sobre os(as) camponeses (as) que fazem suas plantações com destino ao uso ilícito porque não têm alternativas de inserção legal na economia nacional ou internacional. Na região andina, isso é muito claro. A abertura do mercado e a supressão dos subsídios agropecuários arruinaram a pequena economia dos(as) camponeses(as) que não encontraram outra alternativa de sobrevivência a não ser dedicar-se aos cultivos de uso ilícito que mal lhes permitem sobreviver em condições mínimas de vida. E isso vem se refletindo na crise da indústria cafeeira colombiana. Algumas regiões intercalam o cultivo de café com plantas de coca, e agora foram anunciadas as fumigações aéreas em parte da região cafeeira colombiana.

O outro extremo do processo é formado pelos distribuidores minoritários e pelos(as) consumidores(as).

O proibicionismo e a criminalização do consumo têm prendido pequenos(as) vendedores(as) e traficantes – que, na linguagem coloquial, são chamados(as) de mulas, pois literalmente alugam seu corpo para transportar a droga dos centros de produção até os mercados –, e milhares de consumidores(as) são detidos(as) por uma legislação que dá um tratamento carcerário a um problema de saúde pública. É como se os(as) alcoólatras, em vez de receberem assistência – prestadas por muitas entidades como os Alcoólicos Anônimos – fossem condenados(as) à prisão. O problema é o mesmo. Por que as pessoas que desenvolvem dependência a certas substâncias psicoativas são levados à prisão e não a um tratamento médico?

A maior parte dos(as) cidadãos(ãs) norte-americanos(as) que se encontram privados(as) da liberdade – assim como a maior parte da população carcerária colombiana ou a maior parte dos(as) cidadãos(ãs) do Rio de Janeiro privados(as) da liberdade – encontra-se assim por delitos relacionados ao narcotráfico e às drogas de uso ilícito. Segundo dados de uma recente pesquisa, 56% do total das mulheres cariocas privadas da liberdade e 38% dos homens estão nessa situação por assuntos relacionados ao tráfico de drogas. Isso é justo? É socialmente legítima uma política que fracassa em todos os resultados que promete?

*** Pedro Santana Rodríguez**

Presidente da Corporación Viva la Ciudadanía, Colômbia, e integrante do Comitê Organizador e Internacional do Fórum Social Mundial

Cenário a ser debatido

Ainda não se fez o balanço do desastre ecológico e ambiental que trouxe consigo a aspersão de venenos com diferentes fórmulas que afetou mais de 1,5 milhão de hectares nos últimos 12 anos desde que foi aprovada essa política na Colômbia. Também não foi avaliado o fracasso da chamada substituição de cultivos na Bolívia nem a política no Peru, para ficarmos apenas no âmbito latino-americano, que é o mais conhecido entre nós.

Os(as) consumidores(as) também não escapam de outra consequência da equivocada política, sustentada contra todas as evidências, principalmente pelo governo norte-americano, que se refere à qualidade da droga que consomem. Essas drogas com frequência são misturadas com produtos que são muito piores para a saúde do que o que se fala normalmente da cocaína e da heroína. Para aumentar os lucros, como diz o relatório da Jife, são acrescentados produtos que afetam gravemente a saúde.

Essas e outras perguntas são motivos mais que suficientes para tentar criar um cenário mundial que permita fazer um balanço sério, desapassionado e profundo sobre os problemas relacionados ao narcotráfico, aos cultivos de uso ilícito, às drogas sintéticas e, em geral, aos problemas das drogas de uso ilícito ou ilegais. E isso é muito importante porque a cidadania global, mundial, como a que foi expressa no Fórum Social Mundial, não tem cenários para realizar essa discussão e para formular propostas alternativas. É precisamente esse o cenário que será discutido na cidade de Cartagena das Índias, Colômbia, que receberá delegados(as) de todo o mundo, de todas as crenças e posições para examinar a fundo essa problemática. O Fórum acontecerá de 16 a 20 de junho deste ano. ■

Para saber mais:
www.fsmt.org.co
www.vivalaciudadania.org

Flavia Mattar

Racismo "camuflado"

Em meio a ilustrações de pessoas negras com feições de macacos, a mensagem de que a culpa pela escravização do povo africano foi da própria população negra, e não de europeus. O livro "paradidático" *Banzo, tronco e senzala*, das autoras Elzi Nascimento e Elzita Melo Quinta, circulava em escolas brasileiras até a denúncia do senador Paulo Paim (PT/RS) à Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Paim foi procurado pela família de um menino negro que chegou em casa, após a leitura do livro, avisando que não gostaria mais de voltar à escola, já que se sentiu humilhado e discriminado por colegas de classe.

Para que outros livros como *Banzo, tronco e senzala* não continuem causando desconforto e incitando o racismo, o preconceito e a discriminação contra a população negra, é preciso um maior controle de qualidade. "Não é censura. Mas hoje não temos o Inmetro para testar vários produtos? A carne não tem carimbo? Os hotéis não são avaliados com estrelas? É isso que eu quero que aconteça com o livro didático", diz Paim, que já está preparando um projeto de lei.

Direito de ser o que é

O movimento homossexual brasileiro está se preparando para a VII Parada Livre, realizada próximo ao 29 de junho, Dia do Orgulho Gay. Cerca de 20 localidades brasileiras do Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, incluindo grandes capitais, colocarão o "bloco" da diversidade nas ruas.

O evento é realizado em todo o mundo com nomes diversos. No Brasil, foi batizado de Parada Livre porque o Nuances acredita que esse não deve ser um encontro restrito a homossexuais. É importante que toda a sociedade participe, levante a bandeira da democracia e dos direitos humanos.

O Nuances espera reunir, em Porto Alegre, no dia 29 de junho, mais do que as 30 mil pessoas que participaram do evento no ano passado. "Houve até ônibus de excursão vindos do interior e pudemos ver uma grande presença de idosos e crianças", diz o coordenador da organização, Célio Golin.

Golin ressalta ainda que com o crescimento do evento, que saltou de 150 participantes, em 1997, para 30 mil, em 2002, está havendo interesse de setores de partidos e do governo em se apropriar da mobilização. Segundo ele, as parcerias são bem-vindas e necessárias, mas o planejamento, a organização e a execução da parada continuará com o movimento homossexual.

Mais informações:
nuances@nuances.com.br

Quem cala consente

A violência sexual precisa escutar um sonoro basta. E as mulheres agredidas são protagonistas na erradicação do problema. É necessário que percebam que a vergonha e o medo de denunciar o crime prejudicam o levantamento de estatísticas e a promoção de políticas públicas.

Com o intuito de mostrar à população feminina do Rio Grande do Sul que é importante tomar consciência e não se calar diante da agressão, a Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero e a Rede Estadual de Justiça de Gênero acabam de lançar a campanha *Violência sexual: quem esconde o problema esconde a solução*.

Além da realização de seminários municipais e da promoção de ações entre profissionais de justiça, de segurança e de saúde, a campanha pretende esclarecer a sociedade gaúcha sobre a violência sexual com a ajuda dos grandes veículos de massa. Serão veiculados, gratuitamente, anúncios em emissoras de rádio e televisão e em jornais e revistas. Também foram preparados folhetos informativos e cartazes sobre o tema.

A Rede Estadual de Justiça e Gênero, coordenada pela Themis, é integrada por organizações sem fins lucrativos de 11 cidades localizadas no Rio Grande do Sul.

Mais informações:
(51) 3212-2724

Propostas futuristas

Nos dias 9 e 10 de maio, estará ocorrendo em Cuiabá, Mato Grosso, o IV Fórum Nacional de Defesa da Saúde da Criança Indígena, uma realização da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP).

Segundo a pediatra Alda Elizabeth Iglesias Azevedo, crianças indígenas têm morrido devido a tuberculose, desnutrição, catapora e sarampo, o que demonstra a falta de acesso básico a tratamento de saúde, muitas vezes em virtude de choques culturais, e o descaço do poder público.

“Nem as crianças com mais carência do Nordeste estão com tantos problemas. As com baixa condição econômica têm, ao menos, acesso a vacinas. Não era para existir mais morte por sarampo no Brasil. Outro problema é que existem aldeias recebendo leite em pó, o que faz com que a mãe indígena pare de amamentar e, por não saber como utilizar o produto e não ter a água adequada, acabe gerando um quadro de desnutrição no filho”, indigna-se.

Quem tiver interesse em participar do evento pode se inscrever gratuitamente pela Internet. Há também a possibilidade de que interessados(as) em apresentar trabalhos relativos ao tema se candidatem.

Mais informações:
www.somape.com.br

Boca no trombone

Sem perder o bom humor, Renato Laureti, depois de passar por uma série de dificuldades na cidade de São Paulo devido a sua tetraplegia, começou a escrever crônicas que são publicadas no *site* da Rede Saci – Solidariedade, Apoio, Comunicação e Informação desde o ano 2000.

O trabalho começou a chamar a atenção de outros(as) portadores (as) de necessidades especiais, que se tornaram voluntários(as) do projeto *Repórter Saci*, relatando as condições de acessibilidade no lugar onde vivem, em qualquer ponto do Brasil, ou falando sobre temas específicos, como o dia-a-dia na escola.

A Rede Saci está aberta a outros(as) voluntários(as) que queiram exercer o seu direito de cidadania e se fazer ouvir. Para participar, basta se inscrever pela Internet. É também nesse endereço em que as crônicas de Laureti e de voluntários(as) podem ser conferidas.

O número de portadores(as) de necessidades especiais no Brasil ultrapassa os 24 milhões, segundo o Censo 2000 do IBGE. Somando esse número ao de familiares, amigos(as) e profissionais da área, o tema deficiência interessa e envolve aproximadamente um terço da população brasileira.

Mais informações:
www.saci.org.br

Luz, câmera, ação

Além de ser fundamental uma maior presença de negros e negras no audiovisual, como atores e atrizes, é preciso que essa parcela da população comece a ocupar lugares na produção, nas mais diversas áreas de direção e como autores(as).

Com essa certeza na cabeça, o diretor assistente da TV Globo, Luiz Antônio Pilar, por meio de contatos pela Internet e de pedidos especiais, selecionou cinco roteiros de curtas-metragens entre 30 enviados. O pré-requisito básico para assumir a direção dos curtas era ser negro(a) e não ter experiência prévia.

Captados em vídeo digital, com duração média de 20 minutos, os curtas têm no elenco revelações (negras, é claro) recentes e já conhecidas do público brasileiro. A temática e o gênero (bastante interessantes) de cada um dos filmes não são, necessariamente, ligados ao universo negro, o que já é um bom começo.

O longa *EnQuadros Negros*, reunião dos cinco curtas, é uma realização da Cia. Black & Preto com a Riofilme e tem lançamento previsto para o dia 13 de maio, data da abolição da escravatura, no Teatro Theotônio Villela, Universidade Cândido Mendes.

Mais informações:
(21) 2220-7090

Márcia Florêncio

O Grupo Cultural AfroReggae faz 10 anos e se firma como um relevante projeto voltado para jovens de comunidades pobres. Não é o único do tipo, mas desenvolveu uma metodologia que une voluntarismo e profissionalismo à paixão pela iniciativa. A psicóloga Márcia Florêncio, uma das coordenadoras da ONG, revela que agora o AfroReggae está pronto para novos desafios: "Queremos entender melhor a conjuntura do país, nos meter um pouco mais, não no campo da política partidária, já que nosso trabalho é de intervenção política e social". Palavra de mulher.

Como você chegou ao AfroReggae?

Márcia Florêncio – Conheci o AfroReggae quando ele ainda começava a se organizar, em 1993. Eu fazia parte de outra instituição, o Ceap [Centro de Articulação de Populações Marginalizadas]. No início, o AfroReggae buscava estar muito próximo a outras organizações, e o Ceap era uma delas.

Depois, quando aconteceu a chacina [em agosto de 1993, 21 moradores(as) de Vigário Geral com idades entre 16 e 61 anos foram assassinados(as) por policiais militares], a gente se aproximou mais. O AfroReggae e o Ceap participavam das reuniões que discutiam o que fazer naquele momento, e eu era quem representava a instituição. Eram encontros de organização da comunidade de Vigário Geral em torno de procedimentos de sustentação do processo judicial de acusação contra policiais. Passamos cerca de um ano nos encontrando todos os domingos; era inevitável algum tipo de relação.

Foi um período muito violento em Vigário Geral. Vocês não temiam estar lá?

Márcia Florêncio – Éramos todos muito jovens, com 23, 24 anos. A gente não sabia muito bem o que estava fazendo ali. Com a maturidade de hoje, talvez não estivéssemos ali naquele momento. Foi uma época muito cruel. Às vezes, combinávamos às 9 horas da manhã de domingo. O pessoal do AfroReggae saía da Tijuca, de Guadalupe, e para chegar em Vigário não era muito fácil. Eu até tinha uma certa regalia por conta da instituição onde trabalhava. Então, o que eu fazia era dividir essa regalia com quem não a tinha.

Mas até então você não trabalhava no AfroReggae?

Márcia Florêncio – Não, ainda não trabalhava diretamente com o projeto. Mas em 1995 – o Júnior é um bom estrategista – fui convidada a fazer uma avaliação do grupo. Acho que foi o primeiro momento que o grupo parou para pensar no que estava realizando. Eles estavam bem inseridos em Vigário Geral e já faziam algumas atividades por lá. Era uma proposta muito simples, mas que já gerava alguns problemas. Eles se perguntavam o que fazer diante da falta de recursos e de uma comunidade que não desgrudava mais deles.

Foi quando o Júnior disse: "A gente está precisando de uma psicóloga; você não tem algum tempo? Dá uma ajudazinha". Eu fui nessa de dar uma ajudazinha e, em março de 1995, eu comecei a ficar mais presente. Mas só em 1997 fiz a opção de sair do Ceap e ficar no

AfroReggae e também em um outro projeto, que é o Frei Gaspar, onde trabalhei até 1999.

Você disse que, com a maturidade de hoje, talvez as coisas tivessem sido diferentes. Maturidade atrapalha?

Márcia Florêncio – Não, mas dá um discernimento que, em determinados momentos, pode não ser bom. Era muito tiro, era muita violência, e a gente não tinha o menor problema de estar ali. Hoje, aos 34 anos, eu repensaria um pouco se valeria a pena começar a trabalhar em um lugar às 9 horas da manhã, dar a volta no Rio de Janeiro para terminar o final do dia em Vargem Grande, por exemplo. Era uma maratona de ônibus. Mais tempo na condução que no trabalho!

Como era essa rotina com tanta violência?

Márcia Florêncio – Vigário Geral era isto: a gente entrava e não sabia se saía ou como saía. Muitas vezes, a polícia tinha intervenções durante o dia, que normalmente significavam um transtorno na comunidade. Na maioria das vezes nem dávamos conta.

No início, o grupo era de quatro pessoas, depois viramos um grupo de oito ou nove pessoas. Não sabíamos os códigos da comunidade com tanta precisão. Na hora da correria, tem que saber para onde ir e com quem você tem que estar para fazer o quê. Era complicado também porque ainda havia a dúvida da comunidade com relação à gente. Muitos questionavam: "Quem é esse grupo, quem são essas pessoas que vêm para cá? Não pedem nada, mas movimentam as crianças três a quatro vezes por semana! O que é isso, quem são essas pessoas?"

Éramos diferentes. Normalmente as pessoas chegam lá cheias de cestas básicas, cheias de roupas, chegam com alguma coisa. A gente chegava com nada. Muito pelo contrário, ainda tínhamos que dividir o pão com mortadela, o guaraná Tobi patrocinado por um ou outro. Para eles, isso não era uma situação comum.

Imagina um projeto, uma instituição que não era instituição, que diz que tem um programa, mas que não era um projeto e que já dizia que era de um tamanho enorme! E que, apesar disso tudo, conseguia agregar algo em torno de 70 crianças, sem nada. Absolutamente nada. Não tinha material, não tinha comida, não tinha dinheiro, não tinha cartaz, não tinha "lbope". E isso em um momento em que várias instituições estavam dando muita coisa para Vigário Geral; só que também não sustentaram essa situação de doadoras por muito tempo.



Mas hoje a realidade é outra. Recentemente, vocês iniciaram a construção de uma nova sede.

Márcia Florêncio – Foi em meados de 2002 que iniciamos essa nova obra. Foi muito interessante ver a relação da comunidade com o AfroReggae. Tivemos que desmontar aquele centro cultural que tinha um simbolismo muito grande para a comunidade, as pessoas disseram assim: “O AfroReggae acabou”. Tivemos que explicar que não acabou, só vai entrar em uma nova

fase. Como ainda não apresentamos o projeto final da obra, há uma curiosidade sobre o que vai acontecer ali, que casa é essa que o AfroReggae vai montar. Mas a casa de Vigário será inaugurada só em 2004, um sofrimento.

Mas, em 1997, quando inauguramos a primeira casa, diziam “Bom, o AfroReggae enriqueceu”. Quando as pessoas começaram a ver que não era bem isso, surgiu uma cumplicidade muito grande com a comunidade. Estavam naquela casa porque aquela casa era daquelas pessoas, não era do Júnior, da Márcia, do Teko ou do Plácido. Tínhamos uma coordenação local, feita pelos meninos. Na minha opinião, foi o que fez a grande diferença. Anderson, de 18 anos, Luisinho, de 17, e Robinho, o mais velho, de 20 anos, comandavam uma casa por onde passavam 300 pessoas por dia.

Como era essa coordenação local?

Márcia Florêncio – Alguns critérios para entrar na casa foram estabelecidos pela instituição; outros, pelos jovens. Pela coordenação dos jovens, não era permitido entrar sem camisa. Vocês imaginam, 42 graus, na favela, não poder entrar sem camisa? Mas, tudo bem, era uma norma definida por eles. Outras proibições eram quanto ao porte de armas ou estar drogado. Além de não fumar e não beber. Lembro de uma única vez, em um dia de festa, que resolvemos servir cerveja, mas os próprios meninos pediram para isso não acontecer mais.

As pessoas podiam entrar, estar, ficar... E isso era diferente com relação às outras instituições que tinham muitas regras de horários, de entrada, de saída. Esse foi o grande achado do AfroReggae na minha opinião. Estar ali em segurança. Você podia ficar o tempo que quisesse: na hora do lanche, você podia comer; na hora de fazer atividade, podia participar. Isso fez com que tivéssemos uma relação muito tranqüila com os jovens, com a própria comunidade. Nunca tivemos problemas de invasão na casa, de roubo, nada disso. E mesmo com a bandidagem local nunca tivemos problemas. Eles iam, olhavam, assistiam, desde que cumprissem as regras comuns a todos.

Por que tantas mudanças de casa?

Márcia Florêncio – De início, compramos um barraco. Na fachada, só tinha uma faixa de plástico, que foi doada pelo M.W. Barroso, uma empresa que fica lá perto e é um grande parceiro até hoje. Já em 1997, quando foi construído o Centro Cultural AfroReggae, vivíamos uma circunstância muito diferente. Não havia dinheiro para a obra; aí fizemos a campanha do metro. Era a venda hipotética de todos os metros da casa! Todos os amigos foram convidados a participar daquilo e compraram mesmo! Conseguimos o apoio para reforma e fomos comprando as casas ao lado. Foi assim que surgiu realmente o Centro Cultural, onde vivemos até o ano passado.

É importante lembrar que o Centro trouxe uma nova estética para a comunidade. Trouxe cor e formato diferentes. Era uma casa de dois andares, com estrutura, pintada por um morador local – o Valmir, que agora está na Espanha. Colocamos uma movimentação que antes não havia naquela rua. Chegavam muitas visitas, muita gente começava a querer ver as invenções que fazíamos por lá.

Nunca ocorreram problemas com o tráfico?

Márcia Florêncio – Não. Tivemos o cuidado que todo mundo tem ao receber uma visita. Recebemos muitas autoridades, algumas com aparato policial. Aí é preciso dizer: “Olha só, vai entrar um monte de polícia federal aqui, mas não tem nada a ver com ninguém, tem a ver com a visita. Se quiserem ficar, fiquem; se quiserem sair, saiam”. Não há uma relação de submissão e sim uma relação mínima que implica informar que vai entrar gente diferente na nossa casa.

Quantas pessoas vocês atendem?

Márcia Florêncio – A última contagem deu 474 pessoas. Estamos espalhados em vários lugares. Na Cidade de Deus, temos um

trabalho em parceria com a Casa Sant'Ana, que é uma casa-dia para idosos. Lá o trabalho é muito específico.

Mas o que tem nos surpreendido é o trabalho em Parada de Lucas. São dez computadores instalados em uma sala bem pequena e temos 168 alunos. Funcionamos de segunda a sábado, em três turnos. A última turma acaba às 11 horas da noite. É muita coisa para pouca estrutura. Tentamos até acabar com algumas turmas, mas desistimos. O que ainda está faltando lá é um espaço aberto, com a nossa organização. Entendemos que esses espaços são fundamentais para a organização dos jovens, para uma nova relação com a comunidade, para um processo de participação comunitária com toda a cidade. É também importante para criar uma relação da instituição com a comunidade, passar a ser também o AfroReggae de Parada de Lucas. Aí a gente burla um pouco essa rivalidade que existe entre Vigário e Lucas.

As comunidades ainda estão em guerra?

Márcia Florêncio – Sim. E agora é uma guerra que a gente não sabe em que pé está. Algum tempo atrás, a gente podia dizer “a lógica é essa”. Quando eu comecei a trabalhar em Vigário Geral, eu entrava por Parada de Lucas para encurtar o caminho. Também costumava sair de Vigário por Lucas porque freqüentava uma escola que fica na divisa entre os dois bairros, o Ciep Cartola. Hoje, a cidade toda está sob uma tensão, e não sabemos o que vai acontecer. Ficamos pensando: o que vai acontecer? Vão fechar o quê? Vão atacar quem?

Tenho uma memória de Lucas que é meio de filme da Sessão da Tarde, meio mercado persa. Pessoas entrando e saindo, uma confusão. Demorei para entender que isso era exatamente o movimento de quando a droga chegava e começava a ser vendida. O cenário agora é muito diferente.

Mas nossa relação com Lucas começou na época em que houve um acordo de paz com Vigário, no começo de 1994. Foi selado oficialmente o pacto e aí começamos a fazer uma série de atividades levando amigos tão loucos quanto nós, como o Teatro do Oprimido e o pessoal do Amir Haddad. Em 1999, tivemos que nos distanciar porque começava a ser anunciado que a guerra ia retornar. Começamos um novo grande namoro em 2002, quando resolvemos premiar o presidente da Associação de Moradores de Vigário com o Prêmio Orilaxé. O presidente da associação de Lucas, o Carlinhos, que tinha acabado de ser eleito e

que, em princípio, não tinha nenhuma ligação que o desabonasse, começou a falar da falta de projetos sociais na sua comunidade.

O que aproximou definitivamente o AfroReggae e Lucas foi o fato de uma repórter do jornal *Extra*, que conhecia muito bem o AfroReggae, ter comentado com o Júnior algo como “Acabei de entrevistar o presidente da associação e ele me disse que gostaria muito de um dia ter o AfroReggae lá dentro”. Depois disso, foi quase um ano de muita conversa.

Não sabíamos o que fazer, mas sabíamos que não era para copiar o modelo de Vigário, isso significaria uma estrutura de material e de pessoal. Começamos a pensar o que a comunidade gostaria de ter. E foi assim que descobrimos o interesse por cursos de informática. Procuramos o Rodrigo Baggio, do CDI [Comitê para Democratização da Informática], e ele doou cinco equipamentos novos. Duas pessoas de Lucas fizeram a capacitação no CDI, e começamos uma divulgação na comunidade, bem ao nosso estilo – cartazinho em poste, nas escolas, nos pontos estratégicos. Explicamos que era um curso um pouco contra a nossa lógica, pois cobraríamos R\$ 5 de mensalidade. O AfroReggae não tinha nenhuma outra atividade paga, mas era uma lógica do CDI que respeitávamos.

Na primeira semana, não podíamos mais receber inscrição. No terceiro mês, fizemos uma avaliação e achamos que haveria desistências. O que aconteceu foi o contrário, ficamos com uma fila de 83 pessoas. Estamos tentando ver com o CDI como conseguir ampliar um pouco. Mas a gente precisa ter uma casa; o projeto para este ano em Lucas é ter uma casa.

Mas essa é uma iniciativa que tem mais características de serviço.

Márcia Florêncio – Acaba sendo serviço, e não um projeto. Quem vai para a aula das 9 às 10 horas quer ficar e acaba atrapalhando o outro. Com a casa, ele ficaria lá, passaria a ser um da casa. Com a Igreja Católica, já conseguimos um espaço, que está cedido para o AfroReggae por 20 anos, renováveis por mais 20. Está em cartório, tudo bonitinho. Não vai ter que brigar com ninguém. A cessão está registrada em cartório e foi feita em nome da diocese, porque o padre pode mudar de idéia... O Manuel Ribeiro, arquiteto responsável pelo projeto de Vigário Geral, está nos dando de presente o projeto de Lucas. Estamos muito empolgados.

Os traficantes de Vigário e de Lucas são de facções diferentes?

Márcia Florêncio – Sim, Vigário é do Comando Vermelho; Lucas é do Terceiro Comando.

O fato de o AfroReggae acabar atraindo jovens que poderiam ingressar no tráfico de drogas não gera problemas com essas facções criminosas? Qual a interface estabelecida entre vocês?

Márcia Florêncio – Não tem interface nenhuma. O que a gente tem é uma relação assim: "A gente não se mete na vida de vocês, nossa proposta não é chegar aqui como os salvadores da pátria, com a intenção de acabar com isso ou com aquilo. Viemos para fazer um trabalho específico para a comunidade. Se vocês acharem que tem algum problema, vamos conversar". Até agora, ninguém veio e continuamos a fazer nosso trabalho.

Uma vez que ninguém vem dizer que horas a gente tem que funcionar, quem é que a gente tem que colocar no curso, quem a gente não pode atender, está tudo certo. Não tem essa relação de ter que ir lá pedir para estar aqui. Se alguém faz isso, não sou eu, não é o Júnior.

Claro que existem negociações a fazer quando se entra em uma comunidade, é preciso se apresentar. Mas o fato é que agora, quando o AfroReggae chega, alguns serviços chegam também. Parada de Lucas acabou de receber o benefício do Favela-Bairro. E nenhuma comunidade é boba.

Então é uma convivência pacífica?

Márcia Florêncio – Há uma convivência por estarmos ali! A gente não nega, mas convive com essa situação. É preciso entender quando um menino ou uma menina some ou reaparece nas atividades. No início, trabalhávamos o tempo todo com a intuição. Hoje, estamos buscando pensar adiante. O que tinha e ainda tem muito é a abordagem pessoal. Em geral, quando vemos que alguma coisa está saindo fora de linha, vamos até aquele jovem. O Júnior vai, eu vou. Nessa hora, todo mundo do AfroReggae quer estar junto. É uma força-tarefa que chega para saber qual é o problema. E se tiver que levar pra nossa própria casa, será levado. É uma coisa de estar junto.

É claro que já houve pedidos. Já dissemos: "Gostaria que você não vendesse drogas para determinadas pessoas". É um pedido de vida. E a gente tem essa cara-de-pau e essa coragem de chegar lá e dizer isso. Mas da mesma forma também dizemos aos nossos jovens: "Gostaria que você não fizesse isso". Muitas vezes, o que esses jovens precisam é de uma bronca ou de um colo, que traga para junto de nós e o tire dali.

Até agora, em algumas vezes a gente deu sorte, outras não. Temos muita tranquilidade

– no coração, não; na cabeça, sim – de que em todos os casos que houve foi porque fizeram essa opção. Não foi porque deixaram de ser cuidados ou amados. As três, quatro pessoas que me passam agora pela cabeça foram exaustivamente cuidadas por todos nós, cada um da sua maneira. Tinha uma ação institucional, uma ação do indivíduo profissional com aquele menino ou com aquela menina. Todos foram exaustivamente assistidos por nós.

Mesmo as pessoas que saíram – e aí em particular as meninas que saíram para ser mães ou para trabalhar – mantêm uma relação muito próxima com o AfroReggae. Em dias de festa, estão lá ajudando. Isso é muito particular, principalmente quando há um rompimento. Se a pessoa sai magoada, não volta, mal telefona para saber se as pessoas estão vivas. E essas pessoas todas ficam, quase que se pode contar em uma estatística que elas fazem parte do AfroReggae. Há aquelas meninas que saíram e hoje são mães de crianças de 3, 4 anos e já estão pensando em colocar o filho no projeto Criança Legal.

Mas e aquelas que fizeram a opção pelo tráfico?

Márcia Florêncio – A única coisa que posso afirmar é que, nesse caso, houve a possibilidade da escolha. Algumas escolheram estar no tráfico de drogas. Não é a escolha que eu gostaria que fizessem. Precisaram fazer uma escolha e fizeram. Não temos nenhum discurso para amenizar a dor. Que bom que a gente pode recebê-las de volta quando resolvem voltar.

E se o jovem optar pelo tráfico e quiser frequentar o AfroReggae?

Márcia Florêncio – Desde que respeite as normas de não entrar armado, não entrar drogado e não usar o AfroReggae como subterfúgio... Mas temos os nossos cuidados. O AfroReggae tem uma carteirinha que dá uma certa imunidade à pessoa. Essas carteirinhas não circulam com facilidade porque pode acontecer de serem usadas de forma errada. São muitos os cuidados que devemos ter.

Mas não vou omitir que dói muito ter esse tipo de perda. Sempre lembro do Bigu, um jovem que perdemos para o tráfico. Ele era uma grande figura; ainda dói muito. Você acha que está na hora de largar tudo, que você foi superincompetente. Mas é muito bacana, mesmo depois de tudo isso ter acontecido, ver que a família desse jovem diz para a gente exatamente o contrário. A família dele continua sendo atendida por nós e a mãe dele diz que se

seu filho viveu até os 19 anos foi porque ele estava no AfroReggae.

O que houve realmente com ele?

Márcia Florêncio – Era um menino que estava com a gente desde o início, mas era sempre muito fluutuante. Em um determinado momento vimos que o estávamos perdendo. Então, o trouxemos para a estrutura institucional. Ele passou a ser funcionário do AfroReggae, de carteira assinada. Mas começou a ter uma vida dupla. Tentamos ficar com ele ainda mais perto nós.

Em um momento, ele assume: “Eu realmente tenho uma vida dupla; tento sair, mas não consigo. Quando eu me centro em uma determinada coisa, alguém vem e me leva. Eu não resisto. Mas eu não queria ficar porque sei que ali eu vou rodar”. Tentamos levá-lo para fora de Vigário Geral por um tempo, mas ele não quis sair. Não quis passar um tempo na casa do Júnior, não quis passar um tempo na minha casa, não quis sair de Vigário. Tentamos seduzi-lo ao máximo para a banda. Ele não era um bom músico, mas ele era muito esforçado e estava tentando.

Eu em particular tinha uma relação muito próxima com ele. Dizia que ele havia sido meu anjo da guarda em outra encarnação. A gente fazia aniversário junto, era uma relação muito diferente do que a que tinha com os outros meninos. Um dia, conversávamos e ele falou: “Tá complicado, mas eu vou tentar”. E tentou. Íamos nos apresentar no Domingão do Faustão e, quando ele soube que ia ser escalado, pirou, ficou alucinado, ia para o ensaio todos os dias. E foi a semana que realmente ficou melhor. Mas aí veio um feriado, 21 de abril de 1997. Ele ficou de bobeira em casa, nada para fazer... Alguém chamou. Ele foi e, pelo que soubemos, fizeram uma roleta-russa; e nessa ele dançou. Foi um caos. Foi o grande baque da instituição. Foi uma coisa tão louca que até hoje ainda não conseguimos falar coletivamente dessa morte.

Foi uma morte muito dóida, mas foi também um momento de muita força entre nós. Ele havia participado de toda a obra da casa que seria inaugurada adiante. A família dele acabou ficando muito próxima da gente, viu que não era um discurso vazio, que gostávamos realmente do Bigu. Quando essa família está precisando de alguma coisa, ainda somos uma grande referência. E a gente faz questão de que seja assim. Família é isto: discute, briga, mas está sempre junto. E esse é um laço muito forte que temos em Vigário Geral.

Sentimos falta disso lá no Cantagalo, por exemplo, onde estamos muito longe da comunidade em si. A gente está no espaço da escola pública, um subsolo, um anfiteatro. Dá uma distância geográfica fenomenal da favela. Queremos estar embrenhados na confusão.

Para participar das atividades é obrigatório estar na escola?

Márcia Florêncio – Em um primeiro momento, não. Depois, sim. Fazemos um trabalho de acompanhamento. Mas a questão é como esse jovem está na escola. Não basta estar freqüentando as

aulas. Às vezes, fico pensando como é que esses meninos e meninas têm tanta disciplina para passar horas estudando música, por exemplo, e não conseguem ter o mesmo desempenho na escola formal. Se me disserem que é indisciplina, falta de organização, não é. Eu os vejo estudando, ensaiando, mesmo em condições superprecárias.

Vocês nunca tentaram uma aproximação com as escolas?

Márcia Florêncio – Sim, criamos um fórum de diretores das escolas lá de Vigário. Queríamos escutar um pouco o relato desses profissionais, já que também ouvíamos os relatos dos jovens. E procurar o que era possível fazer em conjunto. Chegamos a identificar um problema que eram os horários livres entre uma aula e outra. O aluno acabava saindo da escola. Tentamos levar atividades nossas para dentro das escolas. Foi uma loucura! Se estava tendo capoeira para uma turma, uma outra que estava na sala de aula queria participar.

Aí, tentamos de outra maneira, pelo fortalecimento das professoras. Mas o que acabou acontecendo é que passamos a ser acionados cada vez que um jovem do AfroReggae fazia alguma bobagem na escola. Temos que achar um meio termo, mas não é nada fácil. Decidimos que, até 2005, vamos tentar de novo.

Como é trabalhar em comunidades em que muitas vezes, por causa de



facções criminosas diferentes, seus(suas) moradores(as) nem podem se falar ou se visitar?

Márcia Florêncio – Trabalhamos efetivamente em Lucas, Vigário, Cidade de Deus e Cantagalo. Fora isso, o AfroReggae tem um projeto chamado Conexões Urbanas, em parceria com a Assessoria Especial de Eventos da Prefeitura, que vai para a sua 21ª edição. Isso significa estar pelo menos 21 vezes em comunidades diferentes. Vamos a diversas comunidades, e eu nem sempre sei qual é o comando de lá. Na hora, isso não tem nenhuma importância.

O que percebemos é que muitas vezes essa dificuldade de um serviço ou um projeto entrar em uma comunidade está relacionada ao mito de que as pessoas não querem aquilo. Nos aproveitamos do nosso sucesso para entrar nessas outras comunidades. E, com isso, temos desmistificado essa história de que as comunidades, por conta dos comandos, não estão preocupadas com seu desenvolvimento e crescimento. Mas também, sem nenhuma necessidade de esnober, é muito difícil alguém recusar a nossa chegada. AfroReggae traz muita pompa, muito destaque, no mínimo significa uma matéria no jornal.

Qual o tamanho da equipe?

Márcia Florêncio – Muito pequena. Os que estão no show de domingo são os mesmos que,

na segunda-feira de manhã, estarão trabalhando. Todo mundo faz tudo. Temos discutido isso.

Nosso grupo ainda é muito novo, os profissionais que trabalham com a gente vêm de uma outra lógica e demoram pelo menos um ano e meio para entender como funcionamos. Conseguimos ter uma equipe permanente e estamos procurando criar alguns benefícios para que ela fique – porque também corremos o risco de perder as pessoas.

Falamos que o grupo é pequeno, mas também não sabemos como expandi-lo. Como trazer novos profissionais para uma lógica tão diferente de trabalho? As pessoas – acabamos de contratar três pessoas: duas assistentes sociais e uma psicóloga – chegam tão fascinadas pelo AfroReggae show, pelo AfroReggae projeto social que deu certo, e isso às vezes é uma dificuldade. Nosso processo de seleção mudou muito, uma das etapas agora é passar dois meses na favela em que vai estar trabalhando e no rodízio com outras três. Aí a gente vê se a pessoa vai agüentar.

O AfroReggae não é muito masculino? Mesmo na equipe de coordenação, há mais homens que mulheres.

Márcia Florêncio – Às vezes, brinco que só resisti tanto tempo porque sou tão ou mais macho do que eles! Mas acabamos de fazer um seminário sobre os nossos dez anos de atuação e vimos que, na verdade, durante toda a história do AfroReggae, houve a presença de mulheres. Só que elas sempre estiveram na condição esperada por eles, de mulheres que aguardam o comando masculino. Sempre tinha uma, duas, inclusive na banda. Na equipe de coordenação, tivemos uma decisão institucional de recompor o núcleo com mais mulheres. Mas não foi fácil convencer 11 homens de que isso era preciso, quando só tinha uma mulher falando.

Passamos o ano de 2002 buscando o equilíbrio entre uma presença grande das mulheres e uma nova proposta de funcionamento, preocupados e atentos para a questão de gênero. O que temos neste momento, em 2003, é uma composição equilibrada, uma intenção das mulheres que estão nas ações diretas em comunidades de galgar espaços na instituição. Há também um grupo de mulheres, meninas novas, que está desejando um lugar diferente daquele ocupado nos espetáculos. Acho que, com toda essa preocupação, hoje temos mulheres mais fortes, o que é um grande alívio. Não é só assistente social, é uma assistente social que, na hora da reunião, se coloca, que vai lá e gera uma situação polêmica, que diz se não gostou.



E como reagiram as meninas das comunidades?

Márcia Florêncio – Foi muito difícil porque algumas meninas tinham o discurso de que mulher é para isso mesmo, de que mulher tem que obedecer, de que é pertencente ao homem, de que passa a ser objeto do outro e que está ali para procriar. Foi muito complicado, foi um discurso do “eu sozinha”. Mas conseguimos um equilíbrio pelo menos numérico da presença de mulheres. O engraçado é que, em 2002, em uma das nossas reuniões ampliadas, que são enormes, o grupo se deu conta que éramos quase metade. Aí o pessoal falou: “Que é isso? As mulheres estão invadindo o AfroReggae”. E em funções estratégicas. Por exemplo, toda a parte administrativa estava nas mãos das mulheres, a parte do trabalho social estava nas mãos das mulheres.

Mas há algum projeto voltado especialmente para meninas?

Márcia Florêncio – Ainda não. Estamos em contato com o pessoal da Criola [ONG de mulheres negras] para pensar o que pode ser feito. Até porque de uma hora para outra começamos a dizer: “Não podemos esquecer a questão de gênero”. Só que muitas vezes nem todos entendiam o que estávamos falando.

Aos poucos, vamos “descobrir” o tema. Para nós, é importante não perder nunca a dimensão do humano, saber que quem está ali conosco no grupo não vai mudar rapidamente. Não é fácil fazer com que uma mulher de 40 anos entenda que tem o direito de ir à delegacia se tiver sido espancada pelo marido. Ela está apanhando há 25 anos, mas hoje já acha que não é bom. São mudanças ainda muito sutis. Mas a questão da presença das mulheres e também a discussão racial fazem parte do nosso presente. São coisas que ninguém precisa apontar. São desafios.

E a questão racial? A instituição tem o afro no nome, mas nunca tematizou isso.

Márcia Florêncio – A questão de raça também é algo que estamos introduzindo nos nossos trabalhos. Muitas vezes, nossos jovens só percebem a questão quando passam a se relacionar com essa sociedade cruel. E a banda tem um papel fundamental nesse perceber. Um dos cantores, o Anderson, descobriu-se uma figura muito importante como exemplo para outros. Ele está sempre com um visual bem cuidado, está estudando. Ele descobriu que pode, ao mesmo tempo em que está cantando, seduzir as pessoas, mas pode

ser também um grande canal de informação. E ele traz a questão da raça para a instituição com uma força muito grande. Foi o Anderson quem nos colocou contra a parede de alguma forma ao dizer: “Sou negão, e daí? Mas não sou só um negão bonito, sou uma pessoa assim e assado”. Ele começa a falar o que é se sentir discriminado e a mostrar o que é ser um provocador. Ele foi funkeiro, sabe dizer isso com muita propriedade. E tem o seguinte discurso: “Olha só, AfroReggae, vocês podem ter dúvidas com relação ao nome de vocês, mas não podem ter dúvidas com relação à gente que está no projeto”.

Objetivamente, chegamos à conclusão de que não somos do Movimento Negro, que está organizado de forma tal que não entendemos. Porém, temos uma intervenção com uma população muito específica, que também é uma população negra, não exclusivamente negra, mas majoritariamente negra. A partir daí é que temos nos preparado para intervir. Até 1999, isso não era algo tão presente, mas hoje é. Não sabemos ainda lidar com ela 100%, mas é alvo da nossa preocupação, o que já avançou bastante.

Por meio da cultura, vocês estão resgatando a auto-estima desses jovens e fortalecendo a participação cidadã.

Márcia Florêncio – Essa foi a nossa primeira grande descoberta. O grande momento do AfroReggae foi quando descobrimos que esse trabalho que hoje é visto pela cidade – seja o Clube do Circo, a Trupe da Saúde ou a própria banda – na verdade só foi possível porque as pessoas acreditaram nelas próprias.

Se hoje esses jovens se apropriaram tão bem de suas histórias foi porque nossa preocupação nunca foi se virariam grandes artistas, mas que pudessem ter sua condição de cidadania repensada. E repensada a partir deles próprios.

Meu queridíssimo colega Júnior diz o seguinte: “Não quero que essas pessoas vivam o que eu vivi. Se eu puder evitar, vou fazer”. Assim fomos nos cumpriciando. Nosso grande desafio foi trazer para aquele grupo de jovens uma condição diferente da que cada um de nós tenha tido. E que eles pudessem se orgulhar do que fazem e do que são, compartilhando isso com outras pessoas. Orgulho não só de ter algo para si próprio, mas também ter orgulho de poder dividir com outro – seja o dinheiro ou o sucesso. Muito tranquilamente, digo que a maior parte dos

jovens do AfroReggae tem isso muito claro na cabeça: sabem que podem pedir socorro, mas sabem que podem socorrer alguém também.

Há alguma ligação com escolas de samba?

Márcia Florêncio – Não, neste momento não. Em Parada de Lucas, tem uma, do lado de fora de Vigário tem outra, no Cantagalo tem outra, mas nunca nos articulamos. O que temos em relação ao samba é a banda AfroSamba. Havia um grupo de meninos que tocava samba, um deles adorava cavaquinho. Montamos uma pequena estrutura com aulas teóricas de instrumentos específicos. Definimos que as aulas seriam de samba de raiz por ser algo que a juventude não conhece, não se apropria desse saber. Trabalhamos o samba a partir de uma leitura histórica da cidade. Hoje, eles cantam e sabem por que estão cantando aquele samba. Fazemos uma pesquisa de culturas e ritmos. E isso é fundamental, senão é o mesmo que cantar o "Funk das cachorras"! Para cantar um clássico tem que saber a origem dele, pelo menos quem o fez.

Oficialmente vocês são uma ONG?

Márcia Florêncio – Sim. Uma ONG que tem uma empresa que é geradora de recursos para a ONG. Isso está no contrato. De tudo que entra na empresa, 30% vai para a instituição. Essa é uma lógica que vale até mesmo se alguém é convidado para dar uma palestra e tem um pró-labore. Todo mundo sabe que 30% deverão ir para a instituição. Isso é algo que ninguém precisa mais falar para ninguém.

Vocês têm aliados e parcerias as mais variadas. Como é feita essa divisão?

Márcia Florêncio – São três formas: apoio, financiador e parceiro. Sempre deixamos claro que, para nós, ser parceiro não é simplesmente emprestar o nome. Parceiro é quem trabalha junto. Quando alguém nos oferece uma parceria, não perguntamos o que vai dar, mas o que vai fazer. Se a instituição nos procura para dar algo, é um apoio. Pode ser algo mais momentâneo. Já o financiador é alguém que nós escolhemos para ajudar no nosso trabalho. Escolhemos porque alguns que se apresentam podem não ser bons para nossa filosofia. Empresas de tabaco e bebida alcoólica não aceitamos – nem como apoio, nem como financiador, nem como parceiro.

É dessa maneira que a gente tem conseguido tanta coisa. A campanha dos dez anos do AfroReggae, por exemplo, foi uma campanha superbonita, feita por um pessoal que

nunca imaginamos ter acesso, o mesmo que produziu o filme *Eu, tu, eles*. Essa postura tem nos facilitado em várias situações, especialmente em campanhas políticas. Como sempre reconhecemos o apoio da prefeitura do Rio, em nenhum momento fomos chamados a fazer campanha política obrigatória. É claro que há as parcerias desejáveis, as intencionais e, outras, necessárias. Mas quem não vive assim?

Há remuneração das pessoas envolvidas com os projetos?

Márcia Florêncio – Em 1997, quando a banda começou a viajar pra fazer shows, nos perguntamos por que um trabalho social não pode efetivamente melhorar a vida das pessoas no que diz respeito a dinheiro. Queremos que as pessoas tenham condições de acesso. Oxalá ela vá comprar comida em vez de comprar tênis, se o seu problema for falta de comida em casa! Ou vá comprar um colchão para parar de dormir no chão. Mas é uma opção dela. Da mesma forma que decidimos entrar ou não no cheque especial.

Nossa alternativa foi pegar o que fazíamos de melhor, a música – e na época nem era tão boa assim –, e investir como um projeto de geração de renda. Descobrimos que podíamos vender shows e pequenos produtos. Houve um certo constrangimento no começo porque as pessoas ligavam e diziam assim: "O AfroReggae pode tocar não-sei-onde?" A gente dizia, "Pode". "Vocês têm alguma exigência?" No começo, a gente dizia que não. E aí a gente passou por muitas, muitas furadas.

É verdade que o AfroReggae ainda faz muita coisa de graça, mas, quando pode, também cobra para fazer. Também vimos que, em muitos casos, podemos pedir pelo menos o transporte e a alimentação. E tem ainda aquelas instituições que nos convidam e podem sim pagar por nossa apresentação. Com o tempo, chegamos à conclusão de que são dois esquemas diferentes. Um de graça e outro cobrando. E, onde tem recurso, todo mundo ganha.

Quem acabou resolvendo mais diretamente isso foi o Júnior. Ele começou a fugir esses modelos, esses mecanismos, e disse que o AfroReggae teria uma parte para fazer dinheiro e a outra parte ligada ao trabalho social. E, na medida do possível, a primeira sustenta a outra. Em 1999, começamos a experimentar esse método, e 2002 foi o grande ano dessa lógica.

E o método tem dado certo?

Márcia Florêncio – Ficamos de agosto de 2002 a fevereiro deste ano sem o nosso principal recurso externo. E foi graças a esses trabalhos de sustentação interna que não paramos as nossas atividades. Foi a primeira crise financeira do AfroReggae em que não se cortou ninguém, não se diminuiu nem se atrasou salário. No último cálculo, vimos que estamos gerando 28% do que precisamos de dinheiro.

Em 2003, se continuarmos tratando esse tema com a transparência que temos dado, provavelmente conseguiremos fechar o ano gerando 35% da nossa receita. É muito dinheiro. Vai dar para ter projeto de bolsista, de intercâmbio. Recentemente, os meninos saíram para fazer pesquisa para o próximo disco, tudo já com esse recurso interno. Isso dá para o AfroReggae uma condição um pouco diferente.

Mas o bom é esta possibilidade: circular dinheiro, de maneira que todo mundo entenda como circula. Os grupos que têm cachê, por exemplo, discutem entre si seu percentual. É uma lógica interessante e que foi construída a muitas dores de cabeça. Todo mundo sabe quanto ganha, quando vai ganhar, quando o dinheiro chega. Não há com o que se envergonhar por ser um projeto social que também gera recursos. Não há por que dessa culpa ou vergonha de ganhar dinheiro.

Os jovens do projeto estão crescendo e começam a dizer: "Tudo bem, aula disso e daquilo é muito bacana, mas e o que mais?" É

muito ruim deixar de ter um jovem participando do projeto porque há uma outra iniciativa dando uma bolsa merreca de R\$ 50. Ou porque ele teve que se virar. Às vezes, uma assistente social chega desesperada: "Fulano saiu porque arrumou emprego". Qual emprego? Virou auxiliar de camelô em Duque de Caxias. Quanto ganha? R\$ 15 por semana.

O trabalho que a gente faz exige um tempo enorme, uma dedicação exclusiva e não é fácil ser artista. No carnaval de 1998, os meninos não tiveram um dia de descanso, começaram a trabalhar às 9 horas da manhã e acabaram às 11 horas da noite. Por que não dizer que isso é um trabalho e, por isso, que precisa ser remunerado? Essa discussão acontece em outros grupos que conheço bem. No Nós do Morro, por exemplo, há uma relação fenomenal mas não se pode ganhar dinheiro. Então só vai ser remunerado quando entrar no grande circuito? Aí já virou *pop star*. Isso não faz sentido. Acho que isso tem que ser mais discutido entre os grupos que têm uma atuação parecida.

Então, a banda é remunerada?

Márcia Florêncio – Na verdade, todo mundo ganha quando entra dinheiro, desde que trabalhe. O pessoal da banda tem uma forma diferente porque trabalha a partir de cachê. Se vendermos o show, 30% são para a instituição, e o restante é dividido de acordo com o percentual estabelecido para cada um. Pode ser que em um mês eles ganhem muito, no outro não ganhem nada. Vai depender da venda



de shows. Estabelecemos que todo mundo que trabalha nesses momentos de organização do show ganha, desde que seja uma apresentação paga. A verdade é que trabalhamos tendo dinheiro ou não, o diferencial é que sempre sabemos o que está acontecendo com o recurso que chega.

Hoje, os artistas da banda, como fazem pelo menos um grande show por mês, já podem se programar contando com um recurso mensal a receber. Isso mudou a relação deles com as famílias, diferente do que era há quatro anos. Não são mais apenas aqueles meninos que tocam. São os meninos que tocam, porém ganham dinheiro tocando. O nosso cuidado agora é com o mundo do artista, um mundo fascinante, sedutor, encantador. São jovens lindos e também encantadores e sedutores.

Existe algum método para multiplicar o trabalho do AfroReggae? Como superar os limites de uma ação direta?

Márcia Florêncio – O bom é saber que temos inspirado muita gente. O AfroReggae deve ser um grupo de muita luz. Temos tentado, ainda de maneira tímida, criar condições para que essa multiplicação seja a partir de uma célula única. Ou seja, o AfroReggae propõe a instalação de um núcleo em outro lugar. Sempre que viajamos com uma atividade cultural-artística procuramos unir também uma atividade social. Nessas ocasiões, buscamos conhecer alguma iniciativa daquele bairro, daquela favela, que está recebendo nossa apresentação. Há também muitos grupos que nos procuram. E, quando isso acontece, a gente atende, abre a casa, diz como funciona. Temos mostrado que não precisa de muito dinheiro para fazer o que fazemos, pelo menos não no começo, quando a estrutura é menor. Aprendemos que algumas ações precisam de menos dinheiro do que nos dizem e que outras podem ser feitas com pouquíssimo ou nenhum recurso.

Temos *know-how* hoje para multiplicar ainda mais. Em relação a isso, um sonho muito antigo, que talvez este ano dê para avançar, é sistematizar melhor nosso trabalho e, a partir disso, ter um núcleo que se destine a receber

esses grupos que nos procuram. Achamos importante relatar também como foram nossas escolhas até aqui. Explicar, por exemplo, por que não aceitamos “qualquer dinheiro” vindo de “qualquer fonte”.

Este é um grande desejo: fortalecer grupos que talvez tenham tantos problemas como tivemos – tantos não-incentivos como nós tivemos –, mas que podem, a partir da nossa experiência, acreditar mais! E que esse grupo possa continuar e, daqui a dez anos, ser um outro AfroReggae ou até uma instituição melhor que o AfroReggae.

Como identidade, vocês se sentem parte da sociedade civil?

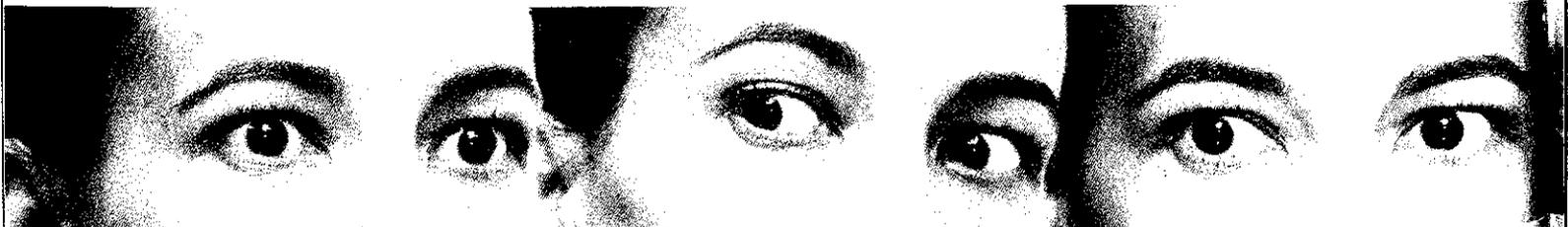
Por exemplo, como é percebida a relação com uma instituição como o Ibase?

Márcia Florêncio – A gente se sente da cidade. Mas, em relação ao Ibase, há uma história diferente. Há uma relação de gratidão, um amor incondicional. A ida do Betinho ao nosso barraco, quando ele quase não ia mais a lugar nenhum, é uma marca na nossa trajetória. É uma relação de afeto e que vai além de uma nomenclatura.

Como funciona o Conexões Urbanas?

Márcia Florêncio – O Conexões é uma daquelas coisas que a gente começa sem saber bem por quê. Algumas pessoas vão entrando na história junto com a gente, e acaba acontecendo. Nossa idéia era experimentar em outros lugares o que a gente vinha fazendo em Vigário. Em 1995, levamos o Caetano e a Regina Casé para a favela. Foi muito legal. Descobrimos que levar artista para a favela era muito bom, motivava a comunidade, criava um bochicho legal. Depois, fizemos o batizado da capoeira com Fernanda Abreu e Gabriel, o Pensador. A inauguração da nossa casa foi um dia de festa com Cidade Negra, Fernanda Abreu e O Rappa. Mas tudo restrito a Vigário.

Resolvemos, então, fazer um piloto no Morro da Formiga, na Tijuca. O Bill [MV Bill, rapper carioca], que está até hoje no projeto, e a Fernanda Abreu se apresentaram. Depois, procuramos a Secretaria Especial de Eventos



da prefeitura do Rio e começamos a moldar melhor. É uma estrutura muito grande, fenomenal, que acontece dentro da comunidade.

O que acontece não é só um show. A comunidade, pelo menos durante um mês, vive uma grande movimentação. É a possibilidade de ter benefícios diretos da prefeitura. O show necessita de instalação elétrica, que fica lá mesmo depois do espetáculo. O lixo é retirado. Geralmente, são áreas de lazer mal cuidadas, abandonadas. A gente entra com o show, a prefeitura oferece projetos de capacitação, de liderança comunitária e de ações específicas. Por exemplo, se percebemos que o posto de saúde local não está bom, avisamos.

No dia do show, pela parte da manhã, acontece uma feira social. Tem campanha de prevenção da dengue, de Aids, DSTs, e uma atividade voltada para crianças.

Com que frequência acontece?

Márcia Florêncio – Todo último domingo do mês. Vamos fazer o 21º agora, na Vila Vintém, em Padre Miguel. E virou agenda do pessoal. Tem moradores de comunidades que convidam a gente para ir comer um churrasquinho, “vai lá em casa”. É uma sensação múltipla de orgulho e satisfação. As pessoas comentam como foi importante, bacana, prazeroso. Às vezes, escutamos coisas que levamos para a vida inteira. Por exemplo, no dia em que a Daniela Mercury se apresentou, tinha uma senhora que falava assim: “Fala sério que é a Daniela Mercury? Vocês estão brincando, tá bom!” Por mais que eu explicasse, acho que ela não acreditou que aquela artista estava ali!

Mas é impressionante também a mudança daquele artista no dia do espetáculo. Às vezes, comentamos: “Quem diria que o artista tal estaria aqui sujeito a uma tenda dessas?” Eles se sentem comprometidos com aquilo. E fomos nós que descobrimos isso! Se precisarem de um título institucional, talvez não tenhamos. Ou talvez seja este: uma instituição cultural que se encanta com a possibilidade de estar dentro das favelas.

Só pessoas da comunidade participam?

Márcia Florêncio – A comunidade é a

maioria presente. Mas fazemos convites intencionais a pessoas que nunca entraram em uma favela. E fazemos questão de criar um aparato, de levar e buscar, apresentar, mostrar. Pedimos que cheguem mais cedo para que realmente vejam aquela comunidade. Na primeira vez, por mais que algumas fiquem chocadas, não saem indiferentes. Muitas criam um circuito de levar outras pessoas para que também tenham a mesma sensação, vivam sentimentos que a rigor não viveriam.

Um grande barato do nosso trabalho é poder juntar aquela pessoa que você jamais imaginou com outra que teria certeza que estaria ali. Às vezes, a gente olha e pensa: o que aquela figura está fazendo aqui? Mas o bom é que ela topou esse desafio de vir. Quando as pessoas entendem que essa é a cidade em que vivem, relaxam. Tem algumas que exageram, mas tudo bem. É mais um lugar do AfroReggae, um projeto educador para além dos jovens.

Seu primeiro contato com o AfroReggae foi em uma avaliação. E agora, uma outra avaliação, qual seria?

Márcia Florêncio – A primeira avaliação é a de que fizemos mais do que imaginamos. Hoje, sabemos que o que foi começado não dá para parar. Depois de dez anos, estamos prontos para novos desafios. Queremos entender melhor a conjuntura do país, nos meter um pouco mais, não no campo da política partidária, já que nosso trabalho é de intervenção política e social.

Mas não tenho dúvidas de que, por um longo tempo, ainda seremos esse grupo. Daqui a algum tempo, outras pessoas entrarão e talvez sejamos mais compartimentados. Talvez surja um setor que cuide mais da empresa, um que cuide mais da área social, outro setor que cuide mais do intercâmbio...

O AfroReggae ainda é muito acelerado. Nem sei se encontraríamos outra forma, mas percebo que é necessário um pouco mais de cautela. A conjuntura pede um pouco mais de cautela. Estamos metidos em muitos lugares, nos relacionamos com muita gente. Temos que preservar todos, inclusive nós mesmos. ■

Participaram desta entrevista: Atila Roque, Cândido Grzybowski, Iracema Dantas, Jamilye Chequer e Marcelo Carvalho

Fotos: Marcus Vini





MARCO

Seja amigo(a) do Ibase e faça a sua parte.

É só enviar o formulário abaixo.

O Ibase tem propostas e quer contar com a sua participação.

QUALIFICAR E FACILITAR A PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS QUE QUEREM CONSTRUIR UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA É UMA DAS PROPOSTAS DE TRABALHO DO IBASE.

Somente no ano passado formamos mais de 2 mil pessoas para acompanhar e discutir com governos municipais a elaboração de seus orçamentos e saber como e onde o dinheiro de seus impostos está sendo usado. Você também pode saber. É só consultar o site do Ibase*.

Exigir transparência por parte dos governos e assegurar que o orçamento público cumpra sua função de reduzir as desigualdades sociais beneficiando, principalmente, os mais pobres é um desafio nosso e seu também.

MAS O IBASE TEM OUTRAS PROPOSTAS PARA COMBATER AS DESIGUALDADES NO BRASIL. E DESENVOLVE PROJETOS PARA:

- Garantir a toda a população acesso à alimentação
- Estimular e cobrar responsabilidade social das empresas
- Articular e fortalecer lideranças sociais
- Monitorar compromissos sociais assumidos pelo governo brasileiro nas conferências da ONU
- Avaliar programas de geração de trabalho e renda
- Disseminar informações e opiniões sobre temas como racismo, mulher, criança e adolescente, meio ambiente.

Amigos do Ibase

* Orçamento Municipal do Rio de Janeiro. Link: www.cidadaetransparente.org.br

EU QUERO FAZER PARTE DESTA MUDANÇA

Contribuindo mensalmente com:

R\$ 10,00 R\$ 20,00 R\$ _____

Autorizo débito automático em minha conta corrente

Banco do Brasil Bradesco

Agência: _____ Conta: _____

Contribuindo: mensalmente trimestralmente semestralmente

Com o valor de: R\$ 50,00 R\$ 70,00 R\$ _____

Autorizo débito no meu cartão de crédito:

American Express Visa

Nº do cartão: _____ Validade cartão: _____

Aguardo receber formulário de depósito bancário.

Nome _____

Sexo F M

Endereço _____

Cidade _____

UF: _____ CEP _____

Telefone/fax: _____

e-mail: _____

Nascimento: ____/____/____

CPF: _____

Data: _____

Assinatura: _____

ENVIE POR CORREIO Av. Rio Branco - 124, 8º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20148-900 OU FAX (21)3852-6028.

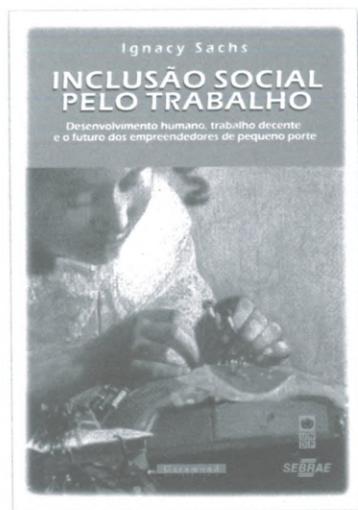
O Jornal da Cidadania é distribuído para pessoas que têm pouco ou nenhum acesso à informação crítica e comprometida com a democracia. Nossos leitores e leitoras são, especialmente, estudantes e professoras e professores de escolas públicas de todo o país. Mas também trabalhadoras e trabalhadores urbanos e rurais, líderes comunitários, moradoras e moradores de comunidades pobres. São 58 mil exemplares distribuídos gratuitamente.

Participe de mais esta iniciativa do Ibase. Você pode ajudar com contribuições financeiras ou organizando um núcleo de distribuição.

Doações de pessoas físicas podem ser abatidas no Imposto de Renda.

Mais informações: (21) 2509 0660
ou jcidadania@ibase.br





Inclusão social pelo trabalho

Ignacy Sachs
 Editora Garamond
 200 págs.

O livro dirigido pelo professor Ignacy Sachs é o resultado do trabalho em conjunto com uma equipe de consultores, na maioria líderes de pesquisa no Brasil e no exterior, em diferentes áreas. Os consultores foram Arnóbio Cavalcanti, Cícero Barbosa, Cícero Péricles, Cláudio Moura, Cristiane Derani, Dirceu Lindoso, Eli Roque Diniz, Eros Mussoi, Fernando de Lira, Hoyêdo Nunes, José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay, Murilo Flores, Paul Singer, Paulo Freire Vieira, Paulo Haddad, Renato Jamil Maluf, Renato Remos Campos, Reynaldo Rubens, Ricardo Henriques, Roberto Grun, Sérgio Moreira e Silvio Antônio Cario. A equipe do prof. Sachs foi composta por Marcelo Varela e Ana Leticia Fialho. O trabalho foi financiado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

A publicação cuida dos principais problemas por que passa a economia brasileira na atualidade. Ela se divide em seis capítulos, que abordam respectivamente o contexto brasileiro na virada do século XXI, as complexidades da economia real, a redescoberta e reinvenção do Brasil rural, a consolidação dos empreendimentos formais de pequeno porte, o desenvolvimento territorial integrado e sustentável e possíveis rumos para a economia brasileira.

A pesquisa foi feita com base na produção de diversos artigos pelos consultores, que foram analisados posteriormente pela equipe técnica que coordenava os trabalhos. A partir da identificação dos principais pontos para o desenvolvimento brasileiro, foram realizados diversos seminários de discussão no Brasil e no exterior. Esses seminários contaram com a participação de pesquisadores renomados e com intenso debate sobre cada um dos aspectos levantados.

Os dados estatísticos foram revistos nos órgãos de pesquisa. Interessante notar que diversos pontos controversos em relação à estatística foram discutidos, colocando em confronto métodos diferentes de aferição de índices entre os institutos nacionais e internacionais de pesquisa. O resultado é a apresentação mais honesta das diversas realidades brasileiras.

Com esse conjunto de dados, o coordenador da obra, professor Ignacy Sachs, elaborou um texto único, coerente e preciso sobre o Brasil da atualidade, apontando uma série de questões que podem ser trabalhadas para a promoção do desenvolvimento brasileiro.

Entre os pontos mais importantes indicados pelo trabalho, observa-se uma interessante abordagem das complexidades do setor informal no Brasil, tanto com relação a definições, como no tocante às possíveis saídas da informalidade, pelo direito e pela

economia. Demonstra que os trabalhadores do setor informal não estão na informalidade por opção, mas por falta de acesso a melhores condições de trabalho, que ganham menos e têm menor acesso a todos os serviços sociais públicos, o que é extremamente importante se considerarmos que mais de 40 milhões de pessoas estão na informalidade.

Trata-se também do Brasil rural, que representa cerca de 40% do PIB brasileiro. As políticas rurais não são apenas sociais, mas também econômicas, tendo em vista as grandes possibilidades de desenvolvimento a partir da melhoria de condições dos trabalhadores do campo. Chega-se à conclusão de que é possível reduzir a dívida social com os milhões de indigentes e pobres que vivem no campo, injetando ao mesmo tempo um novo dinamismo na economia nacional. A alavanca para esse desenvolvimento está certamente na economia familiar, na criação de cooperativas e na aceleração do processo de reforma agrária.

Os empreendimentos formais de pequeno porte não são esquecidos. A obra demonstra que as micro e pequenas empresas são aquelas que mais geram novos empregos no Brasil, mas são as mais penalizadas pelas políticas públicas. A alta taxa de mortalidade deve ser combatida com uma política de apoio para a consolidação dos novos empreendimentos, com melhor acesso a crédito, mercados, tecnologias apropriadas e desburocratização.

Enfim, o próprio desenvolvimento nacional deve ser pensado de forma territorial e integrada, visando à sustentabilidade econômica, ambiental e social, para a promoção de melhor distribuição de renda.

Trata-se, portanto, de um livro maduro, feito a partir da ampla experiência do professor Ignacy Sachs, com o apoio de diversos pensadores de renome do Brasil e do exterior. Essa obra tem muito a contribuir

“As pesquisas do IBGE só

indicam as atividades

secundárias quando estas

são mencionadas pelo

entrevistado. Há fortes

suspeitas de que isso deixa

de fora da estimativa um

contigente importante de

vendedores ambulantes em

tempo parcial, sacoleiras e

revendedores de produtos de

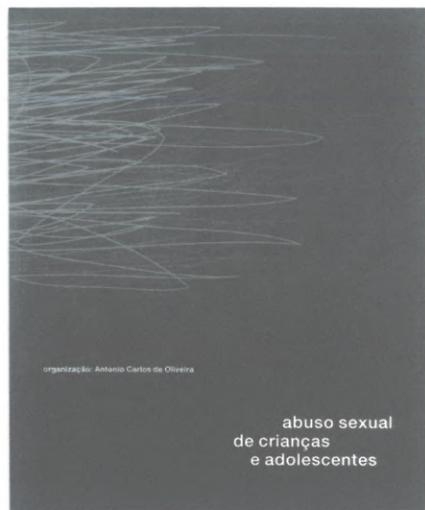
grandes empresas como as

fábricas de cosméticos”

Ignacy Sachs, no livro
Inclusão social pelo trabalho

para a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento nacional nos seus mais diversos espectros.

Marcelo Dias Varella
Doutor em Direito pela Universidade de Paris, coordenador do Mestrado em Direito do Centro Universitário de Brasília



Abuso sexual de crianças e adolescentes

Antonio Carlos Oliveira (org.)
Nova Pesquisa
152 págs.

Até bem pouco tempo, o tema da violência doméstica, e em especial o abuso sexual contra crianças e adolescentes, era considerado tabu. O assunto não era abordado porque *não podia existir*. Como duvidar de “pais zelosos e mães corujas”? Nesse contexto, os casos de violência cometidos no *locus* doméstico permaneciam envoltos em vergonha e segredo. Dentro das fronteiras do núcleo familiar, estruturado para proteger, como revelar o indizível?

Enquanto fenômeno complexo, multifacetado e de difícil abordagem, a violência contra crianças e adolescentes não é fato novo na história da humanidade. Exemplos de seu cometimento estão presentes em relatos da história, da antropologia e até

mesmo da Bíblia. O que pode ser considerado novo são o olhar e a atenção nos cuidados com a infância e na identificação de seus problemas, adquiridos no século XX, com a modernidade.

No Brasil, com a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a questão da violência em geral, e da violência doméstica em suas diferentes modalidades (por negligência, psicológica, física e sexual), perpetrada contra crianças e adolescentes, vem conquistando visibilidade, possibilitando o desvelar de uma realidade tão presente na vida de muitas de nossas crianças.

Por ser um tema ainda recente no Brasil, constatam-se a pouca experiência e formação insuficiente de muitos dos(as) profissionais que, atuando em programas e instituições voltados para a garantia dos direitos da população infanto-juvenil, orientam-se por posturas pautadas no senso comum que tendem mais a punir que assistir. Nesse sentido, a prevenção e o tratamento dos casos de violência doméstica, em especial do abuso sexual, são tarefas cujo enfrentamento implica a necessidade de se aprofundar, repensar, criticar e/ou reconstruir conceitos explicativos desse fenômeno complexo; na importância de uma intervenção qualificada; na necessidade de articulação das instâncias que compõem o Sistema de Garantias de Direitos de Crianças e Adolescentes, instituído pelo ECA, e na existência de uma rede de atendimento – programas governamentais e não-governamentais – à disposição da sociedade civil.

É justamente sobre os desafios a esse enfrentamento que trata o livro. Organizada por Antonio Carlos de Oliveira, membro da Coordenação Executiva da Nova Pesquisa e Assessoria em Educação e professor do Curso de Especialização em Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítimas de

Violência Doméstica, do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, a publicação tem como tema central “discutir dilemas conceituais e dificuldades de manejo adequado de casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes”, contribuindo, sobretudo, para o debate qualificado em torno da problemática em pauta.

Dividido em duas partes, o livro dedica a primeira à apresentação das exposições proferidas por profissionais de diversas áreas do conhecimento durante o seminário Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes, realizado pela Nova Pesquisa em parceria com o Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, em fins de 2001. Reunidos em três grandes blocos temáticos, os textos problematizam: as definições e concepções de abuso sexual contra crianças e adolescentes e seus rebatimentos na elaboração de diagnósticos nos campos jurídico, social e terapêutico; os desafios da formação de profissionais de nível médio e superior, para a intervenção qualificada; e os desafios na implementação de uma rede de proteção às vítimas e suas famílias e atendimento aos(às) agressores(as) no estado do Rio de Janeiro.

A segunda parte consiste na análise de tópicos relevantes para a compreensão e tratamento do tema, extraídos do trabalho de assessoria e pesquisa realizado pela equipe que compõe a Nova Pesquisa, no âmbito da violência doméstica contra crianças e adolescentes, apresentada de forma reflexiva e instigante pelo organizador da publicação.

Pela complexidade do tema e seriedade de seu tratamento, podemos dizer que estamos diante de um livro que se constitui em referência fundamental para todos os(as) estudiosos(as) e profissionais envolvidos(as) e comprometidos(as), direta e indiretamente, com a proteção e defesa dos direitos de

“É útil revelar-lhes

que boa parte de nós,

profissionais que atuamos

diretamente em casos de

abuso sexual de crianças

e adolescentes, por vezes,

temos fantasias muito mais

cruéis, em relação ao que

fazer com o agressor,

do que com os atos por

ele praticados contra uma

criança ou adolescente”

Antonio Carlos Oliveira, no livro *Abuso sexual de crianças e adolescentes*

crianças e adolescentes cujo cotidiano é permeado, entre outros, por padrões de comportamento abusivo.

Sueli Bulhões da Silva
Prof^a do Dept^o de Serviço Social
da PUC-Rio

Economia solidária:

quando o alternativo torna-se estratégico

Neste começo de século, a economia solidária talvez seja a temática que emerge com mais força na agenda antiglobalização. No III Fórum Social Mundial, foram expostas e debatidas práticas solidárias dos cinco continentes em mais de 120 oficinas e num painel intitulado “A economia solidária como estratégia de desenvolvimento humano”. No Brasil, o governo Lula cria a Secretaria Nacional de Economia Solidária, escalando o professor Paul Singer como seu titular.

Práticas econômicas geradas pela associação voluntária de pessoas ou grupos (cooperativas de produção, consumo e serviço; redes de comercialização; moedas sociais; comércio justo; consumo ético; cooperativas de crédito) representam de per si uma novidade política. Essa novidade é dada exatamente pelo fato de tais práticas resgatarem a economia para a política. Isso ganha mais relevância quando se constata que a economia de mercado imprime à sociedade uma espécie de moto-perpétuo, cuja energia inesgotável estaria na lógica da mercantilização, competição e acumulação.

Se é certo que essas práticas repõem a economia como sendo produto de relações sociais, restam questionamentos sobre como e quanto a chamada economia solidária consegue se contrapor às instituições e aos valores que suportam a economia de mercado. Para além do caráter alternativo e mesmo de resistência contido nessas práticas, a economia solidária pode assumir um sentido mais estratégico na sociedade como, aliás, sugere a sua própria denominação.

Para uns(umas), a economia solidária não passaria de uma acomodação à dinâmica capitalista, pois cumpriria um papel funcional ao dar conta dos(as) excluídos(as) do sistema em meio à crise do emprego. Outros(as) associam elementos pertinentes à economia solidária – relações de proximidade, reciprocidade e não-mercantis – para caracterizá-la como um terceiro setor, distinto do Estado e do mercado, mas que os complementa. Muito presente nos EUA e na França, esse viés de setorização, além de correr o risco de esquematizações simplistas e empobrecedoras da realidade, tende a reforçar a tese inicial da economia solidária como acomodação ao sistema.

Neste artigo, pretende-se discutir, recorrendo particularmente ao caso brasileiro, os caminhos e as possibilidades que se apresentam para uma maior institucionalização da economia solidária. Há uma pluralidade dispersa de práticas econômicas associativas no país e cabe, portanto, investigar movimentos e tendências capazes de dotá-las de um caráter mais sistêmico, ordenador da vida social.

Para tanto, os argumentos que se seguem vão em duas direções, que, contudo, interligam-se. Investiga-se, inicialmente, o movimento social da economia solidária, incluindo aí contexto, atores envolvidos, agenda e políticas públicas pertinentes. Acrescentam-se indicações de mudanças institucionais e valorativas, ou melhor, de novos princípios que estariam se processando a partir das práticas solidárias. Ao escolher esse duplo caminho para abordar o problema, não se pretende obviamente esgotá-lo, mas sim sugerir um método adequado para abordá-lo. Bem entendido, a economia solidária será mais ou menos estratégica a depender da força e da qualidade do movimento social que a sustenta.

Contexto

As práticas econômicas associativas prosperam no ambiente de desregulamentação dos mercados, gerado pelo livre movimento de capitais

e do novo padrão de acumulação levado a efeito via flexibilização dos processos produtivos e das relações de trabalho. As faces mais visíveis desse momento dizem respeito à crise do emprego e à fragilização da cobertura social que marcaram a década de 90. Sem dúvida, a desregulamentação e seus efeitos sociais são de maior amplitude em economias vulneráveis, como as latino-americanas, sujeitas aos chamados “ajustes estruturais”, e onde os mecanismos de proteção social não chegaram a configurar um estado de bem-estar.

De modo geral, pode-se dizer que pessoas ou grupos se associam em um empreendimento solidário para compensarem, via agregação dos recursos que cada um dispõe, a ausência de direitos sociais e econômicos provocada pela concentração capitalista. Antes de qualquer coisa, tais empreendimentos surgem como alternativa para se assegurar trabalho e renda ameaçados. Mas também é verdade que a essa motivação inicial tende a se somar a preocupação com a cooperação e a gestão compartilhada, de modo a favorecer uma distribuição equitativa da riqueza produzida ou trocada.

No caso brasileiro, a desregulamentação comercial com liberalização de tarifas e, defensivamente, incentivos fiscais e creditícios para grandes empreendimentos – normalmente setores exportadores – limitam o acesso ao mercado pelos pequenos e médios produtores. Não por acaso, observa-se a multiplicação do número de empreendimentos que abrem processo de falência.

Ao mesmo tempo, com a livre movimentação dos fluxos financeiros, assiste-se a uma elevação do preço do dinheiro. Os juros altos inviabilizam o financiamento da produção, mais particularmente do(a) pequeno(a) investidor(a), sem condições de negociar contratos em bases mais favoráveis em função do excesso de garantias exigidas pelos bancos.

A crise do emprego se junta a esse cenário. A busca de redução de custos nas empresas força não apenas a dispensa de trabalhadores(as), mas também a flexibilização dos direitos trabalhistas, produzindo o trabalho precarizado ou subemprego. O novo padrão produtivo intensivo em tecnologia amplia, por sua vez, o desemprego. Acrescente-se, ainda, o fato de que, ao perder o emprego formal, o(a) trabalhador(a) perde também a cobertura social mínima, realidade que já atinge metade da população economicamente ativa do país.

As respostas da grande parcela da sociedade brasileira prejudicada por esse estado de coisas são variadas, interessa aqui focar as

saídas coletivas. Nesse sentido, prosperam práticas como redes entre produtores(as), bem como entre eles(as) e os(as) consumidores(as). Tais redes servem para contornar intermediários, ao oferecer escala para a comercialização; permitem a troca de tecnologias, saberes, produtos e serviços; barateiam os custos ao envolver uma dada cadeia produtiva; e facilitam a venda via feiras locais.

Entram aqui também experiências de comércio justo e consumo ético, responsáveis por criar novas oportunidades de mercados e, portanto, de renda para produtos desenvolvidos com preocupações distributivas e ambientais.

Pessoas ou grupos se associam em cooperativas de crédito e constroem instrumentos alternativos de financiamento como o cartão de crédito solidário e o aval solidário, em que um grupo de pessoas serve de avalista para alguém obter um empréstimo. Nesse caso, o crédito é meio, e não fim como nos bancos. A fim de facilitar o acesso a bens e serviços, constituem-se redes de trocas baseadas em moedas sociais ou por meio de compras coletivas via cooperativas ou grupos de consumo.

Trabalhadores(as) de empresas falidas ou em processo de falência trocam seus créditos trabalhistas pelo arrendamento e controle do empreendimento. Com isso, empresas e postos de trabalho têm sido preservados.

Atualmente, já são mais de 200 as chamadas indústrias autogestionárias. Desempregados(as) e subempregados(as) juntam saberes e força de trabalho e constituem pelo país afora cooperativas de serviços.

Muitos desses empreendimentos resultam exclusivamente da iniciativa do próprio grupo envolvido. Mas o fato é que, de meados da década de 90 para cá, entidades representativas desses setores vêm se constituindo; além disso, organismos da sociedade civil e do poder público passam a desenvolver programas voltados para a economia solidária. O elemento que parece animar a constituição e atuação dessas organizações refere-se exatamente à novidade política contida nos empreendimentos solidários.

Essa novidade seria dada pela presença da cooperação como fator gerador de valores materiais e simbólicos; da gestão compartilhada dos recursos; e da motivação não-mercantil dos empreendimentos, voltados para a distribuição e não-acumulação das riquezas. Para as organizações que atuam com a economia solidária, esses elementos possuiriam uma lógica

sistêmica capaz de ordenar e dar sentido a um novo padrão de desenvolvimento mais justo e promotor de maior qualidade de vida.

Atores

É nessa direção que as organizações de economia solidária buscam o fortalecimento e o fomento desses empreendimentos. Em 1994, foi criada a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (Anteag), voltada a representar o setor de indústrias controladas por trabalhadores. A Anteag possui um forte trabalho na capacitação para a autogestão, bem como busca se constituir em uma rede de trocas de produtos, serviços e saberes. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por sua vez, desenvolve o princípio da cooperação e autogestão não apenas na gestão de seus acampamentos, mas também em empreendimentos produtivos nas áreas assentadas.

Em junho de 2000, empreendimentos solidários das mais diferentes regiões do país, reunidos em Mendes-RJ, inauguraram a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES), no intuito de criar e gerenciar redes de produção solidária. Ao mesmo tempo, organizam, pelo site www.redesolidaria.com.br, um sistema de troca de informações e serviços entre os empreendimentos. No fim do ano passado, constituiu-se a Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Similares. Essa associação busca estimular e consolidar o microcrédito e o crédito popular, visando ao desenvolvimento local e regional.

Além dessas organizações de âmbito nacional, em várias cidades e estados do país vêm se formando fóruns e redes locais e regionais de empreendimentos solidários. Quanto às organizações civis que atuam na economia solidária, destaca-se a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (as ITCPs). Iniciada em 1998, essa rede – que congrega, hoje, 14 universidades brasileiras – representa um caso exemplar de extensão universitária, que visa dar suporte técnico e logístico na formação e desenvolvimento de cooperativas populares. A economia solidária é também parte integrante da agenda da Rede Unitalho, criada em 1995, que busca soluções aos problemas dos(as) trabalhadores(as) pelo envolvimento das universidades em estudos e pesquisas que contribuam para a superação da exclusão social.

Ainda no campo das organizações que atuam em favor da economia solidária, a CUT, por intermédio de sua Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), formada em 1999, tem apoiado os empreendimentos particularmente no tocante ao financiamento solidário. A Cáritas do Brasil, por sua vez, com atuação em todas as regiões do país, presta apoio ao desenvolvimento local e regional em bases solidárias. Vale destacar a atuação da Cáritas no caso da constituição da Articulação do Semi-Árido (ASA), envolvendo dezenas de atores do semi-árido brasileiro voltados à construção de alternativas de desenvolvimento para áreas atingidas pela seca. É por intermédio da ASA que surge, por exemplo, o programa das cisternas destinadas à captação de água da chuva a fim de garantir o abastecimento nos momentos prolongados de estiagem.

Sobre a atuação governamental na área da economia solidária, chama a atenção o fato de que é crescente o número de governos locais e estaduais que vêm implementando programas na área de economia solidária.¹ Como reflexo da importância alcançada por essa nova agenda, no início deste ano foi constituído o Fórum Nacional de Gestores Governamentais de Políticas Públicas de Economia Popular e Solidária. O fórum, que está em construção, objetiva produzir, em articulação com outros atores da economia solidária, uma agenda de fortalecimento de políticas públicas de economia popular e solidária no país, vinculadas a estratégias de ordenamento urbano e desenvolvimento socioeconômico.

Sobre a recente criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, sob o comando do prof. Paul Singer, trata-se de um dos passos mais firmes em direção à institucionalização da natureza estratégica da economia solidária. A importância atribuída a esse passo não deriva da simples constatação de que agora se tem um órgão federal responsável por formular e articular políticas de fomento à economia solidária. O que é mais significativo e que dá robustez à nova secretaria é o fato de que ela é o resultado da mobilização e convergência de todas as organizações aqui citadas, acrescentando-se as organizações não-governamentais Fase, Ibase e Pacs.

No processo de preparação para as três edições do Fórum Social Mundial (FSM), ocorridos em Porto Alegre, nasce uma articulação envolvendo, em momentos distintos, todas as organizações já citadas. Essa articulação chamada de GT Brasileiro de Economia Solidária

se fortalece – apesar de sua diversidade e graças a ela – e acaba por ir além da tarefa de assegurar uma presença internacional destacada do tema da economia solidária nas diferentes edições do FSM.

Em dezembro de 2002, o GT organizou em São Paulo a I Plenária Nacional de Economia Solidária, que contou com mais de 200 representantes de empreendimentos e organizações que atuam com o tema. Na plenária, além de se retirar uma agenda de ações necessárias ao avanço da economia solidária, ratificou-se uma carta dirigida à equipe de transição do governo Lula, na qual se apontava a importância da criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária. Vale dizer que o nome do prof. Singer foi uma indicação consensual entre as organizações do GT.

Esse processo de mobilização aponta para um outro avanço decisivo na institucionalização da economia solidária. Por ocasião do III FSM, ocorrido em janeiro último, foi organizada a II Plenária Nacional de Economia Solidária com a presença do prof. Singer, já como secretário. Acertou-se nesse encontro a realização, em junho, da III Plenária Nacional, a fim de constituir o Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Agenda

A construção do Fórum Brasileiro de Economia Solidária está pautada por uma ampla agenda de proposições dirigidas ao fortalecimento da economia solidária no país. Os acúmulos em termos de práticas e formulações já apontam desafios de ordem mais estratégica, cujo enfrentamento se dá em um horizonte de médio e longo prazos.

De um lado, os empreendimentos solidários precisam ganhar escala e, nesse sentido, a sua integração econômica e territorial, o acesso ao financiamento e a incorporação de tecnologias e conhecimentos são elementos que necessitam ser potencializados. De outro, há a necessidade de mapear a diversidade de práticas econômicas associativas existentes, como forma não apenas de melhor orientar as políticas, mas também de dar visibilidade aos potenciais e às debilidades contidas nas próprias práticas.

Diante desses desafios, alguns gargalos precisam ser superados. Um deles diz respeito ao aspecto legal, em relação ao qual várias restrições se colocam para o crescimento da economia solidária. As regulamentações do Banco Central sobre o sistema financeiro nacional

¹ Em termos estaduais, o Programa de Economia Popular e Solidária do governo gaúcho (1998-2002) foi pioneiro. No estado gaúcho, mais de 140 empreendimentos solidários, envolvendo aproximadamente 10 mil trabalhadores diretos, foram beneficiados por ações de capacitação, apoio técnico e jurídico, financiamento, comercialização e estruturação de cadeias produtivas.

dificultam a operação das cooperativas de crédito, impondo regras excessivas para a aprovação de empréstimos e restringindo o leque de serviços autorizados. Da oferta de outros serviços, como poupança e outras aplicações, depende a própria sustentabilidade das instituições financeiras solidárias. As condicionalidades para a tomada de empréstimo e as linhas de financiamento dos bancos convencionais ignoram as particularidades dos empreendimentos solidários, nos quais um dos maiores problemas é a falta de capital de giro. A revisão da lei de falências, acabando com o estatuto de "credor preferencial" para os(as) trabalhadores(as), inviabiliza a construção de soluções coletivas para a solvência de empresas.

Na lei das cooperativas, existem brechas para a descaracterização do cooperativismo, seja via acumulação de poderes e recursos nas mãos dos seus(suas) dirigentes, ou pela utilização delas como expediente de precarização das relações de trabalho (as chamadas "cooperगतos" ou "cooperfraudes"). Além disso, essa lei estabelece a unicidade da representação do setor cooperativista, contrariando o princípio de autonomia dos empreendimentos.

As características dos empreendimentos associativos, centradas na cooperação, autogestão e não-acumulação, exigem inovações técnicas, seja na área de gestão, gerência ou mes-

mo produção. Um claro exemplo disso são as inovações da agroecologia, na qual os próprios recursos da natureza são utilizados de maneira combinada a fim de assegurar produtividade e qualidade dos produtos de modo sustentável. Importa, assim, um redirecionamento das agências de fomento à pesquisa para a busca de respostas criativas, inovadoras e adequadas a esse tipo de empreendimento.

Está claro para o movimento da economia solidária que boa parte das respostas a essas questões e desafios passa pela implementação de políticas públicas. Mas que tipo de política pública faz-se necessário? Como as práticas de economia solidária baseiam-se em princípios capazes de dar novo ordenamento ao sistema de produção e trocas, não caberiam políticas de tipo pontuais, compensatórias. Ao contrário, as políticas voltadas para a economia solidária devem se caracterizar necessariamente pela intersetorialidade, focadas no desenvolvimento local e regional (ver *box*).

A mudança de foco das políticas públicas implica alterar também o método e mesmo seus instrumentos. O reconhecimento do cidadão e da cidadã como sujeitos econômicos impõe um outro padrão de relacionamento dos governos com as demandas sociais, até aqui voltadas à oferta de serviços públicos como contrapartida dos impostos pagos pela população.² Ganha relevo o papel do Estado como fomentador e catalisador da integração entre os(as) agentes da economia solidária. A estrutura legal, por sua vez, apresenta-se como restritiva ao desenvolvimento da economia solidária, levando à necessidade de sua adequação. Vê-se que a reorientação do Estado em benefício da economia solidária talvez seja um dos maiores desafios postos à afirmação dela como estratégia de desenvolvimento redutora de desigualdades.

Princípios

A economia solidária demonstra quanto a economia é algo político. Que a política tem uma forte influência do econômico todos(as) reconhecem. Mas por que o contrário não é igualmente reconhecido? Se a política representa exatamente o campo da disputa de recursos e valores entre indivíduos e grupos, como se pode pretender uma separação cartesiana

2 Ao contribuírem com parte de sua renda por meio dos impostos, o cidadão e a cidadã comportam-se também como agentes econômicos voltados a produzir serviços e bens públicos que corrijam as distorções produzidas pela lógica da acumulação. Pode-se dizer que se trata de uma ação econômica passiva, pois ela transfere para o Estado a produção e oferta do bem ou serviço sem afetar em nada a lógica produtora das desigualdades sociais. De outra parte, a atuação dos(as) cidadãos (ãs) como sujeitos econômicos implica a atuação deles(as) como produtores e controladores da riqueza social, via Estado ou sociedade.

3 Citação extraída da publicação "Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária", organizada pelo GT Brasileiro de Economia Solidária.

Reivindicações Sociais

A título de exemplo, transcrevem-se abaixo as propostas de ações de política pública de economia solidária apresentadas na carta entregue à equipe de transição do governo Lula.

- Formação, capacitação e assistência técnica adequada às características organizacionais dos empreendimentos de economia solidária, como forma de sensibilizar a organização para o trabalho coletivo e proporcionar informações, conhecimentos e tecnologias sobre os aspectos que envolvem um empreendimento ou, ainda, de como geri-lo de forma coletiva e solidária;
- desenvolvimento de tecnologias apropriadas à economia solidária, com vistas à agregação de valor aos produtos, melhoria das condições de trabalho, de saúde e de sustentabilidade ambiental;
- reconhecimento das diversas formas associativas de empreendimentos de economia solidária, que vão além dos marcos tradicionais de organização formal;
- desenvolvimento de políticas para a garantia de demanda para a economia

solidária, seja por meio do poder de compra do Estado, de sistema de intermediação de negócios ou pela integração no mercado. Em particular neste último é necessário considerar cadeias produtivas, integrando os fluxos de consumo, comércio, produção aos programas de financiamento, de logística de distribuição e comercialização;

- criação de linhas de financiamento, com condições e exigências diferenciadas e adaptadas às características dos empreendimentos de economia solidária;

- fortalecimento de um sistema financeiro solidário, que tem se apresentado de diversas formas, como uma alternativa real de financiamento dos empreendimentos de economia solidária; e

- fortalecimento da organização dos produtores e consumidores em redes ou outras formas de intercâmbio autônomas dos empreendimentos solidários, nas várias frentes de atuação (produção, crédito, comércio, trocas, saber etc.), em âmbito local, regional, nacional e internacional.³

do político e do econômico? Somente se pode aceitar o absurdo da autonomia do econômico em relação ao político pelo fato de que uma determinada visão política da economia se fez dominante e acabou por se naturalizar.

Trata-se aqui de investigar alguns dos princípios da economia solidária que resgatam o econômico para o político em favor de participação ativa dos(as) cidadãos(ãs) na produção da riqueza social. Não será demasiado lembrar que a pretensão não é de esgotar a questão, mas sim de assinalar que a natureza estratégica da economia solidária passa pela identificação de instituições e valores que lhe conferem um caráter sistêmico, oferecendo novas bases de ordenamento social. Desse modo, os dez princípios enunciados a seguir devem ser compreendidos como estando mutuamente implicados.

- No lugar de relações sociais de tipo competitivas, valorizam-se relações de interdependência, seja entre indivíduos ou grupos. Decorrem daí relações de complementaridade, reciprocidade e cooperação – entre trabalhadores(as), produtores(as), ou, ainda, entre esses(as) e os(as) consumidores(as).

- O "outro" deixa de ser percebido como um meio ou uma ameaça a ser neutralizada ou eliminada. Contrariamente, o "outro" passa a ser reconhecido como fonte de saber e recursos necessários ao desenvolvimento do indivíduo ou grupo.

- Altera-se a autopercepção do indivíduo ou grupo como maximizador do ganho privado, responsável por fixá-la a um dado interesse. O indivíduo ou grupo se reconhece possuidor de uma pluralidade de interesses, sustentados em diversos recursos materiais e imateriais, que somente podem ser vivenciados pela troca ou de modo compartilhado.

- A fim de que as relações sejam reconhecidas como sendo de interdependência e a percepção dos indivíduos ou grupos sobre si mesmos e sobre o "outro" se alterem, mudanças institucionais são fundamentais. Da institucionalidade responsável por reduzir custos de transação entre indivíduos ou grupos (via incentivos e/ou sanções) para uma outra aberta à participação da diversidade na definição das regras que orientam a produção e distribuição da riqueza, bem como nas informações necessárias à tomada de decisão.

- O trabalho deixa de ser meio e, portanto, mercadoria, sinônimo de emprego. O trabalho ganha uma nova centralidade, sendo fonte de desenvolvimento pessoal à medida que se desfaz a divisão do trabalho entre elaboração e

execução. Ou melhor, à medida que o(a) trabalhador (a) participa na definição das regras e objetivos que balizam o seu próprio trabalho.

- O sentido das relações não está na maximização dos ganhos privados ou na acumulação, na qual um ganha e o outro perde. Como cada indivíduo ou grupo passa a buscar as riquezas existentes no outro e em si mesmo, as trocas assumem uma característica em que todos(as) ganham e uma dinâmica criadora de novos recursos e valores na sociedade.

- O objeto das relações deixa de ter o seu valor medido preferencialmente pelo valor de troca, e sim pelo valor de uso.

- O consumo tende a se orientar menos pelo valor de troca e mais pelos vários sentidos de uso que podem conter um bem ou serviço. O valor de uso pode estar no que se incorpora em termos de bem-estar e/ou conhecimento, bem como de responsabilidade sobre as implicações sociais do consumo.

- Como as relações interpessoais e intergrupos ganham relevo, o espaço sobre o qual se processam essas relações assume importância destacada. A valorização e apropriação do território como espaço de reprodução da vida e convivência humana está fortemente presente nas redes de trocas entre indivíduos ou grupos. Resgatam-se, assim, o valor social e a dimensão pública do território, como espaço da interação e da troca. Esse resgate representa um contraponto ao esvaziamento do território produzido pela lógica da competição e do ganho que reduz o espaço ao seu aspecto funcional, como local de passagem ou de satisfação do interesse privado.

- A diversidade cultural e a ambiental, que sofrem a padronização imposta pela mercantilização ou pela necessidade dos ganhos de escala, passam a ser reconhecidas como fontes de riqueza social e devem, portanto, ser preservadas.

Se esses princípios expressam minimamente os significados das práticas da economia solidária, arrisca-se aqui a afirmar que do avanço de tais práticas depende o aprofundamento da própria democracia. A participação social e a cultura cívica não podem ser pensadas como incidindo apenas na dinâmica redistributiva do Estado ou na formação de grupos de interesse, deixando de lado os mecanismos de produção e distribuição da riqueza. Nesses termos, distante do modelo tripartite de sociedade, cabe, na verdade, subordinar o Estado e o mercado ao processo de participação ativa de cidadãos e cidadãs na produção e reprodução ampliada da vida humana. ■

* João Roberto Lopes

Cientista político,
coordenador de
Processos Sociais
de Inclusão do Ibase

excessos individuais: criticavam-se a fome do lucro, a ganância, o materialismo. Muito da produção simbólica do século XIX, no teatro e na literatura, combateu apenas os vícios morais gerados pelo dinheiro, sem se opor ao conjunto do sistema produtivo. Com isso, não foi muito além de condenar a ação capitalista por sua ausência de espiritualidade. De condenar a economia por estragar o reino humanista da cultura. Para um escritor idealista, a bolsa deveria ser criticada como um lugar de desamor.

A atitude modernista de Marx era contrária a qualquer condenação moralizante. Engels mostra, ainda, que a moralização correspondia ao próprio modo fundamental com que o burguês se enxergava. Era o burguês filisteu, diz Engels, quem criticava os vícios materialistas da gula, da bebedeira, da coíça, do prazer da carne, da ânsia do lucro, da avaréza e as fraudes da operação da bolsa. Ou seja, todos os vícios impuros aos quais ele próprio rendia um culto secreto. E, do outro lado, esse burguês se mostrava um idealista da fé na virtude, do amor ao próximo, da arte e até mesmo da confiança num mundo melhor. Desse ideais ele se vangloriava na frente dos outros. A burguesia, naquela fase heróica, seria portanto materialista no íntimo e idealista em público, como dizia a canção favorita do burguês, também citada por Engels: "Que é o homem? Metade animal, metade anjo". Ou como escreveu Goethe no Fausto: duas almas lutam e disputam o seu peito.

Uma fina flor do imperialismo da época, certamente mais sofisticada do que seus correspondentes atuais, o bebedor de cerveja Otto Von Bismarck gostava de cantar, segundo Brecht, os seguintes versos: "Teodoro, velho carneiro, não me boline na frente do mundo inteiro".

Era um outro tempo, aquele em que as perversões econômicas e imperialistas se ancoravam numa cultura idealista, hoje reduzido ao discurso maniqueísta – e

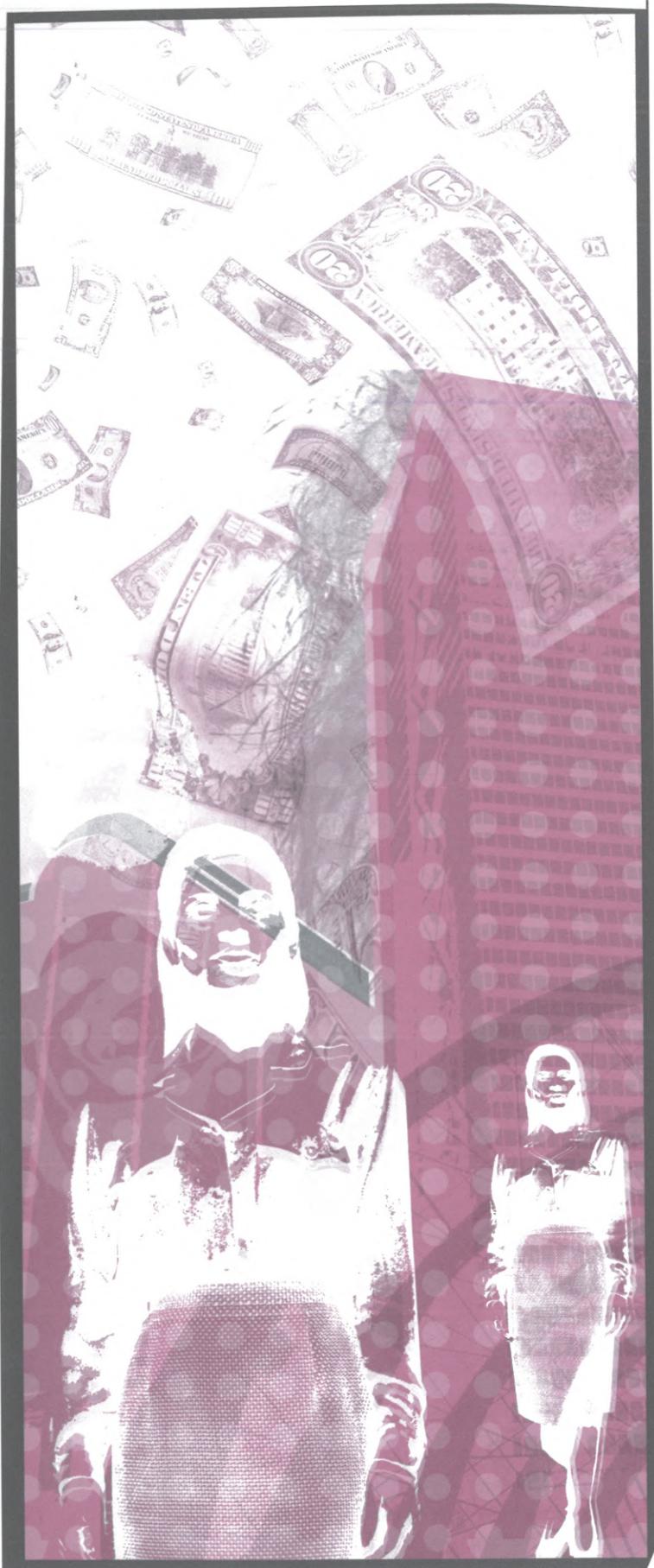
consumista – do bem e do mal. Era um outro tempo em que a própria burguesia se orgulhava de trazer dentro de si o bem e o mal como contradição, uma vez que essa constatação desviava a atenção de sua atuação prática. Naquele tempo, muito do trabalho da representação artística anticapitalista era desmascarar essa combinação.

Ao assumir o ponto de vista considerado ruim para sua crítica, o do materialismo, o exemplo literário de Marx se afasta do gesto moralizante porque condena não a ganância da bolsa, mas a própria ideologia do amor, na perspectiva de seu vínculo subserviente com as práticas mercantis. Condena o amor como ideologia de classe, não sua possível realidade de encontro humano, que permanece como possível valor concreto.

O que mudou de lá para cá, no que se refere ao tema do amor na bolsa de valores, é que isso já não é uma piada, mas uma grotesca verdade inteira, na época do capitalismo financeirizado, que vem se *erotizando*, no nível mais banal da palavra, em todos os níveis.

Como está previsto no Manifesto Comunista, com o desenvolvimento da concorrência universal, todos os valores antigos da cultura (que dependiam de uma inscrição territorial numa comunidade estável), toda a religião e a ética antigas foram aos poucos aniquilados. À medida que a burguesia se internacionaliza, criando vínculos de consumo no mundo inteiro, dos quais depende para satisfazer suas necessidades, à medida que a burguesia se livra do passado e cria interesses e dependências mercantis novas, todas as velhas ideologias que não correspondiam à prática mercantil foram esvaziadas. Mesmo aquelas pertencentes ao projeto de universalismo burguês, expressões de um humanismo antiaristocrático. O mercantilismo deixou de ser negativo e se tornou valor positivo. O destino da mercadoria e o desejo do consumo passaram a ser ideologia acima das outras ideologias. Não era mais preciso que o investidor

1 Texto elaborado a partir de palestra proferida pelo autor no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, no dia 26 de janeiro de 2003, no debate "Cultura e Prática Política".



acreditasse, idealisticamente, que praticava, numa metade de seu coração, o amor. Antigamente, o amor seria o ideal de uma bolsa de valores patética. Agora, existir na bolsa passa a ser o ideal grotesco do amor.

O crítico Fredric Jameson vem, nos últimos anos, descrevendo esse processo pelo qual não só as produções da cultura perdem seu sentido comunitário e servem descaradamente ao mercado, mas também pelo qual o próprio mercado se reveste de um valor cultural. Não só a cultura se faz economia, mas a economia se faz cultura. Significativamente, quando Jameson fala de um mundo mercantil que se erotiza, se estetiza, se culturaliza, sua imagem lembra a da bolsa amorosa de Marx. Para Jameson, o que ocorre hoje é uma libidinização do mercado, uma erotização da economia, uma equivalência entre hedonismo e capitalismo que ajuda a transmitir a impressão de que o dinheiro é a única força de renovação num mundo imobilizado, de que o capitalismo é a única vida possível num mundo sem vida. Para Jameson, "a razão pela qual tantas pessoas pensam que o velho e aborrecido mercado seja algo sexy e inovador resulta de uma enorme variedade de imagens do consumo que douram essa pílula" e acabaram por impor a própria mercadoria como ideologia suprema.

A questão complicada para a produção cultural é que ninguém pode ignorar esse pressuposto de que o consumismo está vencendo a batalha ideológica, a ponto de determinar muitos dos padrões da sensibilidade contemporânea, eternizando não só a idéia de que o dinheiro é natural mas o gosto por suas formas expressivas. E a simples denúncia desse estado de coisas tem algo de chover no molhado, uma vez que produtos do imaginário capitalista se multiplicam todos os dias, mesmo entre tantos que acreditam procurar práticas alternativas. Infelizmente, os modos culturais da opressão imperialista são mais sutis, menos evidentes, do que os modos econômicos.

A proposição que eu gostaria de fazer a partir disso é: se Marx continua um modelo para a arte anticapitalista – e eu acredito que continua –, isso acontece porque suas representações se projetavam na perspectiva real dos movimentos populares. O acirramento das contradições era elemento fundamental tanto para a procura de uma imagem complexa do mundo como para o desenvolvimento concreto da luta de classes.

Nossa dificuldade é que, hoje, uma imagem como aquela de Marx – antes absolutamente contraditória – agora já parece mais normal, a ponto de muita gente levá-la a sério, acreditando que o mercado é espaço erótico, mesmo, por excelência, e que o *shopping center* é o principal lugar vivo e estético da cidade moderna.

Quais seriam, então, as imagens contemporâneas capazes de estabelecer contradições vivas e, assim, reativar a sensibilidade, o raciocínio e o gosto de espectadores imersos nos padrões desejantes do capitalismo? Quais seriam as figurações úteis para uma crítica anticapitalista num mundo sem espanto?

Acredito que a resposta a isso só é possível em conjunto com a reflexão sobre a destinação da obra: para quem sua utilidade se realizaria? Nenhuma obra de arte será capaz de ajudar a produzir um imaginário desmercantilizado se, em algum nível, não estabelecer uma relação crítica com o próprio ato de consumir imagens e representações. Se a mercadoria aliena o valor de uso em favor do valor de troca, a desmercantilização da arte pressupõe sempre uma desalienação de sua utilidade. A ironia de Marx sobre a bolsa de valores amorosa só se realiza ao projetar o ponto de vista dos despossuídos. Seu destinatário na época era um leitor de vanguarda, membro da classe de vanguarda do século XX, o proletariado. A mesma perspectiva revolucionária deu forma à obra de Brecht, que dizia escrever para o espectador da era científica. Hoje, como ontem, seria moralismo burguês trabalhar apenas para sacudir um público sem espanto. A obra contraditória de Marx e Brecht foi produzida contra a coisificação dos homens, dialogando com as novas forças sociais que tentavam construir alternativas ao capitalismo.

O que estou querendo sugerir é que, sem a procura de uma nova forma de se relacionar com o sistema produtivo, sem oposições aos padrões de consumo, sem a confiança *modernista* de que a pesquisa formal deve manter relação direta com a procura de uma outra sociedade, será muito difícil romper com a imobilização do imaginário gerada pela cultura do capitalismo tardio.

Num tempo de falência dos idealismos da burguesia, substituído pelos idealismos supremos do lucro financeiro e do superconsumo, cinicamente estetizados e erotizados, é preciso compreender que nem a representação anticapitalista viva nem a rup-

tura com os hábitos da circulação serão fáceis de serem alcançadas se o trabalho de produção do imaginário se der de modo alienado.

A obra de arte só chegará a se oferecer como mais do que um produto, como um símbolo de um possível processo de desmercantilização, se essa desmercantilização das relações for real no seu processo de geração.

Sendo um microcosmo social, o teatro, para usar um exemplo pessoal, só será realmente anticapitalista se for capaz de modificar a divisão do trabalho entre os artistas, entre estes e os técnicos, entre estes e os funcionários da casa de espetáculos, capaz de banir todo idealismo que ainda julga que o trabalho espiritual é superior ao material, de refutar toda falsa harmonização, todo erotismo, moralismo e esteticismo mistificadores. As imagens praticáveis do mundo são aquelas também praticadas no cotidiano da sala de ensaio.

Alguém poderia objetar diante dessa minha sugestão: isso tudo é muito bonito e pode até ser possível no teatro, uma arte anacrônica, pré-burguesa, feita ainda de modo artesanal (sobretudo nos chamados grupos alternativos), que não tem as mesmas exigências, nem o mesmo alcance, da indústria cultural. Uma arte que não depende dos grandes esquemas de circulação, que pode buscar seu público nas ruas, praças, assentamentos do país. Alguém poderia objetar ainda que o teatro pode se dar ao luxo de encenar histórias sem heróis maniqueístas e desejantes, que o teatro pode sonhar com imagens para além das conquistas individuais, pode trabalhar para a ativação da luta de classes – pode, em suma, buscar um olhar histórico, porque nessa arte os artistas ainda podem ser donos dos meios de produção. E essa pessoa lembraria ainda que isso não é nada fácil para artistas que trabalham em meios como o cinema e a televisão, dependentes de maiores capitais para realizar e circular suas obras, mais determinados pela especialização técnica.

Eu teria que concordar com essas objeções e seria levado a concluir que, de fato, uma verdadeira arte de realização humana não é possível dentro dos padrões dominantes no capitalismo. A grande arte sempre sonhou mais do que isso. Então, ao fim das contas, estaríamos falando da necessidade de estar fora do capitalismo. Estaríamos falando da necessidade de um movimento chamado revolução. De um movimento – não um ideal ou um estado – mas um movimento que, no passado, foi chamado de comunismo. ■

***Sergio Carvalho**

Dramaturgo e diretor
teatral da Companhia
do Latão, de São Paulo

Ilustrações: Guto Miranda

PELO MUNDO

Jamile Chequer

Xadrez global

O Tribunal Penal Internacional empossou seus 18 membros em 11 de março deste ano. São 11 homens e sete mulheres que juraram exercer os poderes como juizes e juízas com honra, fé, imparcialidade e consciência, respeitando a confidência das investigações. Julgarão crimes de genocídio, de guerra, de agressão e contra a humanidade. Entrarão na corte casos acontecidos a partir de 1º de julho de 2002, quando o Estatuto de Roma entrou em vigor.

Criado em 1998, quando então 89 países adotaram o Estatuto, a Corte Criminal Internacional (ICC, na sigla em inglês) teve seu impulso dado em 1994, quando tribunais internos da ONU foram estabelecidos para julgar os crimes nos Bálcãs na década de 90 e do genocídio em Ruanda. Hoje, é uma organização internacional independente, um marco na história mundial e um passo largo para a justiça desde o julgamento de líderes nazistas no Tribunal de Nuremberg, mas não conta com o apoio nem de Moscou ou Washington. O ex-presidente americano Bill Clinton assinou o Estatuto, porém seu sucessor optou por sair do pacto. Por que será?

Mais que um livro, uma história

A próxima década (2003–2012) será marcada pelos esforços das Nações Unidas para que todos(as) saibam ler e escrever. Mais do que isso, a proposta é que todos(as) possam se comunicar em sociedade, obter conhecimento e aprender sobre sua língua e cultura.

Há 862 milhões de pessoas adultas analfabetas. Dessas, cerca de dois terços são mulheres. Mais de 100 milhões de crianças não têm acesso à escola e incontáveis crianças, jovens e pessoas adultas não podem ser considerados(as) realmente alfabetizados(as), se compararmos a quantidade de informação necessária nos dias de hoje.

Educação é um direito fundamental. Por mais vergonhoso que seja, meninas e mulheres ainda necessitam de educação básica para melhorar suas vidas. Durante o Fórum Mundial de Educação, em abril de 2000, líderes mundiais se comprometeram a ter o mesmo número de meninos e meninas nas salas de aula até 2005. É bom lembrar que faltam apenas dois anos. Os governos devem agir agora.

Onde está?

A ONG Médicos Sem Fronteiras (MSF) recolheu assinaturas do mundo todo. O coordenador geral da instituição no Daguestão, Arjan Erkel, simplesmente desapareceu. No dia 12 de agosto, enquanto estava na capital da República Federal do Daguestão, ele foi levado por três homens não identificados. A petição pede que o presidente da Rússia, Vladimir Putin, e o presidente do Conselho do Estado do Daguestão não tratem as investigações como mais um caso criminal.

Em fevereiro, o presidente de MSF internacional, Morten Rostrup, pediu um maior envolvimento das autoridades russas. Em Moscou, ele pediu que fizessem o possível para que Arjan fosse solto. “Não há dúvidas de que a responsabilidade da resolução deste caso está nas mãos das autoridades russas. Nós do MSF acreditamos que um maior engajamento dos russos do alto escalão do governo é necessário. Em passado recente, já vimos que situações com reféns podem ser resolvidas e esperamos que este caso seja resolvido de forma rápida e segura”, declarou.

As assinaturas ultrapassaram a casa das 300 mil.

Mais informações:

www.msf.org

Oxigênio, por favor

O Dia da Saúde Mundial, comemorado em 7 de abril, teve seu foco no meio ambiente e nas crianças. Que o ar que respiramos está terrível, não é novidade, mas, de acordo com a Comissão Econômica para América Latina e Caribe, mais de 80 milhões de latinos(as) têm sua saúde afetada pela poluição do ar. Quem mais sofre com isso? As crianças. São as mais vulneráveis aos produtos químicos e poluentes por terem o sistema imunológico ainda em desenvolvimento.

Os números são alarmantes. No mundo, 5 milhões de crianças com menos de 14 anos morrem devido a doenças relacionadas ao meio ambiente. Na América Latina e no Caribe, de acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), esse número ultrapassa os 80 mil. Nos Estados Unidos, 61% dos casos de envenenamento acontecem com crianças com menos de 6 anos, que também contabilizam 16% das mortes com pesticidas. Um nó na garganta aparece ao saber que a maior parte desses casos pode ser prevenida. O dia 7 de abril é marcado para promover estratégias, mas é necessário investimento e vontade por parte dos governos. Ah, um dos fatores que aumenta o risco é, claro, o trabalho infantil.

Vamos invadir

Há anos, especula-se que os(as) californianos(as) serão todos(as) descendentes de latinos(as). Bem, essa especulação está na metade do caminho para se tornar uma verdade. Um estudo da Universidade da Califórnia, em Los Angeles, mostra que 50% das crianças são latinas. Esses números podem ser atribuídos à imigração e aos altos índices de natalidade da população latina.

De acordo com o censo de 2000, dos 34 milhões de californianos(as), 32% são hispânicos(as). Esse resultado mostra a necessidade de investir em políticas públicas específicas. “Em vez de atacarmos a educação bilíngüe e de fazermos cortes de orçamento, deveríamos aumentar os recursos disponíveis para uma educação multicultural e baseada em vários idiomas”, sugere o professor emérito de Estudos Étnicos da Universidade da Califórnia em Berkeley, Carlos Munoz, em entrevista para o *New York Times News Service*.

A estimativa é de que, em 2006, a maioria das crianças entrando para a pré-escola será latina. Crianças que, em 2019, terão idade para votar.

Águas vão rolar

Declarado pela ONU como Ano Internacional da Água Doce, 2003 está se revelando o momento de se discutir a socialização da água no mundo. De 16 a 23 de março, 10 mil pessoas de 160 países se reuniram no Japão, em Kyoto, para o 3º Fórum Mundial da Água. O evento, um tanto abafado pela Guerra contra o Iraque, gerou controvérsias e foi apelidado de “Davos das Águas” por ONGs integrantes da Global Water Coalition, que, já em janeiro, previa um evento onde a visão privatista fosse dominar.

O resultado do evento foi uma declaração ministerial que estabelece diretrizes para o problema da má distribuição de água e reforça as metas da ONU para o milênio. De modo geral, o fórum serviu muito para debates e troca de idéias, mas pouco para decisões. De qualquer forma, um dos sucessos de Kioto são os mecanismos de financiamento governamentais e particulares e a necessidade de países financiadores em dobrar a ajuda para o setor hídrico, além da forte idéia de que municípios e grupos rurais decidam que tipos de projetos querem.

Enquanto isso, 2,2 milhões de pessoas morrem anualmente por água contaminada e falta de saneamento. E o suprimento de água doce continua podendo se esgotar em 50 anos.

Reforma tributária e distribuição de riqueza

Se não houver desconcentração de riqueza, não haverá mudança histórica. O Brasil é “campeão” mundial de concentração de renda e “pentacampeão” na concentração de riqueza. Esse é um dos fatos mais marcantes e trágicos do processo histórico brasileiro. Qualquer projeto de ruptura ou mudança histórica implica redistribuição da riqueza.

A distribuição da renda é determinada, fundamentalmente, pela distribuição da riqueza. Políticas tributárias orientadas para a redução da concentração da riqueza terão um impacto sobre a distribuição da renda. Tendo em vista os objetivos do ajuste fiscal e da redistribuição de renda, o método racional seria o imposto, aplicado uma vez por todas, sobre a riqueza (*once-for all capital levy*). Esse tipo de tributo (aplicado uma única vez) sobre o estoque de riqueza é diferente de um imposto anual sobre a riqueza.

Em praticamente todos os países europeus, no período após a Segunda Guerra Mundial que realizaram reformas monetárias profundas, foi estabelecido um imposto sobre o estoque de riqueza dos grupos mais privilegiados da sociedade. Esse tributo foi chamado, pelos franceses, de *imposto de solidariedade*. O imposto de solidariedade pode ser complementado com uma taxa anual sobre a riqueza, isto é, pelo que a Constituição brasileira no seu artigo 153 (VII) denomina de imposto sobre grandes fortunas.

Neste texto, discute-se a utilização de um imposto aplicado "uma vez por todas" sobre o estoque de riqueza dos grupos mais privilegiados da sociedade brasileira. O objetivo é fazer um ajuste fiscal profundo no contexto de um programa abrangente de estabilização orientado para o crescimento econômico. A análise está centrada no papel do ajuste fiscal nos processos de estabilização e de distribuição de riqueza (e renda). As metodologias e as estimativas sobre o estoque de riqueza utilizadas neste artigo estão detalhadas em Gonçalves (2003).

Experiência internacional

Na Europa, após a Segunda Guerra Mundial, inúmeros países aplicaram uma taxa sobre o estoque de riqueza dos segmentos mais privilegiados da sociedade (ROBSON, 1959). Isso ocorreu na Alemanha (1952), Áustria (1948), Bélgica (1945), Dinamarca (1946), Finlândia (1945), França (1945), Holanda (1946), Itália (1947), Luxemburgo (1946) e Noruega (1946).

Os objetivos variaram de país para país. O imposto sobre a riqueza foi, entretanto, o método utilizado pelas sociedades européias modernas há quatro décadas para escapar da armadilha em que se encontravam face a quatro questões fundamentais: (a) compensação pelos prejuízos decorrentes da guerra; (b) distribuição da riqueza e da renda; (c) inflação; (d) dívida pública.

A idéia central do imposto, aplicado uma única vez sobre o estoque de riqueza dos grupos mais ricos da sociedade, é que estes grupos teriam de dar uma contribuição importante para o financiamento do Estado em decorrência da própria situação privilegiada em que se encontravam. Isto é, a crise afeta de forma desproporcional os diferentes segmentos da sociedade. Assim, a recuperação da capacidade de atuação do

Estado, em bases economicamente racionais e socialmente justas, passa por uma contribuição muito específica – via imposto sobre a riqueza – dos grupos privilegiados da sociedade. Nesse sentido, esses grupos têm de ser "solidários" com o esforço de recuperação do Estado e da economia nacional. Em consequência, os franceses chamaram o imposto sobre a riqueza aplicado uma única vez de imposto de solidariedade. Vale repetir que esse imposto é distinto de uma tributação anual sobre o patrimônio.

Dentre as principais características das experiências de aplicação do imposto de solidariedade nas sociedades européias modernas, podemos destacar:

- (a) a taxa, uma vez por todas, sobre o estoque de riqueza – ativos fixos e financeiros – e sobre o ativo das empresas;
- (b) o imposto de solidariedade tinha um componente de progressividade;
- (c) a alíquota nominal máxima variou de país para país, sendo menor na Bélgica (10%) e maior na Itália (60%);
- (d) o período de pagamento também variou bastante, sendo menor na Dinamarca (um ano) e maior na Alemanha (30 anos);
- (e) a forma de pagamento igualmente dependeu do país, tendo sido feito em moeda, títulos públicos e, ainda, em ações de empresas;
- (f) quando o imposto de solidariedade era acompanhado por uma reforma monetária que bloqueava as contas bancárias, admitia-se o pagamento com parte dos fundos bloqueados (por exemplo, Bélgica, Holanda, Dinamarca);
- (g) o imposto de solidariedade foi acompanhado, em alguns países, por um imposto incremental, isto é, uma tributação, também uma vez por todas, sobre o aumento da riqueza pessoal ocorrido num determinado período de tempo (geralmente entre o início da guerra e a data de implementação do imposto), como ocorreu na Áustria, Dinamarca, França, Holanda e Noruega.

O imposto de solidariedade é visto como um instrumento para enfrentar dois problemas, a saber: a inflação e a dívida pública. A questão da inflação era crítica no imediato pós-guerra em países como a Bélgica, Dinamarca e Holanda. Nesses países, o imposto sobre a riqueza foi utilizado, juntamente com uma reforma monetária, com o objetivo de enxugar o excesso de liquidez

1 Esse artigo é um resumo do capítulo 3 do livro "A Herança e a Ruptura". Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2003.

na economia. Essas reformas incluíram, também, bloqueio de contas bancárias e empréstimos compulsórios. Por outro lado, na França e na Itália o objetivo principal era utilizar o imposto de solidariedade para financiar o déficit público. As dificuldades encontradas para elevar a receita do governo central, no curto e médio prazos, foram determinantes para a aplicação de um imposto único e de uma vez por todas sobre a riqueza.

A evidência com relação à utilização do imposto de solidariedade na Europa é conclusiva: "o imposto sobre a riqueza funcionou em muitos países sem criar maiores dificuldades e, em vários casos, gerou receitas substanciais para os governos" (ROBSON, 1959, p. 41).

O impacto da receita proveniente do imposto de solidariedade variou de país para país. A Tabela 1 mostra essa receita como percentagem de alguns agregados macroeconômicos importantes. Nessa tabela, verifica-se que os maiores impactos foram na Alemanha. Esse foi, na realidade, um caso atípico, visto que o imposto envolveu, principalmente, a questão das compensações de guerra. Naturalmente, houve sérias dificuldades na aplicação de um imposto sobre a riqueza na Alemanha no período imediatamente após a guerra, principalmente no contexto da reforma monetária realizada (LUTZ, 1949, p. 127, sqq).

Tabela 1

Impacto do imposto de solidariedade (<i>capital levy</i>) na Europa				
País/ano	Imposto como uma percentagem da			
	Receita fiscal	Oferta monetária	Dívida pública	Renda nacional
Alemanha (1952)	403,6	338,0	805,5	71,4
Áustria (1948)	17,1	10,8	10,9	3,4
Bélgica (1945)	113,2	33,6	23,1	24,9
Dinamarca (1946)	53,4	10,8	9,0	7,2
Finlândia (1945)	41,8	86,7	24,9	18,9
França (1945)	25,3	9,0	5,5	4,7
Holanda (1946)	78,3	44,8	14,4	27,6
Itália (1947)	88,8	19,5	21,6	5,5
Luxemburgo (1946)	65,4	25,1	26,0	13,4
Noruega (1946)	38,5	8,3	7,0	5,7

FONTE: ROBSON (1959, p. 42-43)

Nos países que priorizaram o combate à inflação, o imposto chegou a representar 113,2% e 53,4% da receita tributária na Bélgica e na Dinamarca, respectivamente. Na Holanda, o imposto equivaleu a 44,8% da oferta monetária. Com relação aos países que deram maior ênfase à questão da dívida pública (por exemplo, a França), o efeito do imposto de solidariedade foi, de modo geral, relativamente pouco significativo. Na Itália, por seu turno, a receita derivada desse imposto representou 21,6% da dívida pública. Em termos do impacto sobre a renda nacional, cabe destacar (além do caso especial da Alemanha) a Holanda, onde o imposto chegou a 27,6% da renda nacional.

Imposto de solidariedade

A proposta de aplicação de um imposto "único e de uma vez por todas", requer, inicialmente, a discussão das seguintes questões:

Quais são os objetivos que se pretende alcançar com tal imposto?

Quem serão os contribuintes?

Qual será a base de incidência?

Quanto será a arrecadação?

Qual será o período de pagamento?

Quais são as condições para a sua efetiva aplicação?

A resposta para a primeira questão é óbvia. O legado do governo Fernando Henrique inclui uma séria crise fiscal, que exige o combate a dois problemas fundamentais que ameaçam a própria estabilidade política: o processo descontrolado de endividamento público e a necessidade de controle da inflação. De um lado, parece existir um consenso acerca da necessidade de um ajuste fiscal significativo na economia brasileira. De outro, parece existir um reduzido grau de liberdade, assim como dilemas importantes, no curto prazo, com relação às despesas governamentais, incentivos e subsídios, alinhamento dos preços dos serviços públicos, combate à sonegação e aumento da carga tributária.

A própria denominação de imposto de solidariedade sugere uma não-neutralidade no processo de ajuste fiscal. A questão central é: quem serão os contribuintes?

A inexistência de informações sistemáticas e dados detalhados sobre o valor do estoque e distribuição da riqueza no Brasil dificulta, em parte, a resposta a essa pergunta.

Não obstante, estimativas e exercícios preliminares permitem uma primeira aproximação quanto à ordem de magnitude, tanto do conjunto de contribuintes potenciais como da base de incidência desse imposto (GONÇALVES, 1991; os procedimentos metodológicos e de cálculo são detalhados em GONÇALVES, 2003).

Tabela 2

Estoque líquido de riqueza privada no Brasil, 1970-1995 (valores em R\$ bilhões de 1995)		
Ano	Riqueza privada	Riqueza privada / PIB (%)
1970	418,8	1,97
1975	682,0	1,99
1980	1.025,2	2,09
1985	1.265,9	2,42
1989	1.607,1	2,68
1990	1.577,8	2,75
1995	1.856,5	2,82

FONTE: MORANDI (1997, P. 64-69; 74).

A realidade brasileira indica que o conjunto potencial de contribuintes para o imposto de solidariedade não é relativamente grande. Isto porque a concentração de renda no Brasil é particularmente elevada, de forma que os 10% mais ricos apropriam-se de aproximadamente metade da renda nacional, enquanto o 1% mais rico responde por cerca de um sexto da renda. Visto que a distribuição da riqueza é ainda mais concentrada do que a da renda, é provável que o contingente de potenciais contribuintes do imposto de solidariedade represente entre 0,5% e 1,0% da população. Isso significa algo entre 850 mil e 1,7 milhão de indivíduos, ou cerca de 200 mil a 400 mil famílias.

Qual será a base de incidência e com quanto os grupos mais ricos da sociedade contribuirão por meio do imposto de solidariedade?

Há estimativas de estoque de riqueza realizadas com metodologia para anos recentes. Dados de Morandi (1997) mostram que o estoque líquido de riqueza privada no Brasil era de R\$ 1,607 trilhão em 1989 (preços constantes de 1995), isto é, US\$ 1,656 trilhão (Tabela 2). Nessa tabela, pode-se verificar, ainda, que a relação

riqueza/PIB tem crescido ao longo dos anos e atingiu 2,82 em 1995. Morandi (1997) mostra, também, que o estoque líquido de riqueza privada no Brasil era de R\$ 1,857 trilhão em 1995, isto é, US\$ 1,914 trilhão. Na primeira metade dos anos do decênio de 1990, houve um crescimento médio anual do estoque de riqueza de 3,3%. Essa taxa é mais elevada do que a taxa média anual de acumulação de capital produtivo (2,4%), calculada para os governos Collor de Mello e Itamar Franco, e do que a taxa de crescimento do PIB (3,0%) nesse mesmo período.

Dados sobre composição da riqueza mostram que as estruturas residenciais e as não-residenciais são os ativos mais importantes (Tabela 3). Assim, construção, que inclui os dois itens acima, responde por mais de 70% do estoque líquido de riqueza privada no Brasil. Máquinas e equipamentos são o outro ativo mais importante.

Tabela 3

Composição do estoque líquido de riqueza privada no Brasil: 1989 e 1995 (valores em R\$ bilhões de 1995; participação em %)				
Item	Estoque 1989	Participação 1989	Estoque 1995	Participação 1995
1. Ativos fixos	1.464	91,1	1.692	91,1
1.1. Construção	1.130	70,3	1.370	73,8
1.1.1. Estruturas residenciais	529	32,9	698	37,6
1.1.2. Estruturas não-residenciais	601	37,4	673	36,2
1.2. Máquinas e equipamentos	334	20,8	322	17,3
2. Bens de consumo	114	7,1	113	6,1
2.1. Automóveis	97	6,0	92	5,0
2.2. Eletrodomésticos	17	1,1	21	1,1
3. Ativos monetários e financeiros	29	1,8	52	2,8
3.1. Base monetária	6	0,4	15	0,8
3.2. Títulos públicos em poder do público	83	5,2	103	5,5
3.3. Dívida externa líquida	(60)	(3,7)	(66,0)	(3,6)
Total	1.607	100,0	1.857	100,0

FONTE: MORANDI (1997, P. 67)

Estimativas mais recentes para 1999, calculadas por Carcanholo (2002), mantêm a composição relativa da distribuição de riqueza em 1989 (GONÇALVES, 1991) e fazem o ajuste com base nas diferentes taxas de crescimento dos valores dos ativos. Os dados mostram um estoque de riqueza de US\$ 2,411 trilhões em 1999. Essa estimativa representa um crescimento médio anual de 7,0% em dólares correntes e 5,0% em dólares constantes comparativamente a 1989. Nesse mesmo período, o PIB brasileiro cresceu a uma taxa média anual de 2,5% em dólares correntes, 0,5% em dólares constantes e 1,7% em termos reais, enquanto o estoque de capital fixo produtivo cresceu a uma taxa média anual de aproximadamente 2,9% em termos reais. Esses números indicam, mais uma vez, que o estoque de riqueza cresceu mais do que a renda e o estoque de capital produtivo.

A explicação para esses diferenciais de crescimento reside na mudança na composição do estoque de riqueza. Segundo os dados da Tabela 3, a participação dos ativos financeiros na riqueza líquida privada aumentou de 1,8%, em 1989, para 2,8%, em 1995. As estimativas de Gonçalves (1991) e

Carcanholo (2002) mostram que a participação relativa dos ativos fixos no total da riqueza reduziu-se de 69,0%, em 1989, para 53,7%, em 1999 (GONÇALVES, 2003, Tabelas 3.4 e Tabela C.1). Em contraste, a participação dos ativos financeiros aumentou de 10,5%, em 1989, para 21,7%, em 1999. Essa financeirização da riqueza ocorreu, principalmente, em decorrência da política monetária restritiva marcada por elevadas taxas de juros a partir de 1995.

A estimativa de Morandi (1997) do estoque líquido da riqueza privada é de R\$ 1,857 trilhão em 1995, o que é equivalente a US\$ 1,914 trilhão. A estimativa da riqueza bruta total de Carcanholo (2002) é de US\$ 2,411 trilhões em 1999. Tomando como base essas estimativas, é provável que a riqueza líquida privada fosse da ordem de US\$ 2,5 trilhões em 2002, tendo em vista, principalmente, o crescimento dos ativos financeiros na forma de títulos federais. Não resta dúvida de que a principal fonte de crescimento da riqueza privada no Brasil foi o aumento da dívida pública federal a partir de 1995. Para ilustrar, a dívida mobiliária interna federal em poder do

Tabela 4

Distribuição da riqueza no Brasil, 1999				
(valores em US\$ bilhões, participação em %)				
Ativo	Total	Participação relativa	1,0% mais rico	Participação do 1,0% mais rico
Ativos fixos: total (A)	1.295	53,7	567	43,8
Terras	276	11,5	173	62,7
Imóveis rurais	363	15,1	229	62,9
Imóveis urbanos	655	27,1	165	25,2
Ativos financeiros (B)	523	21,7	352	67,2
Moeda	34	1,4	11	33,3
Depósitos de poupança e a prazo	131	5,4	55	42,2
Títulos públicos federais/público	208	8,6	150	72,0
Outros	151	6,2	135	90,0
Patrimônio líquido das empresas privadas (C)	502	20,8	427	85,1
Bens de consumo duráveis (D)	91	3,8	15	16,3
Total (A+B+C+D)	2.411	100,0	1.361	56,5

FORNTE: CARCANHOLO (2002). NOTAS: (A) INCLUI PAPEL-MOEDA EM PODER DO PÚBLICO E DEPÓSITOS À VISTA; (B) DEPÓSITOS EM POUPANÇA E A PRAZO; (C) INCLUI SALDO DOS FUNDOS, AÇÕES, TÍTULOS PRIVADOS E DERIVATIVOS.

público aumentou de R\$ 62 bilhões, em dezembro de 1994, para R\$ 624 bilhões, em dezembro de 2001 (*Conjuntura Econômica*, abril de 2002, p. XI).

Tendo em vista a elevada concentração dos ativos financeiros nas mãos dos grupos de maior riqueza e renda, não é surpresa alguma que a participação desses grupos (rentistas) na riqueza e na renda tenha aumentado significativamente. A Tabela 4 mostra que a participação do grupo 1% mais rico era de 56,5% em 1999. Comparativamente a 1989, observa-se, também, um aumento da concentração da riqueza.

O aumento da concentração de riqueza tem, obviamente, uma contrapartida na elevação da desigualdade da renda. Para o período 1994-2000, os dados mostram diferenciais significativos nos indicadores de variação da renda das diferentes classes sociais – trabalhadores, capitalistas e rentistas (GONÇALVES, 2003, Tabela C.3). De um lado, o rendimento médio anual do pessoal ocupado aumentou a uma taxa de 3,4%, e a rentabilidade do patrimônio das 500 maiores empresas foi de 4,1%; de outro, a rentabilidade real anual dos títulos públicos foi de 17,4%. O governo Fernando Henrique constituiu-se no paraíso dos rentistas.

O aumento da concentração funcional da renda foi inequívoco durante o governo FHC. Os dados mostram claramente essa concentração funcional da renda a partir de 1994 (GONÇALVES, 2003, Tabela C.4). A participação dos salários na renda caiu de 35,9%, em 1993, para 26,5%, em 2000, enquanto a participação do excedente econômico aumentou de 35,4% para 40,5% nesse mesmo período.

Crise fiscal e crescimento

A experiência européia e os exercícios apresentados neste artigo indicam que um imposto único e de uma vez por todas sobre o estoque de riqueza (imposto de solidariedade) pode ter um papel importante no processo de estabilização macroeconômica (via ajuste fiscal) do país. Esse imposto incidiria sobre os segmentos mais ricos da sociedade brasileira.

O imposto sobre o estoque de riqueza diferencia-se bastante do imposto sobre grandes fortunas incluído na Constituição brasileira (artigo 153, VII), cuja regulamentação exige lei complementar. O último é um imposto anual sobre o patrimônio ou

estoque de riqueza e significa, na realidade, um complemento ao imposto de solidariedade. Este seria aplicado “uma vez por todas” durante um curto período de tempo (máximo dois anos, tendo em vista a crise fiscal brasileira).

Estimativas feitas no passado indicavam que o imposto sobre as grandes fortunas e a revisão dos outros tributos patrimoniais significariam uma receita adicional de 0,4% do PIB. A estimativa de incremento da receita fiscal devido aos tributos patrimoniais incluía, além do imposto sobre grandes fortunas, uma revisão do Imposto Predial e Territorial Urbano, do Imposto Territorial Rural e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (REZENDE *et al.*, 1989, p. 559). Vale mencionar que, no substitutivo ao projeto de tributação de grandes fortunas, apresentado pelo senador Roberto Campos em setembro de 1989, as alíquotas variavam de 0,3% a 1,0%, segundo a classe do valor do patrimônio (*Gazeta Mercantil*, 22 set. 1989). Essas alíquotas, provavelmente, serviram de base para as estimativas acima.

Na França, por exemplo, a alíquota mais elevada do imposto sobre grandes fortunas é de 1,8%. Fazendo os ajustes necessários, em decorrência do diferencial de renda entre Brasil e França, chega-se à conclusão de que essa alíquota incidiria sobre riquezas acima de R\$ 9,5 milhões no Brasil, ou seja, aproximadamente US\$ 3 milhões (GONÇALVES, 2003, Tabela C.5). Ainda no que se refere à França, os dados mais recentes indicam que o imposto sobre grandes fortunas representa 0,14% do PIB (*Conexão*, jul. 2002, p. 31). Entretanto, tendo em vista que a concentração de riqueza é maior no Brasil, é provável que (*ceteris paribus*) o impacto relativo da arrecadação do imposto sobre grandes fortunas seja maior no Brasil do que na França.

O imposto de solidariedade, por seu turno, poderia representar até 13,0% do PIB durante o seu período de pagamento, segundo as nossas estimativas com base nos dados para 1989. Considerando o diferencial de crescimento entre a riqueza e o PIB a partir de 1995, é razoável supor que a relação riqueza/PIB era da ordem de 3,0 em 2002 – parte-se, aqui, da estimativa de Morandi (1997), que mostrou uma relação riqueza líquida privada/PIB de 2,82 em 1995. Também é razoável supor que o grupo 1% mais

***Reinaldo
Gonçalves**

Professor titular de
Economia da UFRJ

rico da sociedade brasileira detém pelo menos 50% do estoque de riqueza. Levando em conta esses números, o imposto de solidariedade de 10% representaria uma arrecadação equivalente a 15% do PIB (Tabela 5). Se esse imposto fosse pago em dois anos, o efeito fiscal anual (aumento da carga tributária) seria equivalente a 7,5% do PIB, 33% da receita fiscal, 14% da dívida mobiliária federal e 12% do estoque de moeda (M4).

Tabela 5

Impacto do imposto de solidariedade no Brasil, 2001 (impacto como porcentagem do valor das variáveis)			
Variáveis	Variáveis (R\$ bilhões)	Imposto médio efetivo	
		Hipótese I (10%)	Hipótese II (15%)
Estoque de moeda (M4)	759	12	18
Estoque de títulos públicos federais (poder público)	624	14	21
Produto interno bruto	1.185	8	11
Receita fiscal	272	33	49

NOTAS: SUPÕE-SE QUE A RELAÇÃO RIQUEZA LÍQUIDA PRIVADA/PIB = 3; O 1% MAIS RICO CONTROLA METADE DA RIQUEZA; E QUE O PRAZO DE PAGAMENTO DO IMPOSTO É DOIS ANOS.

Em uma economia como a brasileira, parece ser necessário um aumento da carga tributária de 34% (2002) para, digamos, 40% do PIB. Essa é a carga tributária da França, país desenvolvido que não tem os desequilíbrios sociais e econômicos do Brasil. Nesse sentido, o imposto de solidariedade (com período de pagamento de dois anos) poderia ser um elemento estratégico num período de transição, em que se implementaria uma reforma tributária orientada para o aumento da carga tributária e da progressividade fiscal.

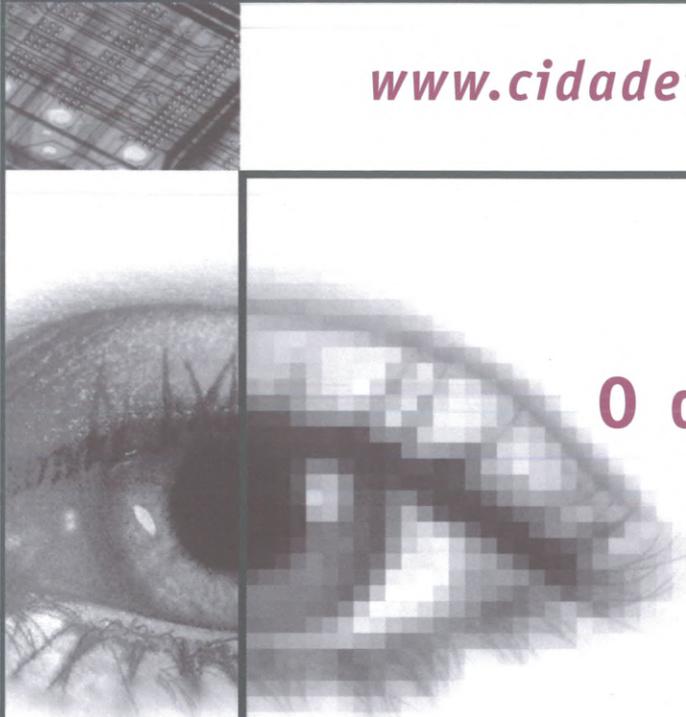
Para concluir, vale mencionar que José Honório Rodrigues, um dos mais importantes historiadores brasileiros, completaria 90 anos em 2003. Dentre as lições desse grande mestre, temos o seguinte: "As reformas

dos líderes criadores foram sempre contidas, ou porque as condições estruturais e as pressões externas os impediam de mover-se com maior desembaraço ou porque o próprio mecanismo da conciliação os obrigava a conter-se, ou ainda porque diante das dificuldades reduziam ou limitavam seus objetivos" (RODRIGUES, 1965, p. 10).

Também em 2003 o Brasil tem, pela primeira vez na sua história política, o início de um mandato presidencial com compromissos de mudança e ruptura. Com otimismo, esperança e paciência, a maioria do povo torce para que mais uma vez não fiquemos no meio do percurso com a conciliação e a reforma. Para que isso ocorra, é necessário que o governo implemente políticas firmes de desconcentração da riqueza. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMERICAN economic growth: an economist's history of the United States. (1972). Nova York: Harper & Row.
- Atkinson, A.B. (1972). *Unequal shares: wealth in Britain*. Harmondsworth: Penguin Books Ltd.
- Carcanholo, M. (2002). *Abertura externa e liberalização: impacto sobre crescimento e distribuição no Brasil nos anos 1990*. Tese de doutorado, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Dalton, H. et al. (1934). *Unbalanced budget: a study of the financial crisis in fifteen countries*. Londres: George Routledge & Sons, Ltd.
- Gonçalves, R. (2003). *A herança e a ruptura*. Rio de Janeiro: Garamond.
- _____. (1991). Retomada do desenvolvimento e distribuição da riqueza. *Teoria & Debate*, n. 14, abr.-jun., p. 58-61.
- Hicks, U. (1947). *Public finance*. Cambridge University Press.
- Kessler, D. et al. (1982). *Accumulation et répartition des patrimoines*. Paris: Economica.
- Lampman, R. (1959). Changes in the share of wealth held by top wealthholders, 1922/1956. *The Review of Economics and Statistics*, v. XLI, n. 4, nov., p. 379-392.
- Lutz, F. A. (1949). The German currency reform and the revival of the German economy. *Economica*, v. XVI, n. 62, maio, p.122-142.
- Morandi, L. (1997). *Estimação da riqueza interna tangível e reproduzível - Brasil, 1970/95*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense.
- Rezende, F. et al. (1989). A questão fiscal. In: *Perspectivas da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, p. 545-584.
- Ridder, V. A. (1947). The Belgian monetary reform. *The Review of Economic Studies*, v. XV(2), n. 38, p.51-69.
- _____. (1948). The Belgian monetary reform: an appraisal of the results. *The Review of Economic Studies*, v. XVI(2), n. 39, p. 25-40.
- Robson, P. (1959). Capital levies in Western Europe after the Second World War. *The Review of Economic Studies*, v. XXVII(1), n. 72, out., p.23-43.
- Rodrigues, J. H. (1965). *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A.



www.cidadetransparente.org.br

O que era segredo, a gente revela.

Agora você pode saber como e onde a prefeitura do Rio está usando o dinheiro dos seus impostos. O Ibase pesquisou e traduziu os números do orçamento público em ações concretas para você entender tudo. E lançou o site **Cidade Transparente**. Um dos benefícios trazidos pelo projeto Democratização do Orçamento, junto com o primeiro curso de Educação a Distância em Orçamento Público para pessoas leigas e líderes comunitários. Traga também o conteúdo do orçamento do seu município para o **Cidade Transparente**. E colabore para uma sociedade mais atenta.

Orçamento público. Consulte, avalie, controle e participe.

C I D A D E
T R A N S P A R E N T E 

Imaginatio

Iniciativa

iBetinho
iBase
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

Patrocínio


FUNDAÇÃO FORD
Escritório do Brasil

atuaçõesocial
Pobreza tem cura. aid

Apoio


SOCID
SOCIEDADE DIGITAL

As cotas e a perversidade do racismo

“A ação afirmativa é um dos instrumentos possibilitadores da superação do problema do não cidadão, daquele que não participa política e democraticamente como lhe é, na letra da lei fundamental, assegurado porque não se lhe reconhecem os meios efetivos para se igualar com os demais. CIDADANIA não combina com DESIGUALDADE. REPÚBLICA não combina com PRECONCEITO. DEMOCRACIA não combina com DISCRIMINAÇÃO. E, no entanto, no Brasil que se diz querer republicano e democrático, o cidadão ainda é uma elite, pela multiplicidade de preconceitos que subsistem, mesmo sob o manto fácil do silêncio branco com os negros, da palavra gentil com as mulheres, da esmola superior com os pobres, da frase lida para os analfabetos... Nesse cenário sócio-político e econômico, não seria verdadeiramente democrática a leitura superficial e preconceituosa da Constituição, nem seria verdadeiramente cidadão o leitor que não lhe rebuscasse a alma, apregoando o discurso fácil dos igualados superiormente, em nossa história feita pelas mãos calejadas dos discriminados.”

Carmem Lúcia Antunes Rocha.

De tempos em tempos, sempre que algum acontecimento põe em xeque os privilégios da sociedade branca brasileira, a falsíδια da democracia racial vem à tona com muita virulência. O pensamento nacional e o racismo em relação aos/às afrodescendentes voltam à pauta do dia.

No Rio de Janeiro, na atualidade, a discussão sobre cotas para negros(as) e para pobres tem dado evidências da força do racismo, o qual, não sendo explicitado no cotidiano de forma tão escancarada, rompe com a sutileza e contribui para desmistificar a dita democracia racial.

Se há instrumentos legais para implementação de ações afirmativas – como a Constituição de 1988 e a Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial¹ – e se os(as) candidatos (as) ao exame vestibular conhecem, previamente, o regulamento da prova, devemos nos perguntar: *o que está acontecendo?* Qual é a dificuldade que impede que a sociedade brasileira passe a se relacionar em nível de igualdade e com dignidade? E, por último, o que há de errado na implementação de ações que promovam a inclusão da população negra no ensino superior, principalmente em se tratando de um grupo étnico-racial que ainda sofre as consequências de um injustificável equívoco sociocultural, conforme comprovam os dados a seguir?²

Na tentativa de não permanecer na polarização certo vs. errado, justo vs. injusto, discriminação vs. não-discriminação, talvez valha a pena refletir para além de aspectos socioculturais e econômicos...

O racismo é um dos elementos constitutivos da cultura brasileira. No imaginário social, as representações negativas de negros(as) permanecem; logo, é de se esperar que as relações entre negros(as) e brancos(as) sejam marcadas pela desigualdade nas formas de tratamento e nas oportunidades.

As representações existentes do(a) negro(a) são aquelas cristalizadas pelo processo escravocrata, onde o “escravo podia ser objeto de compra, venda, empréstimos, doação, penhor, seqüestro, transmissão por herança, embargo, depósito, arremate e adjudicação, como qualquer mercadoria” (*Veja*, ano 29, edição 1.444, p. 54). O nosso imaginário continua imerso nessa experiência histórica e, em momentos pontuais, o inconsciente deixa vaziar aquilo em que se acredita efetivamente.

Os(as) negros(as) foram arrancados de seu continente de origem, onde viviam livremente, e jogados(as) numa terra desconhecida, com hábitos e costumes diferenciados. Eram tratados(as) como animais, sujeitos(as) a toda sorte de ataques e castigos físicos, tendo, muitas vezes, sua vida ameaçada. A escravidão foi um período de muito abuso, desde estupros de mulheres negras até o uso

1 Ratificada pelo Brasil, em 26 de março de 1968: “Não serão consideradas discriminação racial as medidas especiais tomadas com o único objetivo de assegurar o progresso adequado de certos grupos raciais ou étnicos ou de indivíduos que necessitem da proteção que possa ser necessária para proporcionar a tais grupos ou indivíduos igual gozo ou exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais, contanto que tais medidas não conduzam, em consequência à manutenção de direitos separados para diferentes grupos raciais e não prossigam após terem sido alcançados os seus objetivos”.

2 Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios/Pnad – Brasil, 1999. In: Política Nacional de Saúde da População Negra: uma questão de equidade. Pnud, Opas, 2002.

Itens – em %	Branco(as)	Negro(as)
Composição da população total	54,00	45,33
Composição da população indigente	30,73	68,85
Composição da população pobre	35,95	63,63
População jovem analfabeta (15–25 anos)	2,6	7,6
População adulta com menos de quatro anos de estudo (mais de 25 anos)	35,0	46,9
Domicílios com abastecimento de água inadequado	7,85	26,15
Domicílios com escoamento sanitário inadequado	27,73	52,12

***Maria Lúcia da Silva**

Psicóloga, psicoterapeuta e coordenadora do Instituto Amma Psique e Negritude

de homens negros como reprodutores. Um jeito de "coisificar"/animalizar o ser humano negro e imprimir-lhe uma imagem de menos-valia.

A lista das conseqüências do racismo sobre a população negra parece não ter fim:

- altas taxas de mortalidade infantil e materna;
- hipertensão;
- taxa de esperança de vida inferior à do branco,
- índices alarmantes de analfabetismo;
- alto índice de desemprego;
- discriminação nos veículos de comunicação;
- difícil acesso a título de propriedade.

Como observa Isildinha Nogueira:

*O negro, no entanto, é aquele que traz a marca do "corpo negro", que expressa escatologicamente o repertório do execrável que a cultura afasta, pela negativização. Vítimas das representações sociais que investem sua aparência daqueles sentidos que são socialmente recusados, o negro se vê condenado a carregar na sua própria aparência a marca da inferioridade social.*³

Reconhecer as diferenças existentes entre os grupos étnicos raciais de nossa sociedade e as condições de vida a que estão submetidos significa construir verdadeiramente a idéia de democracia racial. Implica, ainda, reconhecer-se refém de preconceitos herdados e, ao mesmo tempo, reconhecer a população negra como legítima requerente de políticas públicas capazes de eliminar as desigualdades e injustiças que persistem neste país.

Reconhecer tal situação possibilita ainda "resignificar" as representações de menos-valia existentes do(a) negro(a) e desmistificar os estereótipos que permeiam o inconsciente coletivo dando sustentação à discriminação fundada na raça/cor.

O que está em jogo para a população branca não é apenas a perda de privilégios ma-

teriais, mas também há questões existenciais envolvidas: deixar de ser a referência, o modelo estético, ou ser superada intelectualmente pode causar muito medo.

E que medo é esse? Como tem sido manifestado?

*Daqui a alguns anos, a Uerj será um novo Quilombo, somente com negros e pardos. Não haverá nem a mistura de raças, pois o que concluí é que haverá um desestímulo dos não-negros e pardos a prestar vestibular em condições tão desiguais. Os casais que se formam entre os universitários serão somente de negros, os filhos serão negros, e assim vai.*⁴

O que jaz sob formulações desse nível? Diz Isildinha Nogueira:

*[...] "ser negro" corresponde a uma categoria incluída num código social, que se expressa dentro de um campo etno-semântico onde o significante "cor negra" encerra vários significados. O signo "negro" remete não só a posições sociais inferiores, mas também a características biológicas supostamente aquém do valor das propriedades biológicas atribuídas aos brancos.*⁵

O momento atual, diante da discussão sobre cotas, demanda voltar o olhar para o racismo que se faz presente de forma concreta e contundente. É imprescindível se apropriar dos próprios preconceitos e resistências, nesta sociedade que se pensa branca, e aceitar repensar a própria identidade, reconhecendo que ninguém tem o direito de viver em condições subumanas. Agregar valor, num Brasil marcado pela sua diversidade etno-cultural, só pode beneficiar a todos e todas. ■

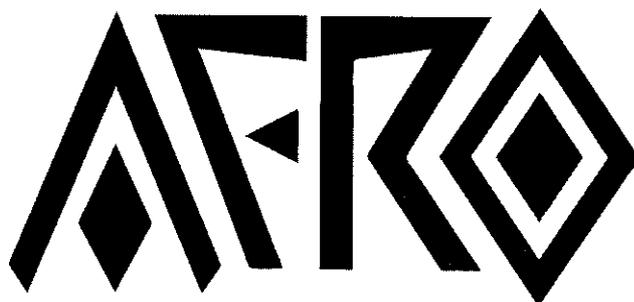
3 NOGUEIRA, Isildinha Baptista. *Significações do corpo negro*. 1981. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, p. 43.

4 Trecho da carta (por e-mail, datada de 20 de fevereiro) da leitora Maria Janete de Carvalho Farias ao jornal *O Globo*, 23 fev. 2003. Coluna Opinião.

5 NOGUEIRA, Isildinha Baptista. *Significações do corpo negro*. 1981. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

Um novo centro...

...com mais de vinte anos de história



O Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Candido Mendes (CEAB/UCAM) dedica-se à pesquisa e divulgação de informações sobre relações raciais e cultura negra no Brasil.

Principais produtos e atividades desenvolvidas:

- Pesquisas sobre discriminação e desigualdades raciais no Brasil contemporâneo
- Co-edição da Revista Estudos Afro-Asiáticos, publicada sem interrupções desde 1978
- Banco de dados "Memória Negra", com mais de 20 mil registros jornalísticos disponíveis para consulta

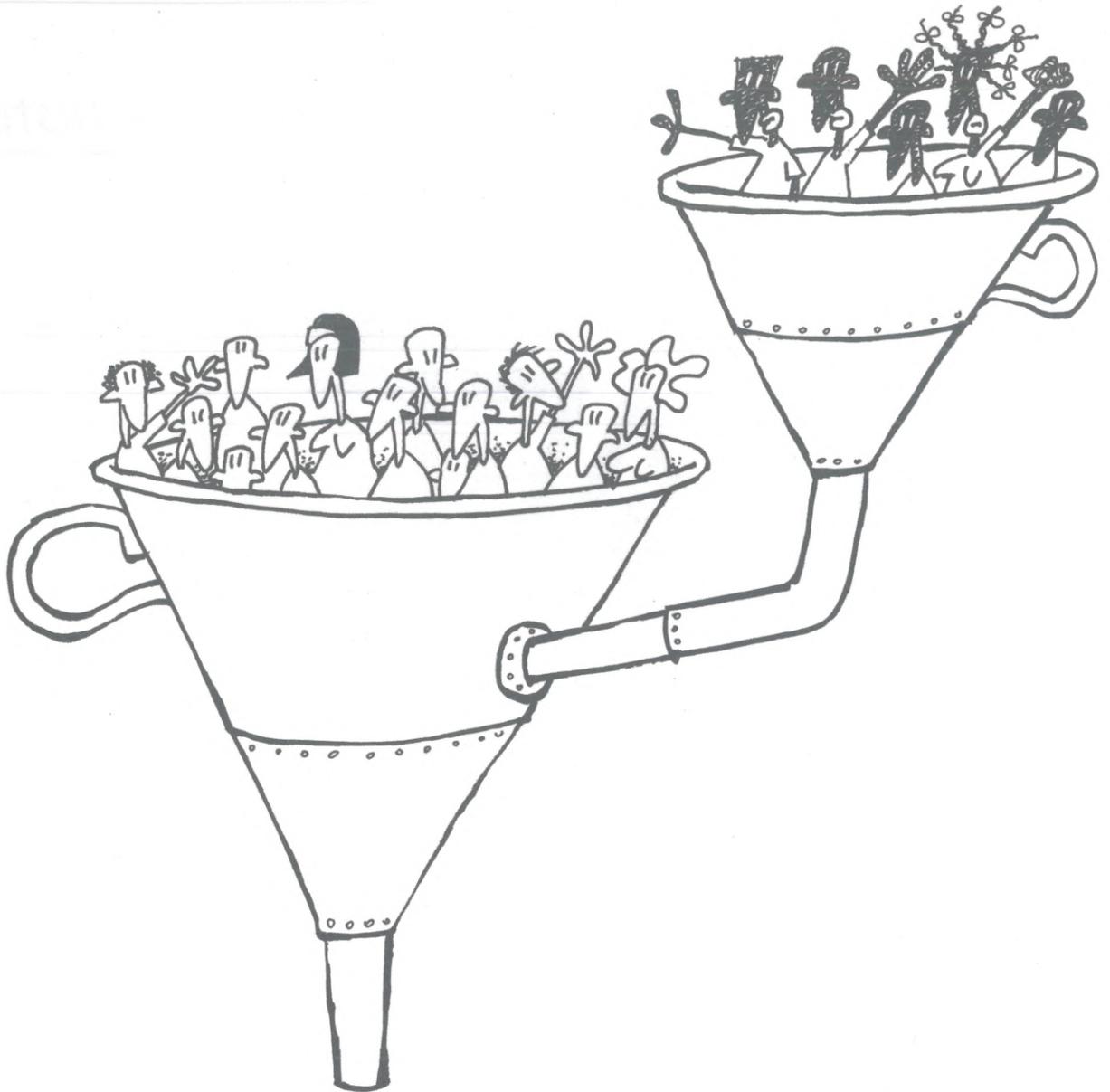
- Organização de cursos e seminários de capacitação, com destaque para o Fórum Iniciativas Negras – Trocando Experiências, já em seu 4º. ano
- Tradução e co-edição de textos sobre relações raciais, tais como "Atlântico Negro", de Paul Gilroy (Editora 34) e "Orfeu e Poder", de Michael Hanchard (Eduerj)
- Biblioteca especializada em relações raciais e cultura negra, aberta ao público para consulta

Para saber mais sobre nossas atividades e eventos ou para assinar gratuitamente o boletim eletrônico quinzenal Afronotícias, entre em contato conosco!



Centro de Estudos Afro-Brasileiros - Universidade Candido Mendes
Praça Pio X, 7 - 7º andar - 20040-020 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: (55-21) 2516-2916 / Fax: 2516-3072 afro@candidomendes.edu.br

última página



MARCO

A agenda da revista Democracia Viva é ampla e aberta, parte do compromisso radical com a cidadania e com a democracia.

Democracia Viva não se alinha com partidos nem religiões, mas toma partido desde que esteja em jogo a possibilidade de aprofundar a democracia. Não disputa poder, mas quer exercer um papel de vigilância, monitoramento e avaliação – com toda autonomia e independência – das políticas públicas e das ações governamentais, bem como das práticas empresariais e das relações econômico-financeiras. Quer ser ativa como interpeladora de consciências e vontades, questionando práticas e valores que limitam a democracia, estimulando a participação cidadã. Sua qualidade é a força das reflexões, análises, propostas e dos argumentos.

ISSN 1415149-9



9 771415 149004 15